

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**JOSELITO EULÂMPIO DA NÓBREGA**

**COMUNIDADE TALHADO**  
**UM GRUPO ÉTNICO DE REMANESCÊNCIA QUILOMBOLA:**  
**UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA DE FORA?**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2007**

**JOSELITO EULÂMPIO DA NÓBREGA**

**COMUNIDADE TALHADO**  
**UM GRUPO ÉTNICO DE REMANESCÊNCIA QUILOMBOLA:**  
**UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA DE FORA?**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, linha de pesquisa Estudos Culturais, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Josemir Camilo de Melo.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2007**

**JOSELITO EULÂMPIO DA NÓBREGA**

**COMUNIDADE TALHADO**

**UM GRUPO ÉTNICO DE REMANESCÊNCIA QUILOMBOLA:  
UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA DE FORA?**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, linha de pesquisa Estudos Culturais.

Defendida e Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Josemir Camilo de Melo (Dr. UEPB)  
(Presidente – Orientador)

---

Elizabeth Christina de Andrade Lima (Dra. UFCG)  
(Membro)

---

Idalina Maria de Freitas Lima Santiago (Dra. UEPB)  
(Membro)

Aos meus pais, meus irmãos, minha esposa e minhas filhas (Laramusa, Tainá e Olga), família nuclear que se tornou o laboratório natural na minha formação e no meu crescimento como ser humano. Aos meus amigos, companheiros fiéis de batalha. Ao povo do Talhado, fonte de inspiração acadêmica e de reflexão social. À memória dos ancestrais de todos os grupos étnicos remanescentes das comunidades dos quilombos nesse país, exemplos de luta, perseverança e vitória. Às minorias de todo o mundo, guerreiros diferentes e excluídos que fazem a diferença. DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho tornou-se possível devido à colaboração generosa de muitas pessoas. Destaco em especial as orientações do Professor Dr. Josemir Camilo de Melo e as críticas e sugestões dos professores e colegas do curso. Agradeço à Comunidade Talhado que tão bem me acolheu nessa pesquisa, aos colaboradores entrevistados, ao Presidente e aos funcionários da Câmara Municipal de Santa Luzia que apoiaram nossas viagens, ao amigo Elvânio pela assistência técnica em informática, ao professor Paulo Pereira de Araújo pela colaboração na tradução do resumo e aos amigos Altemar, Ramiro Neto (Netinho) e José Arimatéia (Pindura) pelo companheirismo durante a fase de coleta de dados. Enfim, minha permanente gratidão a todos aqueles que apoiaram ou colaboraram de alguma forma, fazendo desse trabalho, uma experiência memorável.

## COMIDA

Bebida é água  
Comida é pasto.  
Você tem fome de quê?  
Você tem sede de quê?  
A gente não quer só comida  
a gente quer comida, diversão e arte  
a gente não quer só comida  
a gente quer saída para qualquer parte  
a gente não quer só comida  
a gente quer bebida, diversão, balé  
a gente não quer só comida  
a gente quer a vida como a vida quer  
Bebida é água  
Comida é pasto  
Você tem fome de quê?  
Você tem sede de quê?  
a gente não quer só comer  
a gente quer comer e quer fazer amor  
a gente não quer só comer  
a gente quer prazer pra aliviar a dor  
a gente não quer só dinheiro  
a gente quer dinheiro e felicidade  
a gente não quer só dinheiro  
a gente quer inteiro e não pela metade  
Bebida é água  
Comida é pasto  
Você tem fome de quê?  
Você tem sede de quê?

(Titãs)

*NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. Comunidade Talhado – Um Grupo Étnico de Remanescência Quilombola: Uma Identidade construída de fora? 171f, 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.*

## RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo de identidade numa comunidade rural mestiça (negros e caboclos) denominada 'Talhado', no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba. A comunidade começou a ser habitada a partir de 1860, viveu uma fase de semi-isolamento e sofreu, a partir de 1970, um processo emigratório que reduziu consideravelmente sua população. Em 2004, a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão de auto-reconhecimento do Talhado como remanescente das comunidades dos quilombos, despertando novas expectativas para o grupo e gerando, para o mundo acadêmico, outras possibilidades interpretativas e até explicativas sobre sua especificidade étnica. Utilizando-se de um processo metodológico triangular que combina a História de Vida (um dos gêneros da História Oral) com o modelo etnográfico desenvolvido por Arruti (2006), investigamos o processo de construção da identidade 'quilombolas' do Talhado. Teoricamente, analisamos os referenciais acadêmicos existentes sobre o assunto, a saber: o documentário 'Aruanda' de Linduarte Noronha e as duas dissertações de mestrados produzidas pela antropóloga Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e pelo sociólogo José Vandilo dos Santos, bem como, trabalhamos com as definições de Identidade Étnica, Remanescência Quilombola (inclusive a idéia de Quilombo) e Memória. Averiguamos que Talhado não apresenta um conhecimento sobre essa identidade 'quilombolas' que lhe é atribuída, constituindo-se, portanto, numa construção externa. Assim sendo, pela oralidade, enfatizamos a questão da Identidade enquanto construção do próprio grupo.

**Palavras-Chave:** Identidade Étnica, Memória e Remanescência Quilombola.

## **ABSTRACT**

This work is the result of an identity study in a mestizo countryside community (black and "caboclo") known as "Talhado", in the municipal district of Santa Luzia, Paraíba. The community began to be inhabited from 1860 on, It faced a semi-isolation phase and from 1970 on, suffered an emigratory process that reduced considerably its population. In 2004, "A Fundação Cultural Palmares" (a cultural foundation) emitted the solemnity-recognition certificate of "Talhado" as a remainder of the "quilombos" communities, bringing new expectations to the group and generating in the academic world other interpretative possibilities and even explanatory ones about its ethnic specifications. Making use of a methodological triangular process that combines the History of Life (one of the classes in Oral History) with the ethnographical model developed by "Arruti" (2006), we investigated the process of formation of the "quilombolas" identity in "Talhado". Theoretically, we analyzed the existent academic references on the subject, that is to say, the documentary "Aruanda" by Linduarte Noronha and the two dissertations on master's degree produced by anthropologist Josefa Salete Barbosa Cavalcanti and by sociologist José Vandilo dos Santos, as well as, we worked with the definitions of Ethnic Identity, "Quilombola" remainder (included the idea of "Quilombo") and Memory. We discovered that "Talhado" itself doesn't present a knowledge about that "quilombolas" identity that is attributed on it, therefore, being constituted in an external construction. In this way, through the oral expression, we emphasized the subject of the Identity while taking part in the formation of the own group.

**Key-words:** Ethnic identity, Memory and "Quilombola" Remainder.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS DA PESQUISA.....	18
1.1 – Contatos com a Comunidade Talhado.....	18
1.2 – Estratégias Metodológicas.....	23
1.3 – Embasamentos Teóricos Norteadores (Definições).....	31
1.3.1 - Identidade Étnica.....	32
1.3.2 – Remanescência Quilombola.....	40
1.3.3 – Memória.....	42
2 HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO DO TALHADO.....	46
2.1 – Espaço geográfico.....	46
2.2 – A origem da comunidade.....	48
2.3 – Aspectos econômicos, culturais e políticos.....	55
3 A IDENTIDADE ‘QUILOMBOLAS’ DO TALHADO.....	73
3.1 – A comunidade se (auto) denomina quilombola?.....	73
3.2 – Construção acadêmica do discurso ‘quilombolas’: uma visão do ‘outro sobre a comunidade.....	77
3.3 – Identificação e reconhecimento da remanescência quilombola: a ação de mediadores.....	80
3.4 – O ‘Lugar’ Quilombo a partir da oralidade do grupo: uma visão após o reconhecimento da identidade ‘quilombolas’.....	88

4 O POVO DO TALHADO ENQUANTO GRUPO ÉTNICO RECONSTRUÍDO.....	98
4.1 – Formação Étnica: negros e caboclos.....	98
4.2 – Território e fronteiras étnicas.....	107
4.3 – Campos de comunicação e interação social.....	114
4.4 – Comunidades rurais vizinhas e relações de parentesco.....	122
4.5 – O diferencial étnico do grupo.....	129
4.6 – Efeitos sociais produzidos a partir do reconhecimento da identidade ‘quilombolas’.....	131
4.6.1 – Políticas Públicas ‘Quilombolas’.....	132
4.6.2 – Luta e resistência do grupo por um espaço social.....	136
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 139
 REFERÊNCIAS.....	 143
 ANEXO A – Certidão de Auto-Reconhecimento da ‘Comunidade Quilombo de Serra do Talhado’, como remanescente das comunidades dos quilombos.....	 154
 ANEXO B – Mapas de Localização Geográfica.....	 155
 ANEXO C – Páginas do Processo de Inventário e Partilhas de José Bento Carneiro e sua mulher Cecília Maria da Purificação.....	 157
 ANEXO D – Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, como remanescente das comunidades dos quilombos.....	 160

ANEXO E – Requerimentos Nº 059/2003 e Nº 016/2004.....	161
ANEXO F – Transcrição de texto original – registro de batizado de Ignácia, filha de Zé Bento e Cecília.....	163
ANEXO G - Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade de Pitombeira, como remanescente das comunidades dos quilombos.....	164
ANEXO H – Cópia do histórico da fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Santa Luzia do Sabugy.....	165
ANEXO I – Relação de senhores (as) de escravos em Santa Luzia do Sabugy....	166
ANEXO J – Planilha de execução de obras.....	169
ANEXO K – Da ética na pesquisa: protocolo e parecer final do Comitê de Ética.....	170

## INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVIII e XIX o Brasil foi o maior mercado escravista do mundo e a escravidão a base do sistema colonial. Trazido como escravo, o negro africano trabalhou nas lavouras de fumo, de cana, de algodão e na mineração. Quando permitido, praticou a agricultura de subsistência, dedicou-se à pecuária, fez serviços domésticos e exerceu ofícios especializados. Porém, nunca aceitou sua condição de escravo reagindo sempre que possível. Dentre outras, a fuga foi uma das opções de luta e resistência contra a escravidão e o quilombo o centro de organização da resistência.

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, ele, muitas vezes, surpreende pela capacidade de organização e pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes, como Palmares, novamente aparece em outros locais, plantando sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. Um fato normal da sociedade escravista (MOURA, 1994, p. 24).

Porém, os quilombos no Brasil variavam de estrutura em decorrência das condições específicas do escravismo brasileiro, diversificando-se geográfica e historicamente. Freitas (1982 apud MOURA, 2004, p. 336 - 337) destaca pelo menos sete tipos de quilombos no Brasil, de acordo com a forma de subsistência: os agrícolas, os extrativistas, os mercantis, os mineradores, os pastoris, os de serviços e os predatórios. Destaca, ainda, a presença da agricultura em todos eles, embora nos seis últimos tipos, essa atividade desempenhasse um papel subsidiário. À tipologia apresentada, Moura (op. cit.) acrescenta os “quilombos complexos ou

mistos”, que são aqueles nos quais se praticavam várias atividades igualmente importantes, como é o caso do “Quilombo de Ambrósio” em Minas Gerais, no qual se praticava simultaneamente a agricultura, a mineração e a pecuária.

Nosso estudo privilegia a idéia de quilombo, mas em outra ótica. Ao estudarmos a identidade ‘quilombolas’ atribuída à Comunidade Talhado, não consideramos o ‘Quilombo’, num sentido exclusivamente histórico, até pelo compromisso acadêmico de mantermos o estudo numa perspectiva interdisciplinar. Percebemos no discurso ‘quilombolas’ que acabou por identificar e reconhecer o ‘Quilombo do Talhado’ (em 2004), uma ressemantização do conceito de ‘quilombo’, onde este perde o sentido meramente histórico (oficial) e passa a ser interpretado como um objeto socialmente construído (ARRUTI, 2006, p.97). Esse processo interpretativo é perceptível no depoimento da Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (da Fundação Cultural Palmares), Maria Bernadete Lopes da Silva. Em entrevista para nossa pesquisa, ela admite não ter um conhecimento profundo sobre a história (oficial) da origem do Talhado e considera, a partir da oralidade do grupo, uma provável ligação ancestral entre as Comunidades do Talhado e da Pitombeira. Mesmo que essa ancestralidade seja, tão somente, um referencial:

A gente não tem um conhecimento profundo sobre a história, a origem do Quilombo do Talhado, porque parte, muito se conhece a partir daquele filme (referindo-se ao documentário ‘Aruanda’). Agora, com a história oral, com as conversas que a gente tem com as pessoas, o que é que a gente fica pensando, né? Que de fato, há uma ligação entre a Comunidade Talhado e a Comunidade Pitombeira, né? Que ancestralidade, mesmo que ela não tenha, que o princípio dela não seja o Bento, e que tenham outros vindo junto com o Bento, Bento é um referencial, né? Mas é possível pelo o que a gente escuta com as pessoas, a história oral, que tenha outro, né? E a gente sabe muito que normalmente, os quilombos que eram formados, muitos foram formados, de mulheres que vinham com os filhos pequenos fugidos e tal, muitos se formaram a partir da destruição física, né? Porque espiritual, eles nunca conseguiram fazer. A destruição do Quilombo de Palmares... Então, não dá pra você garantir aí que foi só o Bento que iniciou, não é? Mas, ouvindo as pessoas dá pra você perceber que há uma ligação ancestral entre a Serra do Talhado e a Pitombeira.

O tema “Quilombo do Talhado” não é inédito. Em 1960, foi produzido no Município de Santa Luzia-PB, o documentário cinematográfico “*Aruanda*”. Com ele, o cineasta paraibano Linduarte Noronha iniciou as discussões sobre a origem da Comunidade. Em 1975, a antropóloga Josefa Salete Barbosa Cavalcanti apresentou ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua dissertação de mestrado – “*Talhado: um estudo de organização social e política*”. Em 1998, o sociólogo José Vandilo dos Santos apresentou ao Curso de Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, sua dissertação “*Negros do Talhado: Estudo sobre a Identidade Étnica de uma Comunidade Rural*”. Há muitas explorações em torno do assunto, constituindo-se em outras fontes de informações como trabalhos acadêmicos (TCC/monografias), reportagens divulgadas em jornais, revistas e internet, folhetos de cordéis, etc.

Sendo uma Comunidade de negros que vivia praticamente isolada do resto da população da cidade de Santa Luzia, o Talhado tem uma história marcada pela discriminação e estranhamento por parte das pessoas da cidade (SANTOS, 1998, p. 108). No processo histórico da Comunidade Talhado é comum encontrarmos a denominação “Negros do Talhado” sendo utilizada pelos moradores de Santa Luzia, impregnada de atributos pejorativos, tais como: “beberrões”, “vagabundos”, “índios”, “ciganos”, “metidos a valentes”, etc. Paralelamente, também encontramos depoimentos de membros do grupo, traduzindo sentimentos de indignação e vergonha, como consequência da constante situação de discriminação. Alguns chegam a negar sua origem “Talhadina”. Porém, as diferentes formas de organização e reorganização do grupo, frente às relações interétnicas, acabam contribuindo para a formação de novos discursos.

Em outubro de 2003, o “Pacto Vale do Sabugi – Paraíba” (SEBRAE, Governo do Estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de Santa Luzia e Fundação Cultural Palmares) promove em Santa Luzia – PB, um seminário de cultura afro-brasileira. O evento que contou com a participação de acadêmicos, militantes do movimento negro organizado (local e regional), grupos artísticos, membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, representantes da sociedade civil organizada (de Santa Luzia – PB), estudantes e alguns integrantes da Comunidade Talhado; promoveu discussões sobre a temática “*Cultura afro-brasileira na Paraíba e manifestações afro-culturais no sertão paraibano*”, bem como, oportunizou uma palestra sobre “*A preservação do patrimônio afro-brasileiro*” (proferida pela Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva). Na verdade, esse Seminário objetivava intensificar as discussões em torno da história do Talhado, abrindo espaço para um posterior reconhecimento do grupo como remanescente das comunidades de quilombos, o que acabou acontecendo. A certidão de auto-reconhecimento da ‘Comunidade Quilombo de Serra do Talhado’ foi lavrada e extraída pela Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares, no dia 16 de abril de 2004 (Anexo A).

O Reconhecimento do “Talhado”, enquanto remanescente das comunidades dos quilombos, propiciou à comunidade a defesa cidadã de seus direitos constitucionais, principalmente, o direito de propriedade das terras ocupadas e o da implementação de políticas públicas específicas para os remanescentes quilombolas, o que esperamos que melhore a condição de vida do grupo. Para o mundo acadêmico, esse fato desperta novas discussões em torno do assunto, gerando a necessidade de um acompanhamento histórico da comunidade, numa

linha de tempo. É preciso rever este processo identitário, cientificamente, partindo da origem do “Quilombo do Talhado”.

A Lei Federal Nº 10.639/2003, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inclui no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Sabemos que todos os grupos étnicos têm histórias e que as trajetórias das culturas e etnias no Brasil já fazem parte dos conteúdos trabalhados pela escola. Porém, precisamos buscar a narrativa histórica do ponto de vista dos grupos que a produziram. Oficialmente, a história tem seus heróis e os interpreta a seu modo. Fora dos livros, dos monumentos, fora da história contada pelo explorador, o negro tem o seu jeito de ver estes heróis e de contar o que sentiu na pele. Junto a Zumbi, outros heróis, de outros quilombos, de outras experiências, de outras tentativas, nas mesmas lutas, com as mesmas indignações deverão aparecer.

Nossa contribuição com esta pesquisa consiste em reunir e analisar o maior número possível de informações sobre a temática, numa perspectiva de ampliação de conhecimentos voltados para a história identitária da Comunidade. Vale salientar que a maioria das informações existentes antecede ao período de identificação e reconhecimento da Comunidade, enquanto remanescência quilombola, o que requer um estudo direcionado para essa nova ótica. Esse estudo sobrepõe o sentimento e a memória coletiva da Comunidade Talhado à definição de remanescência quilombola apresentada pela Fundação Cultural Palmares e, por isso, nosso compromisso acadêmico acaba por provocar intuições interpretativas e até explicativas de um problema, gerando a necessidade de tornar pública descobertas ou novas possibilidades de abordagem sobre a especificidade do povo do Talhado.

Nossa pesquisa enquadra-se numa perspectiva interdisciplinar, que, além de integrar várias disciplinas num mesmo projeto de pesquisa (História, Sociologia, Antropologia, etc), busca a construção coletiva de um novo conhecimento, em que este não é, em nenhuma hipótese, privilégio exclusivo de doutores ou livre-docentes na Universidade. É a busca da construção coletiva, em construção coletiva, em parceria, a quatro mãos, a seis, a muitas outras mais (FAZENDA, 1999, p. 20–31). É essa perspectiva interdisciplinar que possibilita uma maior flexibilidade na busca do conhecimento, permitindo, de forma científica, que possamos encontrar uma solução para nosso problema central de pesquisa, que consiste em responder à pergunta: **A Comunidade Talhado tem conhecimento dessa identidade quilombola atribuída?**

Após a descrição do contexto e das questões que norteiam nossa pesquisa, bem como, da apresentação do objeto investigado, passaremos a relacionar os capítulos que compõem o resultado desse estudo:

O primeiro capítulo apresenta os aspectos metodológicos e teóricos da pesquisa e envolve três dimensões: o contato com a Comunidade Talhado, as estratégias metodológicas utilizadas e o embasamento teórico norteador. No caso, trabalhamos com as definições de Identidade Étnica, Remanescente Quilombola (inclusive a idéia de quilombo) e Memória.

O Segundo Capítulo conta histórias da formação do Talhado. É apresentado um contexto sobre o grupo pesquisado, onde descrevemos: o espaço geográfico, a origem da comunidade e, por último, os aspectos econômicos, culturais e políticos.

No terceiro capítulo tratamos sobre a questão da Identidade ‘Quilombolas’ do Talhado. É nele que respondemos ao problema central de nossa pesquisa,

analisando como se deu o processo de construção da Identidade 'Quilombolas' do Talhado e se o grupo tem conhecimento dessa identidade atribuída. Nesse caso, verificamos se a comunidade se (auto) denomina quilombola (auto-identidade). Verificamos, ainda, como se deu o processo de construção acadêmica do discurso quilombolas sobre o Talhado (alter-identidade), a ação de mediadores junto ao processo de identificação e reconhecimento do grupo como remanescente das comunidades dos quilombos, bem como, o 'Lugar' Quilombo visto a partir da oralidade do povo do Talhado.

No quarto e último capítulo apresentamos o povo do Talhado, enquanto grupo étnico reconstruído. Começamos por historiar o processo de formação étnica da comunidade, uma espécie de estudo genealógico, para compreensão da ancestralidade do grupo. Em seguida, delimitamos o território do Talhado, suas fronteiras étnicas e seus campos de comunicação e interação social. Finalmente, relacionamos as comunidades rurais vizinhas que mantêm relações de parentesco com o Talhado, especificamos o diferencial étnico do grupo e analisamos os efeitos sociais produzidos a partir do reconhecimento do 'Quilombo do Talhado', de modo especial, as políticas públicas 'quilombolas' e, apesar do reconhecimento; a luta e resistência do grupo por um espaço social.

## **1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS DA PESQUISA**

### **1.1 - Contatos com a Comunidade Talhado:**

Desde 1960, ano em que o cineasta paraibano Linduarte Noronha lançou o documentário “Aruanda”, a Comunidade Talhado passa a ser alvo de constantes investigações e começa a despertar os mais diversos interesses. Entidades, comunidade acadêmica, imprensa e curiosos, visitam constantemente o local e já são muitas as afirmações existentes sobre a história desse grupo. Algumas, até contraditórias. Enquanto isso, o povo do Talhado experimenta diferentes sensações e pautado numa memória histórica que lhe é peculiar, silencia quando necessário e fala estrategicamente aquilo que convém ser falado. Pudera... Do peso da discriminação à sensação de liberdade e conquista da cidadania, há toda uma trajetória de luta e resistência, marcada pelo jogo das diferenças.

Os primeiros contatos com o Talhado, de forma direta ou indireta, ocorreram por volta de 1984. O tempo vai passando e a cada contato percebíamos que havia no grupo, uma exclusividade. Por que se fala tanto sobre o Talhado? Quem é essa gente? O que eles realmente têm de diferente dos demais grupos? Colecionamos o maior número possível de informações sobre a Comunidade Talhado, numa busca por sua História: documentário, dissertações, reportagens, monografias, folders, palestras, seminários, etc. O suficiente para percebermos que algo estava errado. Havia um mistério, onde os discursos não convergiam para um mesmo ponto. Apesar das divergências, sem maiores pretensões, apostamos e nos arriscamos na possibilidade de eliminar ao máximo as contradições. De que forma? A partir de uma pesquisa onde pudéssemos analisar todos os discursos existentes

sobre a Comunidade Talhado, que estivessem ao nosso alcance, precisávamos verificar os pontos comuns entre eles. Mas, isso ainda não era o suficiente. Havia uma voz oculta que precisava ser ouvida – a voz do grupo. Afinal, quem melhor conhece uma história, senão aquele que a vivencia? Era preciso ouvir a história do Talhado, contada pelo Talhado.

Desde o ano de 1996, passamos a visitar esporadicamente aquela comunidade ouvindo atentamente as conversas de seus membros. Logo percebemos que as relações de intimidade marcam a intensidade e a direção dos discursos e que o grupo relaciona-se com o mundo externo de forma estratégica, pois já está cansado de especulações e falsas promessas. Estudante, jornalista, político, curioso... Tanto faz! Talhado é terra de gente acolhedora, mas, preza pela verdade dos fatos. Chegando lá, explique-se: Diga sempre a que veio e nunca prometa se não for realizar.

O tempo vai passando e o mistério dos discursos continua... Aos 16 de abril de 2004, a Fundação Cultural Palmares certifica que a 'Comunidade Quilombo de Serra do Talhado', localizada no município de Santa Luzia (Sabugy) no sertão do estado da Paraíba, é remanescente das comunidades dos quilombos. Isso mexeu com nossa imaginação. Enfim, Talhado estava se assumindo como uma remanescente quilombola? O 'Quilombo do Talhado' apresenta um conhecimento sobre essa identidade atribuída? Por que somente agora o grupo estaria compartilhando desse discurso? Após o reconhecimento, passamos a visitar o Talhado com mais frequência, no intuito de obtermos uma maior fundamentação para a elaboração de um Projeto de Pesquisa que foi aprovado em processo seletivo pela Comissão da Seleção do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade (MICS/2005), da Universidade Estadual da Paraíba.

A execução da pesquisa iniciou em agosto de 2005, mas, foi somente entre os dias 20 e 26 de janeiro de 2007, que fizemos visita com estada na Comunidade Talhado para coleta dos primeiros depoimentos, reconhecimento geográfico e produção fotográfica. Saímos de Santa Luzia às 09h00min, acompanhado pelo motorista Milton Vieira e pelos estudantes Altemar Almeida Silva (jornalismo) e Ramiro José da Silva Neto (vestibulando) que foram nos auxiliar nas fotografias e filmagens. Próximo ao Talhado, paramos para fotografar a cachoeira do Rio Camuengo <sup>1</sup>. Enfim, aproximadamente às 10h30min, chegamos à Comunidade que estava reunida recebendo atendimento médico clínico, odontológico e de enfermagem (acompanhamos e documentamos alguns atendimentos).

Embora já fôssemos conhecidos por uma boa parte da comunidade, a pessoa que facilitou nossa entrada no campo de pesquisa, foi uma das professoras da comunidade, Gilvaneide. Convém destacar que Gilvaneide se empenhou bastante nessa pesquisa, em busca do resgate histórico da origem de sua comunidade, tornando-se, em alguns momentos, co-participante no processo de coleta de informações. Ela interfere em alguns depoimentos, questionando com precisão e apresentando uma fundamentação típica de quem está bem inserida no contexto da pesquisa. Assim, convém esclarecer que nos casos em que houve essas interferências, a entrevista tomou um caráter grupal. Isso gerou dúvidas para nós, enquanto procedimento metodológico, embora acreditamos que sua

---

<sup>1</sup> Rio localizado na Comunidade Picotes, zona rural do município de Santa Luzia - PB. Esse rio deságua num grande abismo, em torno do qual circulam no Talhado, envolvendo seus moradores, várias histórias e lendas sobre amor, traição e suicídio. A palavra 'camuengo' é de origem indígena e Nogueira Neto (1970), explica seu significado: "São abelhas totalmente mansas, sociais, cujos ninhos são encontrados em ocos (de árvores, moirões de cerca, paredes de pedra, etc), os quais raramente são ocupados inteiramente, o que também ocorre em colméias artificiais. Nome científico: *Nannotrigona testaceicornis*. Nome popular: Iraí. Também podem ser chamadas de jataí preta, mosquito, mumbuca, mumbuquinha, tuiú-mirim e tujumirim".

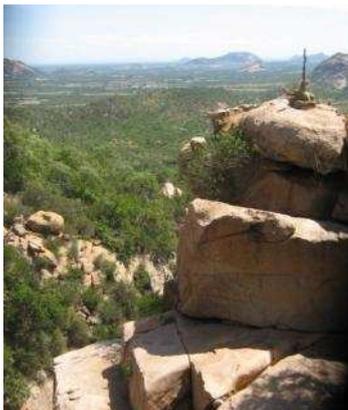
interferência só contribuiu na ampliação e na credibilidade das informações, uma vez que ela é uma pessoa bem relacionada, altamente respeitada dentro do grupo e um referencial em conhecimentos, por ser a única 'quilombola' do Talhado com formação acadêmica: Pedagoga (NÓBREGA & MELO, 2007, p. 6). Essa dúvida foi superada desde que discutimos procedimentos metodológicos em História Oral, na Oficina "*O uso das fontes orais e a elaboração de textos acadêmicos*" com o Professor Daniel Francisco dos Santos, da UNEB, durante o VI Encontro de História Oral do Nordeste na Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus – Bahia, em maio de 2007. Sabemos que há uma maior possibilidade de se instigar as memórias, histórias e interpretações em entrevistas em grupo, bem como, o entrevistador precisa estar em constante alerta para perceber qual a boa prática de entrevista em culturas e circunstâncias particulares (SMITH, 1997 apud THOMSON, 2000, p.51).

Voltamos a visitar a Comunidade Talhado e adjacências entre os dias 18 e 20 de fevereiro de 2007. Foram visitas exploratórias, onde localizamos, identificamos ou fotografamos cavernas, 'chiqueiro' de onças e comunidades vizinhas inseridas no contexto pesquisado. No mês de março de 2007, fizemos quatro visitas exploratórias. Duas para observações e registros e duas a fim de confirmar dados para transcrição de depoimentos. Nos meses de abril e maio de 2007, os contatos foram mais freqüentes e procuramos participar de todas as atividades comunitárias previstas para o Talhado. Destacamos, dentre outras visitas, o dia 08 de abril, quando participamos de uma missa e os dias 18 a 20 do mesmo mês, quando permanecemos na comunidade a fim de coletarmos novos depoimentos. Fotografamos atividades na área de educação, esporte, cultura e lazer e fizemos uma visita analítica às 'cavernas do convento'. No dia 13 de maio, participamos a convite do Sr. Sebastião Braz, chefe local, de um almoço em sua

residência. O almoço foi em homenagem ao Dia das Mães. Na hora da refeição, houve discursos e orações. Todos se serviram alegremente e, logo após, houve uma reunião para discussão sobre a construção da capela na comunidade. Foi um clima festivo, onde os presentes beberam cachaça e dançaram forró ao som de um dvd (instrumento tecnológico muito utilizado pelo grupo).



Cachoeira do Rio Camuengo – Sítio Picotes/ Santa Luzia-PB (região próxima ao Talhado).



Almoço festivo em homenagem ao dia das mães (casa do Sr. Sebastião Braz).

Fizemos mais quatro visitas exploratórias no mês de junho de 2007, a fim de confirmarmos informações para transcrição de depoimentos, bem como, observarmos a relação da comunidade com as atividades juninas e discutir dados coletados. Na oportunidade, verificamos que durante o período junino, os sanfoneiros locais permanecem mais na cidade de Santa Luzia, uma vez que ao participarem de trios de forró, eles necessitam ensaiar e participar de algumas tocatas. A música, além de lazer, passa a ser uma atividade econômica complementar às despesas familiares. Realizamos mais três visitas no mês seguinte a fim de complementarmos informações para essa produção dissertativa.

Para efeito de análise metodológica, gostaríamos de ressaltar, ainda, dois pontos básicos: Em primeiro lugar, que não é possível precisarmos o número de visitas à comunidade durante o trabalho de campo. Conforme mencionamos

anteriormente, faz anos que visitamos o Talhado e sempre pesquisando algo de alguma forma. Segundo, sempre que estivemos no Talhado, quer seja visitando de forma exploratória, quer seja permanecendo para observações participantes, fomos muito bem acolhidos e respeitados por todos, o que fortaleceu, mais ainda, nossa admiração pelo grupo. Somente um depoente, o Sr. José Fernandes Vieira (Zé Ventura) recusou-se a gravar entrevista e a fazer fotografias. Mesmo assim, disponibilizou-se por mais de três horas, falando de sua história de vida e discutindo a história do grupo. Com ele obtivemos informações preciosas e pudemos confirmar uma das histórias mais freqüentes na oralidade daquele grupo - a de que Zé Ventura teria *'visto e pelejado contra o diabo'*. Acreditamos que, independente do número de visitas realizadas, nossos contatos foram autênticos e suficientes para criarmos um clima de amizade e confiança. Para Zago (2003, p. 302) *"o grau de implicação do informante depende muito da confiança que ele deposita na pessoa do pesquisador e, evidentemente, de como se sente na situação da entrevista"*.

## **1.2 - Estratégias Metodológicas:**

A pesquisa foi realizada no Município de Santa Luzia - PB, mas houve necessidade de análise de documentos em outros municípios. A abrangência compreendeu três dimensões: a busca pela definição dos termos que incidem na configuração dessa pesquisa, a apreensão da concepção de remanescência quilombola defendida pela Fundação Cultural Palmares e o estudo específico da Comunidade Talhado (numa perspectiva de compreensão do grau de conhecimento apresentado pelo grupo, a respeito dessa identidade 'quilombolas' atribuída).

Apesar dos constantes olhares sobre o Talhado, nosso estudo seguiu um cronograma de dois anos. O projeto de pesquisa original sofreu alterações no intuito de aperfeiçoamento e ajuste às discussões e sugestões propostas pelo orientador. O primeiro ano da pesquisa girou em torno de um maior aprofundamento teórico, incluindo a revisão literária, e de um maior envolvimento temático com participação em seminários e eventos afins, bem como, de visitas à Comunidade Talhado (o que fortaleceu os laços de amizade e criou um ambiente favorável à pesquisa) e, finalmente, da elaboração dos instrumentos para coleta de dados.

Escolhemos a 'História de Vida', um dos gêneros da História Oral, como a metodologia norteadora do nosso estudo. Porém, convém lembrar que ao considerarmos a necessidade de focar nossa pesquisa numa ótica interdisciplinar e que nosso objeto pesquisado forneceu situações de semelhanças com outros objetos pesquisados no país, houve combinação de metodologias. *“É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar”*. A triangulação, combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno, tem por objetivo abranger a amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo (GOLDENBERG, 1999, p.62/63). Assim, nossa estratégia metodológica pode ser caracterizada por um processo de triangulação onde juntamos à metodologia de história de vida, a metodologia etnográfica seguida por Arruti (2006) que estudou a identidade étnica da Comunidade do Mocambo (dois vilarejos situados na zona rural do município sergipano de Porto da Folha, na região do Baixo São Francisco). Sobre o modelo metodológico desenvolvido em sua pesquisa, Arruti afirma:

O reconhecimento oficial do grupo, sua inclusão em um campo de mediadores governamentais e não-governamentais, a circulação de seus moradores (sob o estatuto de “representantes”) por reuniões, fóruns e encontros regionais e nacionais, assim como o vínculo que tudo isso passava a estabelecer entre as mudanças locais,

aparentemente muito situadas e internas àquele grupo social, e as mudanças que se vinham discutindo e processando em esferas muito distintas e distantes fizeram com que tal etnografia se afastasse do modelo canônico em dois aspectos. O primeiro é em relação àquilo que denominei etnografia nômade. Não considero exagero contabilizar como “trabalho de campo” as diversas reuniões das quais participei, como observador ou como ator, acompanhando a população do Mocambo ou sozinho, travadas nos planos da política ou da academia, que formam um painel igualmente vasto dos agenciamentos discursivos que definem a relação do Mocambo consigo mesmo (imagem de si), sua relação com a categoria “remanescente de quilombo” (norma e modelização) e minha interpretação dessa relação [...]. Uma segunda particularidade está na atenção dada às relações entre Antropologia e História. [...] No caso das abordagens culturais, torna-se evidente que para apreender a cultura em movimento, como apontou Hannerz (1997), é preciso ter em conta os modos pelos quais os atores e redes de atores refletem sobre ela, a submetem a experiências, a discutem, transmitindo e inovando-a (2006, p. 34/35).

As técnicas dessa pesquisa variaram desde a gravação e transcrição de testemunhos dos moradores do Talhado até o estudo bibliográfico e analítico das obras acadêmicas existentes sobre o tema. Convêm destacarmos que entrevistamos todos os seus autores, oportunidades em que discutimos e tiramos dúvidas sobre essas obras acadêmicas. As entrevistas ocorreram nas seguintes ordens: No dia 27 de dezembro de 2005, em Campina Grande- PB, entrevistamos o sociólogo José Vandilo dos Santos (autor de um estudo dissertativo sobre o Talhado). No dia 23 de novembro de 2006, em Recife – PE, entrevistamos a antropóloga Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (autora de um estudo dissertativo sobre o Talhado) e, finalmente, no dia 23 de maio de 2007, em João Pessoa – PB, entrevistamos o cineasta Linduarte Noronha (autor do documentário ‘Aruanda’, também sobre o Talhado). Utilizamos, ainda, a análise de documentos (inventários e partilhas, requerimentos, leis, ofícios, certidões, reportagens, álbuns de famílias e livros de registros de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos). Todo esse processo analítico foi complementado pela observação participante, dos fenômenos sociais e dos comportamentos do grupo frente às relações de alteridade.



Cena do Documentário Aruanda.  
 < <http://www.cchla.ufpb.br/aruanda/aruanda.html> >  
 Em 07 de fevereiro de 2007 às 22:42h.



Igreja Matriz de Acari-RN (uma das instituições que forneceu arquivos para nossa pesquisa).

Dentre os termos que incidem teoricamente sobre essa pesquisa, um deles gostaríamos de definir nesse momento, a fim de facilitar a compreensão metodológica para o leitor. Trata-se da definição de 'História Oral'. As pessoas sempre relataram suas histórias em conversas, o que faz da História Oral uma modalidade tão antiga, quanto a própria História. Porém, o processo histórico demonstra que somente a partir da metade do século XX ocorrem as primeiras experiências da História Oral, como atividade organizada, quando ela passa a ser utilizada como método eficaz na constituição de fontes históricas e na construção do conhecimento científico. De abrangência interdisciplinar, essa metodologia vem sendo sistematicamente utilizada por diversas áreas das ciências humanas e é cada vez mais comum o uso de fontes orais no trabalho historiográfico. Apesar dos debates em diversas instituições acadêmicas e culturais no país, uma questão ainda é básica: **o que é História Oral?**

Para o CMU (Centro de Memória da UNICAMP),

História Oral ou Método Biográfico é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem (2007, p.1).

Alguns usam a História Oral como uma fonte, um documento, entrevistas gravadas que podem ser usadas da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta (CAMARGO, 1994, p.78 apud FREITAS, 2002, p.18).

No entanto, História Oral deve ser encarada de uma maneira bem mais sistematizada “[...] como um procedimento armado estruturado por regras que a qualificam como uma atividade profissional, acadêmica, de iniciados e, sobretudo fundamentada em valores teóricos que, mais que nada, perfilam-se no princípio da humanização da História” (BOM MEIHY, 1996, p.50/51). Não é a mera narrativa dos fatos sucedidos, mas “os processos decorrentes de histórias gravadas, transcritas e colocadas a público segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido” (BOM MEIHY, 2000, p.85).

A história de vida, assim como os depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias; estão inseridos no quadro amplo da História Oral e encerram um conjunto de testemunhos. Embora o pesquisador tenha escolhido o tema, formulado as questões ou montado o esboço do roteiro temático, na história de vida, ele sempre perde o controle da narração, pois é o narrador quem decide o que narrar (QUEIROZ, 1988 apud PAULINO, 1999). Com isso, não devemos pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais “autênticas” que a versão oficial. Muitas vezes se dobram à memória institucional, pois ao que parece, há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia (BOSI, 2003, p.17).

Freitas fala de História Oral como “um método de pesquisa que utiliza a técnica de entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas de experiência humana” (2002, p.18). Divide-a em três gêneros distintos:

**tradição oral** (testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra), **história de vida** (relato autobiográfico, do qual a escrita está ausente) e **história temática** (entrevista realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico, de caráter temático e com característica de depoimento). A autora insere o tema no contexto referencial da História e da Memória, argumentando que a História Oral tem como suporte as lembranças, evidenciando uma memória coletiva: *“Um fato curioso é que quanto mais antigas e mais importantes forem as reminiscências, mais persistentes elas se tornam em nossa memória”* (Op. cit. p. 63). Lembra, ainda, que o discurso do depoente transmite um ponto de vista do presente nos conteúdos rememorados e que a reconstrução da memória histórica ocorre a partir de elementos fornecidos pela memória coletiva, vista como o somatório das memórias individuais. Em nossa pesquisa, optamos por trabalhar com a ‘história de vida’.

Comparando as definições, podemos confirmar que a História Oral é um método de pesquisa que se utiliza da entrevista e de outros procedimentos afins, para registrar narrativas individuais. A História Oral difere da História Oficial por fundamentar-se na oralidade, o que não impede ao pesquisador de analisar documentos escritos para eventuais esclarecimentos. Sabemos que a memória pessoal permeia as lembranças e omissões. Sobre o assunto, Izquierdo (2004, p.16) afirma: *“somos indivíduos porque temos memória. Somos exatamente aquilo que lembramos. Cada um de nós tem um acervo de memória que é particularmente nosso, que não compartilhamos com ninguém”*. Cada um detém o acervo memorial que lhe é peculiar.

Considerando que a história de vida está inserida nos gêneros da História Oral, convém lembrar ao pesquisador que mais importante do que o controle

narrativo é a análise da narração (saber diferenciar a memória individual da memória coletiva). Ao tentarmos reconstruir uma memória histórica, via História Oral, devemos considerar a necessidade de observância a dois princípios fundamentais: o predomínio da oralidade e a coleta diversificada de registros narrativos, uma vez que não captamos a memória coletiva em apenas um depoimento. Um depoimento individual é, tão somente, um depoimento individual. Assim, podemos definir História Oral como sendo um método sistemático de pesquisa que, utilizando-se de técnicas orais, possibilita a reconstrução de uma memória histórica a partir do registro de narrativas individuais. Essas narrativas (gravadas, transcritas e colocadas a público), decorrentes de critérios pré-determinados, estão impregnadas tanto de memória individual, quanto de memória coletiva. (NÓBREGA & MELO, 2007, p. 5).

Para a aplicação da História Oral, nessa pesquisa, convém esclarecermos que trabalhamos com uma amostragem de 10% (dez por cento). Coletamos 12 (doze) testemunhos, dentre os 120 (cento e vinte) habitantes que compõem nossa atual estimativa populacional para a Comunidade Talhado (pesquisamos apenas a população rural, por razões esclarecidas na definição de remanescente quilombola). Dentre os entrevistados, somente dois estão inseridos no contexto do 'Quilombo do Talhado Urbano'<sup>2</sup>. São eles: Luiz Bento dos Santos (Nuna) e José Fernandes Vieira (Zé Ventura). Abrimos essas exceções, pois precisávamos complementar as informações culturais sobre a musicalidade no Talhado e sabemos da grande experiência e capacidade musical de Nuna. Da mesma forma, ouvimos

---

<sup>2</sup> A Fundação Cultural Palmares reconheceu a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, em 20 de junho de 2005, como remanescente das comunidades dos quilombos. Esse reconhecimento compreende o grupo de moradores do Talhado que habitam o perímetro urbano de Santa Luzia – PB e corresponde a área localizada no final da Rua Arlindo Bento no Bairro São José, onde se encontra o galpão de artesanato das louceiras.

Zé Ventura, pois pela vasta experiência de vida (86 anos) foi referenciado pelo grupo como alguém que detinha informações importantes sobre a origem histórica da comunidade. De fato, com ele, obtivemos informações preciosas que muito contribuíram para nossa análise. Acreditamos que essas exceções não interferem na qualidade da pesquisa, uma vez que o grupo urbano do Talhado remanesce do grupo rural. Assim, além de compartilharem a mesma ancestralidade, os dois entrevistados apresentam fortes relações com o grupo rural do Talhado, mantendo-se sempre bem informados sobre os acontecimentos locais.

A seleção dos entrevistados obedeceu a critérios pré-definidos: residência (moradores do 'Quilombo' da Serra do Talhado, zona rural), idade (dois entre 20 e 40 anos, cinco entre 40 e 60 anos, cinco acima de 60 anos incluindo os dois mais idosos da Comunidade), relações de parentesco (embora o grupo considere-se pertencente a uma só família e todos descendam de uma mesma ancestralidade, procuramos evitar repetições numa mesma linhagem genealógica) e diversidade cultural (procuramos contemplar vários aspectos da cultura do Talhado, observando-se, principalmente, os diferentes modos de vida. Por exemplo: louceira, sanfoneiro, caçador, professor, estudante, benzedeira, etc.).

Apesar da inexperiência com coleta de testemunhos, procuramos manter algumas qualidades essenciais que o pesquisador deve possuir para o sucesso na entrevista: interesse real e respeito pelos pesquisados, flexibilidade e criatividade para explorar novos problemas, compreensão e simpatia, sensibilidade para saber o momento certo de encerrar uma entrevista ou "sair de cena" e, como lembra Paul Thompson (1992), disposição para ficar calado e ouvir (GOLDENBERG, 1999, p. 56/57).

Sabendo que a linguagem é um elemento constituinte da cultura e da identidade da pessoa, ao transcrevermos os testemunhos, optamos pela técnica de transcrição fidedigna ao depoente. Embora considerando que a transcrição não é fonética e que alguém só fala ‘errado’ aos olhos da academia, houve necessidade de editarmos falas dando um tratamento na ‘transcrição bruta’, mas respeitando a cultura e o teor do discurso. Vale salientar que ao trabalharmos com História Oral devemos se preocupar mais com o depoimento, pois estamos trabalhando com imaginários (informação verbal).<sup>3</sup>

### **1.3 - Embasamentos Teóricos Norteadores (Definições)**

Antes de tudo, convém lembrar que este mestrado tem um caráter interdisciplinar e contempla duas Áreas de Concentração: ‘Educação, Linguagem e Diversidade Cultural’ e ‘Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento’. Nosso estudo, além de está inserido nesse contexto, enquadra-se à linha de pesquisa intitulada ‘Estudos Culturais’. Queremos, com isso, chamar a atenção para a situação de que no mundo acadêmico há uma multiplicidade de paradigmas teóricos em competição e que *“diferentes teorias podem ser usadas para diversos propósitos em situações díspares”* (KELLNER, 2001, p.39). Ao considerarmos nossa linha de pesquisa e o fato de que uma determinada teoria pode ser utilizada conforme a tarefa que pretendemos, nos valem dessa interpretação de Kellner, reforçada na afirmação de que

O estudo cultural, portanto, opera com uma concepção interdisciplinar que utiliza teoria social, economia, política, história, comunicação, teoria literária e cultural, filosofia e outros discursos teóricos. As abordagens interdisciplinares à cultura e à sociedade transpõem os limites existentes entre várias disciplinas acadêmicas (2001, p. 42).

---

<sup>3</sup> Professor Daniel Francisco dos Santos (UNEB). Oficina “O uso das fontes orais e a elaboração de textos acadêmicos” (VI ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL DO NORDESTE – Culturas, Memórias e Nordestes, UESC – UNEB – UFS / Ilhéus – Bahia, de 02 a 05 de maio de 2007).

O campo teórico utilizado nessa pesquisa compreende a análise em torno de quatro termos, a saber: História Oral, Identidade Étnica, Memória e Remanescência Quilombola (implícito o termo Quilombo). Uma vez que já discutimos História Oral no contexto das estratégias metodológicas, passaremos a discutir os demais termos. Convém lembrar que observada a apropriação à tarefa pretendida, cada um desses termos passa por uma análise discursiva teórica e, ao final, construímos uma definição própria, exceto identidade étnica, cuja definição segue a esteira de Cunha (1987).

Apesar da multiplicidade teórica e dos paradigmas em competição, consideramos em nossas definições, via de regra, principalmente a opinião daqueles autores que compartilham pontos em comum e que estão ajustadas à realidade discutida. Entendemos que os discursos compartilhados são mais significativos, pois carregam uma representação positiva de imaginários. Enquanto produto do pensamento, a cultura determina concepções e modos de vida.

### **1.3.1 – Identidade Étnica:**

A palavra Identidade vem de *idem*, uma versão latina do grego *tó autò* que significa 'o mesmo' e que resulta no latim escolástico em *identitas*, isto é, a permanência do objeto único e idêntico a si mesmo, apesar das pressões de transformação externa e interna. Do ponto de vista comparativo, é a tendência de um grupo a explicar a sua particularidade, aquilo que o distingue de outro. Neste caso, identidade compreende todos os campos identitários e identidade cultural passa a ser equivalente a identidade nacional, uma vez que a cultura passa a ser vista como singularização do grupo, que incorpora a idéia de

nação<sup>4</sup> (SODRÉ, 2000, p. 33, 47/ 48). Uma identidade está em permanente processo de constituição, não sendo nunca completa finalizada. É uma narrativa. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 151). A Identidade é algo formado/em formação, ao longo do tempo, através de processos inconscientes (HALL, 2002, p. 38).

Comparando-se essas definições, verificamos que a Identidade nos remete para o campo da representação interpretativa, a fim de que possamos confrontar o “mesmo” com o “outro” e é nesse confronto comparativo que as semelhanças e as diferenças são reconhecidas. É esse jogo constante em busca de um reconhecimento como semelhante ou diferente que gera um sentimento de pertencimento. Logo, podemos definir Identidade como sendo: Processo contínuo de representação interpretativa que permite a singularização narrativa de uma nação, a partir do confronto comparativo com a alteridade. É sentimento. Lógica representada de um pertencimento.

Antropólogos advertem para as dificuldades de usarmos o conceito de grupo étnico, já que a homogeneidade atribuída à certas especificidades culturais e mesmo biológicas é, na prática, cheia de imprecisões. A confusão em torno do assunto parece estar em função da discussão sobre a expressão “etnia”, que embora esteja quase sempre associada a raça, compreende o elemento de composição que indica a idéia de povo, gente, nação. Segundo Santos (1995) apud Santos (1998, p.30/31), etnia é um *“termo criado para evitar a palavra raça e que designa uma mistura de raças caracterizada pela mesma cultura”*.

Sobre Identidade Étnica, considerando a semelhança com nosso estudo temático, preferimos discutir o assunto na esteira de Cunha (1987) que, ao

---

<sup>4</sup> A palavra **nação** refere-se ‘tanto ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a natio – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento’ (BRENNAN, 1990, p. 45 apud HALL, 2002, p. 58).

apresentar um ‘*parecer sobre os critérios de identidade étnica*<sup>5</sup> para instrução num processo de reconhecimento de uma comunidade indígena, propõe, numa visão antropológica social, a análise de três segmentos: raça, cultura e formas de organização social. Esse último segmento, a autora faz sua análise à luz do pensamento de Barth (1969).

Durante muito tempo, a definição de grupo étnico esteve atrelada à biologia, pois era visto como um grupo racial, identificável somaticamente. Para Cunha (1987, p.113):

Grupo indígena seria, nessa visão, uma comunidade de descendentes “puros” de uma população pré-colombiana. Esse critério ainda é vigente no senso comum popular. Ora é evidente que, a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que reproduza biologicamente, sem miscigenação com os grupos com os quais está em contato. Com esse critério, raríssimos e apenas transitórios seriam quaisquer grupos étnicos. A maior parte dos que nós conhecemos e entendemos como tais sem sombra de dúvidas não estaria incluída na definição. No limite, nela só se enquadrariam alguns grupos tribais da Oceania e da América em completo isolamento. A miscigenação, no caso do indígena brasileiro, foi fruto primeiro de alianças entre portugueses e índios, no período que antecedeu a colonização propriamente dita (1500-1549), acrescida mais tarde de uniões fruto da violência. Foi corrente também, a partir do século XVII, o casamento, sugerido pelos senhores de escravos, entre escravos negros e índios das aldeias, no intuito de atrair os índios fora das aldeias em que haviam sido estabelecidos após terem sido “descidos” dos sertões.

Percebemos que o elemento raça perdeu forças como critério para definição de um grupo étnico. No caso do Brasil, além da situação de miscigenação forçada e legitimada pelo Estado que é exposta por Cunha (op.cit.), precisamos considerar que o quilombo sempre foi um refúgio de marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor (MOURA, 1993, p.37). Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea. Logo, a raça é, dentre os elementos de uma nacionalidade, o menos ativo. (MELLO, 1984, p.136).

---

<sup>5</sup> Publicado originalmente em *O índio e a cidadania*, São Paulo, Brasiliense/Comissão Pró-Índio, 1983. Este parecer foi feito para informar o processo de disputa de terras dos índios Pataxó Hã-hã-hãe, do sul da Bahia (CUNHA, 1987, 113).

Após a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo testemunhou um genocídio em nome da pureza racial, o critério de raça foi substituído pelo da cultura e grupo étnico passa a ser visto como aquele que compartilha valores, formas e expressões culturais a partir de uma idéia de ancestralidade comum. Para Cunha (1987, p. 115):

Embora seja relativamente satisfatório o critério cultural, na medida em que corresponde a muitas das situações empíricas encontradas, ele deve ser usado de modo adequado. Isso significa que devem dele ser erradicados dois pressupostos implícitos: a) o de tomar a existência dessa cultura como uma característica primária, quando se trata, pelo contrário, de consequência da organização de um grupo étnico; e b) o de supor em particular que essa cultura partilhada deva ser obrigatoriamente a cultura ancestral. Para estabelecer a inadequação desses pressupostos, bastará lembrar o seguinte: se, para identificarmos um grupo étnico, recorrêssemos aos traços culturais que ele exhibe – língua, religião, técnicas, etc -, nem sequer poderíamos afirmar que um povo qualquer é o mesmo grupo que seus antepassados. Nós não temos forçosamente a mesma religião, nem certamente as mesmas técnicas, nem os valores dos brasileiros de há cem anos. A língua que hoje falamos diverge significativamente da que falavam nossos antepassados. Uma segunda objeção deriva de que um mesmo grupo étnico exibirá traços culturais diferentes, conforme a situação ecológica e social em que se encontra, adaptando-se às condições naturais e às oportunidades sociais que provêm da interação com outros grupos, sem, no entanto, perder com isso sua identidade própria.

Pela citação acima, percebemos que a autora além de chamar a atenção para a idéia de que a cultura de um grupo étnico é sempre consequência da organização social desse mesmo grupo, promove uma reflexão sobre a necessidade de observarmos nos grupos étnicos, a relação existente entre a cultura ancestral e a cultura vigente. O grupo étnico não tem que partilhar, necessariamente, a cultura ancestral. Conseqüentemente, podemos considerar o que afirma Lima (1992, p. 18):

A identidade étnica não é conservadorismo, nem mera continuidade cultural. Ela tende a recriar a distintividade em novas situações de rivalidade, competição e confronto, redefinindo-se em oposição relacional ao novo outro. Cada momento implica uma redefinição dos costumes e das relações. [...] Além de ser relacional, contrastiva e situacional, a identidade étnica se configura no processo de confrontação de interesses de grupos diferenciados, que, manipulando conteúdos culturais, articulam uma organização política informal de luta por poder e privilégio.

Os grupos étnicos sofrem interferência em suas culturas tradicionais. Essa interferência atinge, além da língua, a religião, os costumes matrimoniais, a

organização política, a tecnologia e os hábitos alimentares. Porém, como forma de resistência, os grupos étnicos elegem alguns traços culturais para o apego, preservando, assim, a identidade do grupo. Há uma imprevisibilidade em predizer quais dentre todos os traços culturais deva ser enfatizado e, dessa forma, surge um quase consenso entre os antropólogos, no sentido de que a cultura também não deve ser tomada como princípio primeiro de um grupo étnico (CUNHA, op. cit. p.116).

Diante das imprecisões argüidas sobre os critérios de raça e de cultura, o mundo antropológico concentra-se naquilo que é socialmente efetivo e recorre a um terceiro critério básico, definindo os grupos étnicos a partir de uma visão pautada nas diferentes formas de organização social. Assim, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social, onde seus membros se identificam e são identificados por outros como constituintes de uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. Porém, uma atribuição categórica só deve ser considerada como uma atribuição étnica quando gera uma classificação identitária determinada pela presunção de sua origem e seu meio ambiente. Embora as categorias étnicas considerem as diferenças étnicas, as características que são levadas em consideração são somente aquelas que os próprios atores sociais envolvidos consideram significantes (BARTH, 1969, p.189-195).

Essa concepção de Barth (1969) que é a mesma considerada por Cunha (1987) já é amplamente divulgada no mundo acadêmico e tem ganhado espaço, pois além de proporcionar uma oportunidade de equidade entre os grupos (permitindo que prevaleça tanto o discurso externo, quanto o discurso interno), tem neutralizado algumas imprecisões na hora de caracterizar um grupo étnico. Assim, para que um grupo possa ser considerado étnico, e conseqüentemente, sua

identidade seja também étnica, exige-se uma identificação externa atribuída e uma auto-identificação, isto é, o grupo também deve reconhecer e se identificar com a categoria distinta que lhe é atribuída, num confronto com outras categorias da mesma ordem. Em tempos de globalização, onde se acentuam as diferenças e os interesses, surgem afirmações contraditórias entre o mundo externo e o interno e, naturalmente, ganha espaço uma espécie de relativismo. Sobre as formas de tratamento às questões de moral e ética, pela antropologia, Oliveira (2000, p. 170) afirma:

Questões de moral e de ética têm, todavia, sido sistematicamente evitadas por nossa disciplina, exatamente por receio de infligir seu compromisso com o fantasma do relativismo. Portanto, como fantasma, só nos cabe exorcizá-lo, viabilizando aquelas questões como sendo passíveis de reflexão e de investigação antropológica.

O pensamento de Oliveira pode ser considerado um reforço à definição de Barth (1969), na medida em que ele fortalece a necessidade de exorcizar o relativismo pela reflexão e pela investigação antropológica. Na mesma obra, Oliveira chama a atenção, ainda, para outra necessidade: a de observação ao processo de dominação entre os grupos, onde estão inseridas as questões de incompatibilidades culturais e da ética discursiva, que hierarquiza uma cultura sobre a outra. Referindo-se a uma análise de incompatibilidade cultural entre índios e missionários, Oliveira (2000, p. 176) após questionar o nível democrático entre os diálogos interétnicos ou interculturais, afirma: *“O processo de dominação – como todos nós sabemos – não se dá apenas pela força ou pelo peso das tecnologias criadas pelo mundo industrial, dá-se também pela hegemonia do discurso ocidental, de raiz européia”*.

A partir dessa definição de Barth (1969), o foco de qualquer pesquisa passa a se concentrar nas fronteiras sociais do grupo em estudo. Ao estudarmos sobre a identidade étnica de um grupo, necessitamos averiguar a relação desse grupo (interna e externa), bem como se há ou não uma imposição discursiva capaz

de subordinar uma cultura sobre a outra. Considerando a importância da memória e do hábito no processo de construção identitária, pelo grupo, origem e tradição de um grupo também deve ser analisado. Sobre o assunto, Cunha (1987, p. 117) afirma:

Origem e tradição são, portanto, o modo como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem como tais, origem e tradições são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica.

A clareza e segurança sobre o único critério para definição de uma identidade étnica – ser ou não ser identificado e se identificar como tal – permitiu a Cunha (op.cit. p.118), ao finalizar o seu parecer, afirmar: *“A identidade étnica de um grupo indígena é, portanto, exclusivamente função de auto-identificação e da identificação pela sociedade envolvente”*. Sobre ‘Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível’<sup>6</sup>, para reforço discursivo, convém analisarmos mais uma afirmação de Cunha (op. cit. 100):

É igualmente em termos de religião que os ex-escravos de origem ioruba que voltaram do Brasil para a África Ocidental se distinguiram dos demais. [...] esses homens, que se afirmam principalmente animistas na Bahia e são os mais ortodoxos dos muçulmanos em Serra Leoa, tornaram-se os paradigmas de catolicidade entre os protestantes, muçulmanos e animistas de Lagos, na Nigéria. Pois, cruamente, não se contrasta uma religião com um tipo de roupa, mas religião com religião, e roupa com roupa. Agora, a roupa que se irá escolher é tirada do guarda-roupa. Em suma, e com o perdão do trocadilho, existe uma bagagem cultural, mas ela deve ser sucinta: não se levam para a diáspora todos os seus pertences. Manda-se buscar o que é operativo para servir ao contraste. E isto até em sentido literal, como relata Pedro Agostinho dos Pataxó do sul da Bahia, que mandam alguns de seus membros aprenderem maxakali em Minas Gerais, para se afirmarem como índios. Tudo isto leva à conclusão óbvia de que não se podem definir grupos étnicos a partir de sua cultura, embora, como veremos, a cultura entre de modo essencial na etnicidade. Foram essas considerações que levaram antropólogos interacionistas, como Moerman e Barth, a definirem adequadamente a identidade étnica em termos de adscrição: assim, é índio quem se considera e é considerado índio.

---

<sup>6</sup> Versão publicada na Revista de Cultura e Política, CEDEC, VOL. 1, Nº 1, São Paulo, 1979 (CUNHA, 1987, p.97).

Essa afirmação reforça a idéia de que a identidade se constrói pela organização das relações e condutas a partir da consciência da diferença (LIMA, 1992, p. 18). Interessante observarmos os limites territoriais de um grupo étnico, bem como, a relação existente entre conduta e espaço geográfico, pois a conduta pode ser relativizada no tempo e no espaço e isso faz da identidade algo situacional, isto é, sentida e assumida conforme a situação. Convém lembrar que nosso estudo pretende analisar se a Comunidade Talhado tem conhecimento da identidade 'quilombola' que lhe é atribuída. Portanto, nesse contexto (em termos de adscrição), é quilombola quem se considera e é considerado quilombola. Precisamos ressaltar que a Fundação Cultural Palmares ao reconhecer um grupo como comunidade remanescente de quilombo classifica-o, obrigatoriamente, como 'Grupo Étnico-Racial' e utiliza como fator determinante da questão racial, a presunção de uma ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, ou seja, resistência à escravidão. Embora os grupos étnicos apresentem uma identidade coletiva, geralmente, fundamentada na memória e no hábito (HALBWACHS, 1990, p.87) e essa identidade (que é étnica) seja definida historicamente e não biologicamente (HALL, 2002, p. 13), a noção de 'grupo étnico' está adequada ao fenômeno dos grupos auto-identificados como remanescentes de quilombos, mesmo que eles não apresentem relação com aquilo que a historiografia reconhece como quilombos. Sobre o assunto, Arruti (2006, p.39) afirma:

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. Nenhuma destas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas. [...] as "fronteiras" e os mecanismos de criá-las e mantê-las, isto é, os limites que emergem da diferenciação estrutural de

grupos em interação, do seu modo de construir oposições e classificar pessoas (BARTH, 1969) foi o que se considerou analiticamente relevante.

Ao analisarmos esse pensamento de Arruti, percebemos que o autor ao associar a noção de grupo étnico ao fenômeno de auto-identificação de grupos como remanescentes de quilombos, valoriza o pensamento de Barth ao defender a necessidade de limites entre os grupos, definindo uma unidade política e relacional. Dessa forma, entendemos que as fronteiras interétnicas, ao permitirem a relação simbólica com a alteridade, reforçam o sentimento de pertencimento e exige dos grupos étnicos a definição clara de seu espaço territorial.

### **1.3.2- Remanescência Quilombola:**

Sabemos que o “quilombola” é aquele que viveu de forma comunitária no quilombo. Oficialmente, desde 1888 quilombos não mais existem no Brasil e para o Estado Brasileiro só podemos falar de remanescência das comunidades de quilombos. Embora a data de 1888 represente um marco formal para os negros no Brasil (Lei Áurea), não há um consenso com relação a essa formalidade e, de modo especial, quando falamos de quilombos. Eles se formaram por escravos libertos e insurretos e negros livres antes e depois da abolição. Durante a escravidão, os quilombos abrigaram as populações, configurando um tipo de resistência. Finda a escravidão, os quilombos tornaram-se espaços de acolhimento de negros excluídos que, pela ordem que se configurou, não tinham como sobreviver física e culturalmente. Portanto, é perfeitamente lógico falar-se em quilombos mesmo após 1888, como elemento representativo da resistência negra (OLIVEIRA, 2001, p.31 apud SUNDFELD, 2002, p.72).

Precisamos lembrar, ainda, que os quilombos foram exemplos da democracia racial de que tanto se fala, tornando-se refúgio de muitos indivíduos marginalizados pela sociedade escravista, independente de cor (MOURA, 1993, p.37). O quilombo representou além do local de ajuntamento de escravos ‘fugidos’, uma espécie de sociedade alternativa (autônoma e livre), cuja organização sociocultural procurava evitar os particularismos que prejudicassem a existência da comunidade. Quanto ao aspecto econômico, houve a predominância da agricultura como atividade de subsistência, mesmo que de forma complementar, em todos os sete tipos de quilombos: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviços e predatórios (FREITAS, 1982 apud MOURA, 2004, p. 336 - 337).

Diante do exposto, a denominação ‘quilombola’ só é adequadamente utilizada quando se referir à pessoa que tenha habitado o quilombo, mantendo-se no contexto de luta e resistência contra a escravidão ou contra o processo de exclusão dos marginalizados. Assim, o que se deve entender por Comunidade Remanescente de Quilombo? Segundo Gama (2005, p. 2):

Apesar de o texto constitucional referir-se a remanescente, sem sombra de dúvida essa expressão deve ter sua interpretação alargada. Explica-se. É que remanescente refere-se ao que restou ao que sobrou. Assim, interpretando literalmente o texto, ele teria aplicação praticamente inócua, haja visto que, se hoje há algum remanescente do período da escravidão, este, certamente, deve estar nos seus últimos dias. Então, onde se lê remanescente, entenda-se descendente, que significa derivar, provir por geração. Destarte, devemos entender o conceito de comunidade quilombola como sendo descendentes de quilombos. Só assim obteremos efetividade do comando constitucional.

O conceito acima tem um embasamento no Decreto Nº 4.887/2003 (que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos) de que trata o Art. 68 (do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e o Art. 216 da Constituição Federal de 1988. É resultado de uma análise jurídica de Alcides Moreira da Gama, Procurador Federal em Brasília (DF),

em exercício na Fundação Cultural Palmares. Concordamos com o autor por entendermos que ele, enquanto analista e procurador, embora se posicione sob a ótica formal, contextualiza de forma coerente o conhecimento jurídico com o conhecimento científico produzido sobre os Quilombos no Brasil.

Em nossa pesquisa, ao analisarmos a Comunidade Talhado enquanto remanescente quilombola, consideramos somente o Grupo Étnico que habita na “Serra do Talhado”. Essa consideração deve-se à necessidade de um ajuste metodológico (amostragem) e ao fato de que pretendemos verificar como ocorreu o processo inicial de ocupação territorial daquela região, bem como, se existem reminiscências históricas que possa caracterizar um antigo ‘quilombo’. Valorizamos a relação simbólica deles com a “terra”, pois acreditamos que esse elemento simbólico propicia ao grupo o desenvolvimento da agricultura de subsistência, base econômica dos quilombos, e sua posse ajuda a estabelecer limites para uma posterior demarcação territorial no “Quilombo do Talhado”. Portanto, a expressão **“remanescência quilombola”** passa a ser utilizada, em nosso referencial, como sinônimo de “descendência quilombola”, isto é, descendência de habitante de quilombo.

### **1.3.3 – Memória:**

A História Oral evidencia uma memória coletiva capaz de permitir a reconstrução da memória histórica. Utilizar-se do depoimento oral como fonte histórica promove uma necessidade de reflexão sobre o fenômeno da memória, o que é positivo, pois não podemos confundir Memória e História. Le Goff (1992, p.423) fala de Memória como sendo *“a propriedade de conservar certas*

*informações”, referindo-se ao “conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas”. Ao referir-se à história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, Le Goff deixa claro os lugares que permitem fazer essa diferença. Os lugares da memória coletiva são: **topográficos** (arquivos, bibliotecas, museus), **monumentais** (cemitérios, arquiteturas), **simbólicos** (comemorações, peregrinações, aniversários, emblemas) e **funcionais** (manuais, autobiografias, associações, etc). Os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar os criadores e os denominadores da memória coletiva são: “Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (op.cit. p. 473). Convém lembrar que os arquivos governamentais se juntam à narrativa memorialística se propondo a substituir a Memória coletiva. Porém, “é neste ponto que o historiador tem de estar atento, porque a Memória arquivística não é a Memória social popular, sequer a étnica” (MELO, 2002).*

Ao analisar os aspectos estruturantes da memória e suas atividades de auto-organização, Le Goff nos chama a atenção para os fenômenos da memória e para o problema da amnésia. Os fenômenos da memória (aspectos biológicos e psicológicos) são resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem quando essa organização os mantém ou os reconstitui. Assim, o “*comportamento narrativo*” (ato mnemônico fundamental), tem função social, pois é comunicação a outrem de uma informação. A amnésia é não só uma perturbação individual (perturbação grave da presença da personalidade), “*mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações*

*que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva”* (op. cit. p. 424/425).

Considerando que a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento, Le Goff sugere o estudo da memória social como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história (op.cit. p. 426) e reconhece na memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta; um elemento essencial da identidade individual ou coletiva (Idem, 1992, p.476/477). Cada um de nós tem certo acervo de memória, peculiarmente nosso. Somos indivíduos, exatamente, porque temos memória (IZQUIERDO, 2004, p.16). Apesar dessa individualidade, o homem se caracteriza por seu grau de integração social e isso nos permite compreender que não há nenhum pensamento puramente individual. A lembrança, produto de nossa existência social, atua como um ponto de referência que nos permite situar no tempo e no espaço e faz da experiência coletiva histórica, uma intersecção de correntes do pensamento coletivo.

Não podemos pensar nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros, e sob a condição desse acordo substancial que, através do coletivo, persegue o universal e distingue o sonho da realidade, a loucura individual da razão comum (HALBWACHS, 1990, p.21).

A sociedade não uniformiza os indivíduos, diferencia-os. Quanto mais nos relacionamos, mais tomamos consciência de nossa individualidade. Dessa forma, sociedade e memória se implicam, porque há em toda personalidade, uma consciência social. O indivíduo participa de uma memória individual e de uma memória coletiva e, *“conforme participe de uma ou de outra, adota duas atitudes muito diferentes e mesmo contraditórias”*. Comportando-se no quadro de sua vida pessoal, tomariam lugar suas lembranças e, comportando-se como membro de um grupo, contribuiria para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em

que estas interessam ao grupo (HALBWACHS, 1990, p.53). Há distinções entre essas duas memórias. Para Halbwachs, a **memória individual** é interna, pessoal e autobiográfica, enquanto que a **memória coletiva** é externa, social e histórica. *“A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. [...] o mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais”*. Porém, nesse caso, devemos considerar os limites do mundo da criança, pois, “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória ( op.cit. p. 55-85).

Comparando-se as definições, podemos considerar que o processo de reconstrução da memória histórica passa necessariamente pela compreensão da memória coletiva. Sabendo-se que Memória e História ocupam lugares diferentes e que existem memórias individuais e memórias coletivas (estruturadas e com atividades de auto-organização) devemos estar atentos às questões de tempo e de espaço e convictos de que a memória está sempre relacionada com a identidade. A memória individual está para o indivíduo, enquanto a memória coletiva está para o social. Os grupos étnicos apresentam uma memória coletiva. Assim, entendendo que o comportamento narrativo tem uma função social na vida de um acontecimento, na medida em que o expande enquanto informação e que a memória, de caráter individual ou coletivo, é sempre um elemento determinante no processo identitário; podemos definir **Memória**, como sendo: complexo psíquico, estruturado e auto-organizado, que permite ao homem conservar informações sobre um acontecimento.

## 2 HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO DO TALHADO

### 2.1 – Espaço Geográfico

A Comunidade ou “Quilombo do Talhado” localiza-se na Serra do Talhado, ramificação da Serra de Santa Luzia, no Planalto da Borborema. Tem aproximadamente 700 metros de altitude e encontra-se na zona rural do município, a 26 km da sede de Santa Luzia, que fica a 260 km da capital João Pessoa (Anexo B). Hoje, há estradas de acesso à comunidade. Por estar no semi-árido, o clima local é classificado como tropical quente e seco, e a formação vegetal como Mata Serrana (espécies arbóreas e arbustivas da caatinga); o solo, com predominância argilosa, tem no relevo variações significativas, entre serras que dão origem às cabeceiras ou nascentes de importantes bacias hidrográficas do Seridó Paraibano.

Outro aspecto geográfico que convém ser analisado é o populacional, que já preocupa alguns moradores: *“Hoje o Talhado tá muito diminuído. O Talhado eu alcancei era quase uma cidade. Era gente demais. Aí o povo foi se desviando e hoje tá... acha mais quase nada no Talhado, né Gilvaneide?”* (Zacarias Pedro de Andrade). O trecho desse depoimento representa um momento de diálogo entre um depoente e Gilvaneide, uma das professoras do Talhado. Percebemos pelo depoimento *acima* que, embora o índice demográfico da Comunidade Talhado tenha oscilado ao longo dos tempos, apresenta atualmente, uma queda significativa. O auge populacional do grupo foi de 1950 até 1970, quando se intensifica um processo emigratório. Em julho de 1975, a região do Talhado totalizava 511 habitantes (CAVALCANTI, 1975, p. 12). Em 1981 o lugar chegou a contar com cerca de 800 pessoas e em agosto de 1998, um levantamento feito pela Secretaria de Saúde do

Município registrou 151 pessoas (SANTOS, 1998, p. 48/49). Em 2004, a Fundação Cultural Palmares ao reconhecer a Comunidade Talhado como remanescente de Quilombo, apresentou uma estimativa de 200 habitantes. Agora, em 2007, fizemos juntamente com membros do grupo uma estimativa populacional em torno de 120 pessoas.

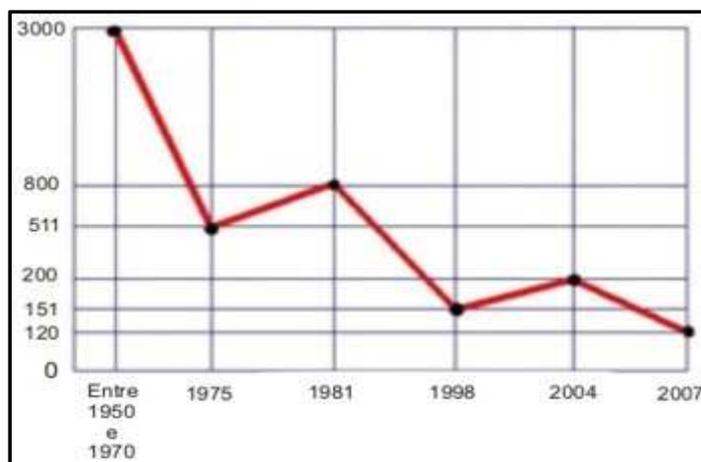


Gráfico Populacional da Comunidade Talhado

Porém, esse processo de decadência populacional existente no Talhado tem uma explicação:

A tendência aqui é virar deserto. Temo que isso aconteça. Eu acho que isso um dia vai acontecer. Vai voltar o que era. Porque tudo não volta ao que era antes? Eu acho que aqui vai voltar ao deserto. Onça. Vai ficar os animais selvagens. Vai porque aqui a seca, apesar de tudo, tem alguns que ainda resistem [...]. Eu acho assim, que essas pessoas mais velhas desaparecendo, aqui vai virar deserto. O povo mais novo não vão enfrentar com o mesmo rigor, com a mesma coragem que os velhos enfrentam. Falta de amor, muitos dizem que aqui não presta, que aqui é difícil, que aqui é não sei o quê, que nunca ninguém arrumou nada aqui, e daí vai [...]. É isso que eu acho, que vai virar deserto. Porque uma comunidade de mais de 3000 pessoas e está em cento e poucos. Uma escola de 150 alunos e está em 26. Não tem uma certa lógica? (Gilvaneide Ferreira da Silva).

O testemunho acima revela que a queda populacional do grupo deve-se, além das condições climáticas, a fatores econômicos e sócio-culturais como, por exemplo, o desemprego. Também é visível, o peso do “discurso negativo” que a comunidade já incorporou, com relação à falta de perspectivas e de melhorias na qualidade de vida dos moradores do Talhado.

## 2.2 – A origem da Comunidade.

De acordo com a memória do grupo, “Olho D’Água Talhado” (denominação inicial da comunidade) corresponde a um lugar desabitado, até aproximadamente 1860, ano em que se acredita tenha começado a ser povoado. O carpinteiro José Bento Carneiro (Zé Bento) e sua esposa, a louceira e parteira Cecília Maria da Purificação (Mãe Cizia) foram os primeiros habitantes do lugar e ancestrais comuns do grupo. Ao contrário do que alguns estudiosos e jornalistas afirmam, a escolha desse lugar de difícil acesso e vitimado pela seca, não é atribuída ao fato de Zé Bento ser um escravo fugitivo. Depoimentos confirmam que o lugar disponibilizava, na época, recursos naturais compatíveis com os anseios do casal: madeira, caça do mato, mel e barro. No entanto, Zé Bento e Cecília já vinham de outro lugar, a Pitombeira<sup>7</sup>:

A história de Zé Bento, que eu sei, só essa mesma que Sebastião contou agora. Que ele permutou a Pitombeira aqui no Talhado e veio embora porque ele era um carpinteiro e aqui tinha madeira, tinha muita caça do mato, tinha abelha e era do que eles viviam e Cecília que é a esposa dele, fazia “loiça”, aí vivia disso (Joana Carneiro dos Santos).

De fato, outros depoimentos fazem referência à abundância de caça na região do Talhado, por volta de 1897:

O meu pai quando chegou aqui, ali num terrenozinho que tem ali que a gente chama os cajueiros, ele disse que amanhecia o dia tudo “cavacado” (escavacado). O porco do mato cavava pra comer a batata da cipaúba [...]. Ele fazia viagem daqui pra Serra de Santana e vinha. Quando ele passava lá no outro dia não tinha quem visse o rastro de uma pessoa. Era só os bichos que passavam por cima: tatu, ema, onça, raposa, gato... (Zacarias Pedro de Andrade).

---

<sup>7</sup> Comunidade localizada na zona rural do município de Várzea – PB. Essa Comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, em 12 de maio de 2005, como remanescente das comunidades de quilombos.

A idéia de que Zé Bento e Mãe Cizia vieram da Pitombeira está presente na memória coletiva do grupo. De acordo com as informações fornecidas por José Fernandes Vieira (Zé Ventura):

O carpinteiro Zé Bento antes de ir para o Talhado morava na Pitombeira, onde tinha terras. Motivado pela abundância de madeira e barro na região do Talhado, faz uma permuta de terras com um tal de Nestor (avô de Zé Nestor e de Manoel Nestor). Assim, Zé Bento permuta uma parte de terras da Pitombeira por uma parte do Talhado. A parte de terras no Talhado compreendia uma data em quadro e continha uma légua e meia em cada lado. Avaliada, na época, em \$ 2:000 (dois mil réis), sua área limitava-se com: Volta, Pedreira (terras de Janúncio Nóbrega), Pinga, Mucunã e Santa Helena (terras do Dr. Artur Ferreira Tavares).

Informalmente, o morador do Talhado Sebastião Braz dos Santos disse lembrar-se de Zé Nestor e esclarece: *“Zé Nestor era casado com Dorinha de Venâncio Bulcão. Era o pai de Cosme, Damião, Maria dos Anjos e Maria das Virgens”*. Para compreendermos a extensão territorial permutada no Talhado, descrita no depoimento, recorreremos a Medeiros Filho (1983, p. 301) que, ao apresentar uma tabela de pesos e medidas antigos de uso mais corrente em nossa região, afirma que uma légua corresponde a três milhas, isto é, 6.600 metros (uma milha corresponde a 2.200 metros). Logo, entendemos que a parte de terra do Talhado, permutada pela Pitombeira, apresentava-se medida em quadro, e cada lado do quadro correspondendo a uma equivalência de 9.900 metros.

Considerando-se a afirmativa do cineasta Linduarte Noronha, de que Talhado foi uma *“área devoluta ocupada de forma pacífica”*, é possível que esse direito de posse tenha sido legalizado por Nestor, assim como era legal a posse de terras de Zé Bento na Pitombeira. Tal afirmação fundamenta-se na idéia de que com a implantação da Lei de Terras de 1850, as terras devolutas só poderiam ser adquiridas, através de compras. A esse fato, associa-se a idéia de que a chegada de Zé Bento e Cecília ao Talhado ocorreu por volta de 1860. Convém lembrar, ainda, que ao analisar os autos de inventário e partilhas do casal, verificamos que

no ano em que Zé Bento faleceu (1890), ele já tinha adquirido o direito de posse legal sobre as terras do “Olho D’ Água Talhado”.

Sobre as questões fundiárias do Seridó<sup>8</sup>, nessa época, Cristina et al (2007, p.1) afirmam:

As concessões de terras eram feitas através de Sesmarias, compra, herança, dotes, permuta ou doação, desde que estabelecidos e cumpridos os critérios básicos da apropriação. O sistema de sesmarias foi abolido em 1822, ficando em seu lugar, muito adiante, a Lei de Terras, em 1850. [...] Os posseiros também conseguiriam regularizar suas situações, mas para receber o título de proprietário ou de posse era preciso medir e demarcar as terras. As terras devolutas, só poderiam daquele momento em diante, serem adquiridas, através da compra; sem o título de posse, os donos não poderiam hipotecá-las ou receber qualquer crédito por elas, futuramente.

A descendência de Zé Bento é desconhecida pelo grupo. Somente o depoente José Fernandes Vieira (Zé Ventura), embora não sabendo afirmar o nome do pai de Zé Bento, nos informa que “*ele é filho de um ‘negrão’ que veio solteiro do Piauí*”. Depoimento semelhante é o de Zacarias Pedro de Andrade:

Zé Bento eu não sei a descendência dele de onde veio. Se foi do Piauí, se foi de outro qualquer estado, do Maranhão, de outro canto, eu não sei não. Agora o Joaquim Carneiro veio do Piauí. Quando ele veio do Piauí, veio ele e um tal de Manoel Bonifácio. Joaquim Carneiro assituou-se aqui no Brito, comprou terreno no Brito e Manoel Bonifácio desceu pra esses Cariri.

Ainda sobre o assunto, Cavalcanti (1975, p. 73) afirma: “*A irmã de Joaquim Carneiro, Prudência, teve filhos e um deles, J.B.C. casou com Cecília, filha de Cândida (sua prima cruzada patrilateral) e veio morar no Talhado*”. Assim, ficamos sabendo que Prudência é irmã de Joaquim Carneiro e mãe de José Bento Carneiro. Porém, questionados sobre o assunto, nenhum dos depoentes confirmou essa afirmativa. Há, inclusive, aqueles que se surpreendem e discordam completamente: “*Irmã de Joaquim Carneiro? Não. Ele não trouxe nenhuma irmã*”

---

<sup>8</sup> Região cortada e atravessada pelo Rio Seridó e seus afluentes. Compõe-se por municípios dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, sendo Santa Luzia – PB, um desses municípios (GUERRA FILHO, 2001, p.11/12)

*pra'qui não. Ele veio só. Ele e o Manoel Bonifácio*” (Zacarias Pedro de Andrade). A depoente Gilvaneide Ferreira da Silva considera a afirmativa de Cavalcanti como uma hipótese:

Naquela época, se ela fosse escrava né, que ninguém tem certeza absoluta se teve isso, se ela veio fugindo de lá de um senhor de engenho ou mesmo de um fazendeiro, se ela vem fugindo e ela vinha grávida de Zé Bento, pode ser o caso, né? Pode ela ter saído de lá caladinha, porque se soubesse que tava grávida não saia né? Calada pra ter o filho livre. Pois pode ter acontecido, né? Isso é uma hipótese que a gente tá [...].

Já a descendência de Cecília, esposa de Zé Bento, ainda permanece lembrada pela maioria que até remontam a um passado bem mais longínquo. Embora Cecília tenha vindo da Comunidade Pitombeira (pertencente, hoje, ao município de Várzea – PB), com seu esposo, testemunhos confirmam que seus pais foram habitantes da Comunidade Brito (hoje, do município de Areia de Baraúna – PB). Cecília era filha de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, permanecendo a chegada de seus pais ao Brito com alguns mistérios:

Porque eu sei dizer que o Joaquim Carneiro que gerou essa família lá pelo Brito, veio do Piauí. Agora eu não sei a época, o ano que ele veio. O povo dizia que ele veio com os Dantas tangendo uma boiada e aqui ficou. Aqui comprou um terreno no Brito e casou-se por aí. Ficou e gerou família. Até hoje tem família dele por aí. Que essa Cecília que é conhecida aí na história era filha de Joaquim Carneiro. Agora Zé Bento eu não sei a descendência dele de onde veio [...]. Tinha um Dr. Dantas, Manoel Dantas, mas eu não sei qual foi o que trouxe Joaquim Carneiro [...]. Esta minha mãe contava. Que eles saíram de lá escondido [...]. Sei que disse que quando ele veio trouxe muito dinheiro. Joaquim Carneiro assim que chegou comprou da Bocanha até a extrema da Serra da Borborema (Zacarias Pedro de Andrade).

Apesar dos mistérios, esse depoimento é carregado de evidências e não traz, em si, nenhuma contradição. De fato, Joaquim Carneiro ainda é lembrado na memória da Comunidade Brito e lá podemos encontrar descendentes da Família Gabriel, nome de um dos seus filhos. Outro ponto importante a se comentar nesse depoimento é que a revelação da fuga de Joaquim Carneiro, vindo do Piauí em companhia de alguém da família Dantas, tangendo uma boiada, torna-se reforçado

pela idéia de que a pecuária representou uma das atividades sertanejas predominantes na época e o gado, marca presente nos campos, proporcionava um destaque para os preciosos cuidados dos vaqueiros. Pela genealogia, percebemos que Cecília (esposa de Zé Bento) é neta de ‘cabocla brava’, o que reforça a idéia de que Talhado é uma comunidade com formação mestiça. Sobre esse processo de mestiçagem, falaremos no capítulo seguinte.

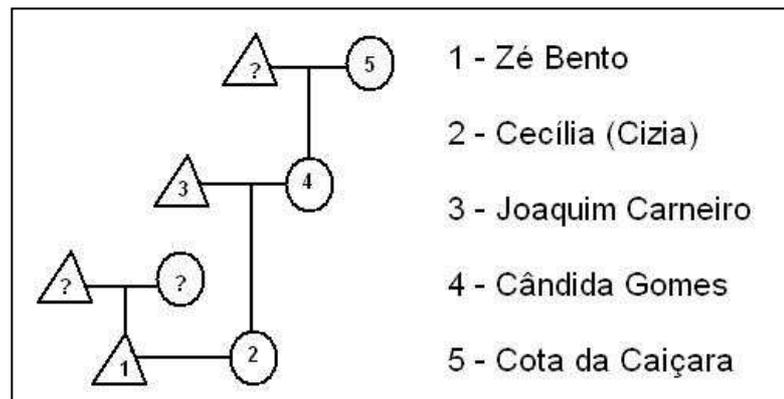


Gráfico Genealógico de ascendência dos ancestrais da Comunidade Talhado.

Nossa pesquisa traz informações inéditas sobre o casal Zé Bento e Cecília, ancestrais do ‘Quilombo do Talhado’. São informações reveladas a partir da análise do **inventário** do casal, que se procedeu em Juízo Municipal do Termo de Santa Luzia do Sabugy, com abertura em 24 de setembro de 1927, e se encontra em arquivo no Cartório de Serviço Notarial e Registral “Inácio Machado” – 1º ofício (Maria Dalva Machado Arruda), em Santa Luzia (V. Anexo C). Tais informações foram complementadas pela oralidade do grupo.

Pelo inventário, ficamos sabendo que José Bento Carneiro (Zé Bento) foi oficialmente casado com Cecília Maria da Purificação (Cizia) e deixou herdeiros. José Bento Carneiro faleceu no dia 20 de setembro de 1890 e Cecília Maria da Purificação faleceu no dia 05 de junho de 1925. Foi inventariante do casal, o neto e herdeiro José Carneiro Saturnino (Zé Tambor), filho de Manoel Saturnino de Maria.

Em 1927, de acordo com o inventário (páginas 4 e 5), são reconhecidos 13 (treze) filhos e herdeiros do casal Zé Bento e Cecília, a saber:

- Maria José da Conceição (viúva);
- Manoel Saturnino de Maria (falecido) e por ele o seu filho único: José Carneiro Saturnino (Zé Tambor), casado com Maria Balbina da Conceição;
- Paulina Maria da Conceição (viúva);
- Paulino José da Silva (falecido) e por ele, seus seis filhos: Maria Balbina da Conceição (Maria Tambor), Felina Balbina da Conceição, Francisca Balbina da Conceição, Joanna Balbina da Conceição, Jacintha Balbina da Conceição e Paulino Carneiro de Maria (solteiro e residente no lugar denominado Nica / Lagoa de Remígio, Districto de Paz do Município Comarca da cidade de Areia do Estado da Parahyba do Norte);
- Francisco Bento de Maria (Conhecido por Chico Bento. Foi casado com Inácia Brasileira, a irmã de Inácio Francisco dos Santos);
- Marianna Maria da Conceição (falecida) e por ela a sua única filha: Valdevina Maria da Conceição;
- Cândida Maria das Neves (solteira);
- Luzia Maria da Conceição (solteira e ausente em lugar não sabido. O Juiz Dr. Felipe Emygdio de Medeiros nomeou o irmão Francisco Bento de Maria (Chico Bento), curador da herdeira ausente. Coincidentemente, um informante do grupo nos afirma que a mesma desapareceu em 1912, envergonhada, pois engravidou do irmão Chico Bento);
- Ignácia Maria da Conceição (solteira);
- Francellina Maria da Conceição (solteira);

- Joaquina Maria da Conceição (Conhecida por 'Bizôca'. Não casou, mas teve filho);
- Antônia Maria da Conceição (solteira);
- Joaquim Bento de Maria (casado com Joana Maria da Conceição).

Segundo depoimento de José Fernandes Vieira (Zé Ventura): *“o casal Zé Bento e Cecília teve mais um filho de nome ‘Antero’ que não consta na relação de herdeiros, pois faleceu solteiro e antes do inventário”*. Outra informação complementar foi repassada pelo depoente Zacarias Pedro de Andrade, que assegura: *“Zé Bento teve, além desses filhos citados no inventário, um outro de nome ‘Mamundo’ que, inclusive, tinha um distúrbio mental. Não sei se ‘Antero’ e ‘Mamundo’ é o mesmo”*. A partir dessa afirmação de Zacarias, não sabemos afirmar se ‘Mamundo’ é um cognome atribuído para ‘Antero’ ou se trata de outra pessoa, constituindo-se em mais um filho do casal. Portanto, Zé Bento e Cecília (ancestrais do Talhado) constituíram uma numerosa família, totalizando de catorze a quinze filhos.

Analisando ainda o inventário, sabemos que o auto de arrolamento e partilhas foi feito em um só auto (49 páginas) e as partilhas de bens deixados pelo casal procederam-se pelas onze horas do dia 22 de novembro de 1927. Ao todo, foram partilhadas dezoito posses de terras, com benfeitorias (incluindo-se roçados, cercados e vinte e seis casas de taipa). Essas terras compreendiam os lugares: Olho d’Água Talhado, Sacco das Pedras (Sítio Convento), Pedra Redonda, Sacco do Poço da Cruz, Balanço e Crauás, além de duas posses que estavam localizadas nas Datas do Sacco e Pinga, havidas por compra a Sebastião Marcollino de Medeiros e sua mulher. Uma posse de terras que nos chamou a atenção, pela forma

de ocupação, foi a posse no lugar Pedra Redonda. Essa estava, na época, sendo ocupada por um cessionário de nome Francisco Bento da Costa. Isso parece caracterizar uma espécie de agregação em torno da família de Zé Bento e Cecília. Nenhum outro bem consta no Auto de Arrolamento e Partilhas. Finalmente, o juiz avaliou os bens deixados pelo casal, na quantia de \$ 1:000:000 (um conto de réis), com que se sabe, e dividiu por treze partes iguais, cabendo a cada herdeiro, \$ 76:923 ( setenta e seis mil, novecentos e vinte e três réis).

### **2.3 – Aspectos econômicos, culturais e políticos:**

Talhado, a exemplo de outras comunidades rurais da região, apresenta uma economia voltada para as necessidades de sobrevivência. Sua organização econômica gira em torno, basicamente, da agricultura e da cerâmica e qualquer modificação que se introduza em uma dessas atividades, pode gerar uma mudança organizacional do grupo. Há uma clara divisão de tarefas, obedecendo a critérios de sexo e idade. A agricultura é uma atividade com predominância masculina, enquanto a cerâmica é produzida somente por mulheres (CAVALCANTI, 1975, p. 34). A cerâmica sempre representou na história do grupo, uma atividade com importância indiscutível no aspecto econômico. Embora não ocupe o lugar primordial na relação econômica, essa atividade tem sido uma importante fonte geradora de renda e os objetos de barro são, muitas vezes, negociados por alimentos.

Percebemos que a agricultura continua desempenhando seu papel primordial na economia do grupo, o que faz da terra e da água, elementos simbólicos. Em algumas áreas, próximo a poços, o plantio de fruteiras e o uso da irrigação simples aparece como algo inovador, embora prevaleça uma tradição

agrícola secular, onde os agricultores utilizam-se sempre dos mesmos instrumentos e técnicas. A enxada, o cultivador, a foice, a chibanca e o 'silo' (depósito para armazenamento de cereais) continuam em uso, associados às técnicas da 'broca' (limpeza do terreno), da 'coivara' (empilhamento do mato cortado, seguido pela queima, formando uma porção de cinzas utilizada como adubo), do plantio (feijão, milho, batata-doce, mandioca, melancia, jerimum, palma forrageira) e da colheita. Detectamos a ausência do plantio de algodão, que sempre esteve presente na economia do grupo. Sebastião Braz dos Santos ao explicar os motivos dessa ausência, destaca a desvalorização de preço do produto e a presença da praga do bicudo:

[...] a gente vive daqui é da agricultura. Nossa agricultura aqui não é tão boa, mas dá pra sobreviver. [...] foi muito boa a agricultura naquela outra época. Nosso plantio aqui toda vida foi algodão, feijão macassar e milho. Aí agora caiu o preço do algodão. Ninguém planta mais algodão aqui, porque o preço não compensa. Entô tem uma história de um bicudo que quando a safra tá chegando aí o bicudo acaba. Aí nós deixamo de plantar algodão.

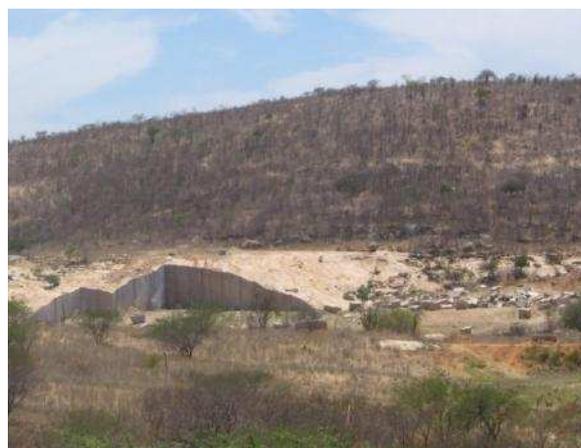
Na região do Talhado encontramos algumas riquezas minerais, a exemplo: bauxita, xelita, berilo, granito, caulim e água marinha. A exploração dessas riquezas minerais só tem ocorrido como atividade complementar à economia do grupo, uma vez que os processos para a extratividade mineral são primitivos e tem gerado muito esforço e pouca recompensa. Além disso, a atividade não faz parte da tradição da Comunidade (CAVALCANTI, 1975, p. 6). Nos últimos anos essa atividade extrativista tem acontecido na Comunidade Talhado de forma mais profissionalizante, havendo interferências de mineradoras.

Embora as mineradoras estejam atualmente afastadas da Comunidade Talhado, localizamos numa das propriedades do senhor Sebastião Braz dos Santos, indícios de um processo recente de extração de pedra granito. De fato, esse proprietário vinha recebendo mensalmente o valor equivalente a seis salários

mínimos, em troca do direito das mineradoras, em explorar o minério em sua propriedade. Durante os anos de 2001 e 2002, aproximadamente 600m<sup>3</sup> de granitos foram extraídos na Comunidade Talhado, através da ação direta das seguintes mineradoras: TECMINE - Tecnologia em Mineração Ltda, Amil Granito e EUROBRASIL Ltda. As mineradoras citadas apresentavam LO (Licença de Operação) expedida pela SUDEMA/PB (Superintendência de Administração do Meio Ambiente/ Paraíba), Alvarás de licença para localização e funcionamento de mineração (expedidos pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia - PB), Processo de Licenciamento Ambiental e, inclusive, Guia de Utilização fornecido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia. Boatos circulam na Comunidade Talhado que o metro cúbico da pedra de granito estava sendo vendido pelos proprietários dessas mineradoras, no exterior, a um preço de US\$ 600 (seiscentos dólares). Porém, desconhecemos seu valor financeiro.



Plantio de bananeiras (área com irrigação simples).  
Sítio Arapuá – Região do Talhado.



Exploração de pedra granito na Região do Talhado.

A produção da cerâmica, um dos símbolos da cultura material no Talhado, tem reflexos sociais e econômicos. Apesar da grande maioria das louceiras já terem transferido para a cidade, ainda encontramos pessoas na comunidade que desenvolvem a atividade com a mesma originalidade e fins, de outros tempos. De

utilidade doméstica e forma simplesmente funcional, a cerâmica do Talhado continua sendo produzida e comercializada, caracterizando-se como uma atividade complementar à subsistência do grupo:

Toda vida eu trabaiei. Derna de dez anos que trabáio. Trabaiava na enxada, cando parei de limpar mato, destocava mato, “rancava” (arrancava) mato de chibanco, de foice. Aí cando fiquei mais véia comecei na loiça, sofri muito. A pessoa saía com carga de loiça pra longe, cando chegava, às vez chegava de madrugada. Uma vez eu vinha eu e Euríde com menino, dois menino pequeno, o meu e o dela. Cando nós chegamo em Água Fria, no pé de um aveloz, tinha um branco que nem um homem deitado. Eu num sei se era um homem ou o que era, negócio de doze hora da noite. Aí os menino se assombráro aí nós montamo eles no jumento cansado, aí nós viemo. Cando nós chegamo em São José, pedimo... durmimo lá. Viemo chegar no outo dia. Aí cando chegava em casa, começava de novo a fazer loiça pra ir pra outo canto. Por todo canto nós andava. Nós sofria[...]. Eu aprendi com minha mãe, Otacília Maria da Conceição. [...] ela aprendeu com a mãe dela, Josefa Maria da Conceição, que era filha da finada “Ontôia” (Antônia), que era filha de Zé Bento. [...] Minha sorte mandada por Deus era a loiça. Que eu num tinha um emprego, pedia muito ao prefeito pra me dá, nunca me déro. Aí eu fazia loiça. Cando eu tinha a quem vender, eu vendia. Cando não tinha, encostava num canto, trocava por “troço” (mercadorias). Feijão, trocava por farinha, por macarrão. Por açúcar, por tudo eu troquei (Inácia Maria dos Santos).

O testemunho relata com precisão o cotidiano de uma louceira do Talhado. A cerâmica, que constitui uma atividade tradicionalmente feminina na comunidade, vem sendo, ainda, pouco difundida. Grande parte das louceiras já foi para a cidade, chegando a dividir um galpão no perímetro urbano de Santa Luzia-PB. O galpão, em referência, está inserido na comunidade urbana de Serra do Talhado, área atualmente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, como remanescente das comunidades dos quilombos. Hoje, na comunidade rural do Talhado, registra-se a presença de apenas três louceiras que mantêm a atividade em seus aspectos originais e com a mesma importância de outros tempos. Segundo Santos (1998, p. 84, 88/89), entre os moradores do Talhado *“existe uma divisão de tarefas por sexo, que são valorizadas e estimuladas, correspondendo ao modelo de divisão sexual do trabalho presente nas formas de organização social, das sociedades simples”*.



Produção de louças no Talhado: louceira em atividade, forno para queima das peças e estoque.

A comercialização da louça produzida no Talhado tem sido um ato de bravura da mulher Talhadina que sempre enfrentou grandes desafios neste processo, como se pode notar em 'Aruanda'. Os relatos sempre destacam os obstáculos enfrentados por elas nas madrugadas, desde o medo do desconhecido, ao perigo de ser seguida por uma onça, por exemplo. Mas, o barro está presente em outras atividades culturais além da cerâmica. Nas casas de taipa, tipo de moradia predominante na comunidade, encontramos sua presença associada à madeira em quase sua totalidade, desde as paredes e telhados, até os aspectos internos (pisos, fogão, etc). A casa de taipa além de constituir num modelo de atividade cultural predominante, apresenta um contexto de solidariedade, pois une a todos na hora de construir. Encontramos em nossa pesquisa uma mulher construindo uma dessas casas e, pelo relato, percebemos que a mesma apresenta um conhecimento de causa, tanto quanto seu esposo. Os filhos, independente de sexo e idade, ajudavam dentro das possibilidades. Sobre o processo de construção de uma casa de taipa, Maria Iraci dos Santos explica:

O “pocesso” (processo) de constução dessa casa é cando eu fui fazer, eu destoquei esse chão [...]. Maica tudim com um cordão. Ramiro maica todim com um cordão e risca com um pedaço de pau, com um negócio, maicano o canto. Aí ele esquadeja todim, aí maica, aí cava os buraco maicado. Primêro cando ele maica todim aí cava os buraco e bota as estaca tudim. Depois das estaca, aí botar as linha, os caibo, as ripa, as têia. Essas vara aqui é eu que corto no mato. Maimelêro. Eu encho de pedra.

Depois que eu encho de pedra, eu volto rebocano de barro. Cando eu terminar esse reboco grosso daqui, eu vou peneirar um barro e passar outro reboco fino, alisano, assim (faz demonstração). Cando terminar todim aí eu voltar pra traz rapano isso aqui todim pra descer lá pra baixo iguaiano que é pra aterrar com outro barro e bater com o cepo. Já é o piso. É. Aí daqui farta as linha, farta as ripa, os caibo. Aqui tem que botar duas linha, aí cando botar duas linha, aí bota outas têia e as ripa.



Barro e madeira: matérias-primas utilizadas em outras atividades no Talhado, além da cerâmica (casa de taipa, fogão, etc.)

Ainda podemos destacar na comunidade, como atividade econômica complementar, a criação de animais (bois, cabras, porcos, galinhas, jumentos). Essa atividade, além de tradicional, reflete a busca estratégica para suprir necessidades de sobrevivência. Percebemos a presença da carne bovina e outros derivados do leite (queijo, coalhada, manteiga), por exemplo, sendo utilizado como hábito alimentar. Da mesma forma, percebemos o consumo de carnes de porcos, galinhas e bode. Gostaria de ressaltar que, geralmente, a matança de um bode culmina com a produção da 'buchada'(comida bastante apreciada por todos). O jumento é utilizado como meio de transporte e auxilia nas atividades domésticas.



Criação de animais no Talhado.

Respeito e fé são valores morais significativos para o grupo e que permeiam nas diferentes circunstâncias, tornando o grupo hospitaleiro e sensível as mais diversas situações. Talhado busca pela fé a superação de qualquer situação nostálgica transformando-a em rituais de alegria e bem estar social. É uma Irmandade:

A gente aqui, a gente vai pra casa de um vizinho, pra casa de outro, fica conversando e bem à vontade. Aí quando vai se embora uma família daqui eu fico triste. Eu fico triste porque quanto mais o povo vai embora, mas vai ficando mais pouco, né? Enquanto permanece tudim aqui, aí quando é no domingo, aí se junta aí tudim, aí faz aquele forró, faz aquela dança, faz aquela alegria. Aquilo é um prazer que eu tenho. O tradicional aqui é o forró. E agora ficou bom porque graças a Deus todo mês nós tem missa aqui. Aí o povo se reúne aí, faz aquela alegria! Respeita muito Bastião, o padre, respeita muito na hora da missa, porque é um prazer que a gente tem. Aqui, graças a Deus, é tudim católico. Tudim. Não tem nenhum pra dizer assim, não eu não dou valor a missa, não dou valor a Igreja. Não senhor. Aqui é uma união. Uma irmandade só e gosta bastante de rezar. Quando o padre vem, vem tudim (Joana Carneiro dos Santos).

Além da solidariedade, da união e da valorização à política da boa vizinhança, o depoimento fortalece a idéia de respeito ao chefe local e destaca, mais uma vez, o forró como uma atividade realizada pelo grupo e que tem o poder mental de afugentar as tristezas e produzir melhorias na qualidade de vida. Percebe-se, ainda, a ênfase atribuída ao respeito, enquanto valor moral.

Apesar da evolução científica e tecnológica, o saber empírico, místico oculto e exotérico ainda está presente em comunidades de Santa Luzia. Benzedeadas e curandeiros benzem as pessoas portadoras de doenças, tais como: quebranto, dores de cabeça, espinhela caída, ventre caído, dor de dente, mordida de cobra e outras. Rezam, ainda, para animais com bicheiras (SOUZA, 1984, p.92). Encontramos na Comunidade Talhado uma benzedeadora e uma curandeadora. A benzedeadora é a nossa depoente Rita Ventura dos Santos que, informalmente, confirmou rezar para as seguintes doenças, dentre outras: constipação (prisão de ventre), dores de cabeça, ventre caído e olhado (quebranto). Ela reza desde os nove anos e oferece suas rezas para o Divino Espírito Santo (que considera seu protetor

peçoal) e para o Coração de Jesus. Para Rita Ventura, há casos em que ela precisa 'ter visões', a exemplo, localização de objetos desaparecidos. Nesse caso, ela reza três dias seguidos para 'Nossa Senhora dos Amostre'. A curandeira que localizamos no Talhado não quis ser identificada em nossa pesquisa, inclusive, recusou-se em conceder entrevista. Porém, dentro do grupo, ela é identificada como tal e procurada em algumas situações. Sobre a relação dessa curandeira com a Comunidade do Talhado, Gilvaneide Ferreira da Silva, esclarece:

Todo mundo sabe que ela é assim. Existe um respeito. Porque antes o pessoal chamavam de "catimbozeira", hoje não chamam. [...] chame aí fulano! Mande fulano rezar. Às vezes vai lá. Está com um problema, assim: uma dor de cabeça, uma coisa extra que está ignorando aquele problema, aí vai lá. Ela se concentra como ela diz lá.

A religião predominante no grupo é, indiscutivelmente, a católica. Os relatos do grupo expressam a constante realização na comunidade de casamentos, batizados, novenários e missas. Em uma de nossas visitas à comunidade, num domingo, acompanhamos uma missa e observamos a participação do grupo que, como católicos praticantes, manifestaram sua crença: confessaram, rezaram, comungaram, cantaram e, no final, houve agradecimentos e avisos. Dentre os avisos, foi divulgada a realização de um bingo beneficente em prol da construção de uma capela na comunidade. A escolha do Padroeiro para o Talhado dividiu o grupo, inicialmente, pois uns queriam São José Operário, defendendo que ao homenagearem o carpinteiro, também estariam lembrando a memória de Zé Bento, ancestral do grupo; outros defendiam Nossa Senhora Aparecida associando à questão racial. O chefe sabiamente, na tentativa de agradar a todos e fortalecer a proteção do grupo, negociou lentamente sua posição em favor de São José Operário, argumentando que Nossa Senhora Aparecida já é padroeira do grupo, na medida em que é a padroeira do Brasil e, portanto, sempre será lembrada por todos.

O chefe parece ter se referido à padroeira do Brasil, considerando acima da cor, o fato de que o Talhado também está inserido no espaço físico denominado Brasil.



Participação da Comunidade Talhado na celebração eucarística mensal (missa dominical – 08 de abril de 2007).

Em análise a um Livro de Registros de Nascimentos no 1º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais (oficial Maria de Lourdes da Silva), em Santa Luzia – PB, encontramos o Registro de Nascimento de uma filha do casal Joaquim Bento de Maria e Joanna Maria do Espírito Santo, moradores do Olho D’Água do Talhado (nome primitivo da localidade Talhado). Esse registro revela que a Comunidade incorpora aspectos do catolicismo local desde sua origem. Na íntegra, para análise, a transcrição do texto (versão original) do Registro de Nascimento de Nº 155, Izabel Maria do Espírito Santo (1920):

Aos dois dias do mez de dezembro do ano de mil novecentos e vinte, n’este Distrito de Paz, Termo de Santa Luzia do Sabugy, Comarca de Patos, Estado da Parahyba em meu cartório compareceu Joaquim Bento de Maria, na qualidade de pai da registranda e apresentando-me sua petição legal, em presença de duas testemunhas abaixo nomeadas declarou: Que no dia dez de novembro do anno de mil novecentos e dois, no lugar “Olho d’Água do Talhado”, nasceu uma sua filha de nome Izabel Maria do Espírito Santo, filha d’elle declarante e de sua mulher Joanna Maria do Espírito Santo, parahybanos e residente no referido lugar Olho d’Água do Talhado, é netta paterna de José Bento de Maria fallecido e Cecília Maria da Purificação, residente neste termo e materna de Francisco Estevão da Costa fallecido e Maria Joaquina do Espírito Santo, residentes neste termo. Finalmente as testemunhas são Ignacio de Loyola Dantas e Manoel José Fernandes, residentes n’esta Villa. Do que para constar, lavrei este termo em que me assigno como declarante e as testemunhas, Eu José Theodulo Fernandes, official do Registro Civil o escrevi. Ass. José Theodulo Fernandes, Severino Paulino da Nóbrega, Ignacio de Loyola Dantas e Manoel José Fernandes.

Analisando o texto do Registro de Nascimento, verificamos a influência do catolicismo local em dois aspectos: Primeiro, os nomes (tanto dos pais, quanto da filha) sendo associados aos nomes de santos católicos. Segundo, outro fato muito comum na época e na região: uma variação nos sobrenomes de Zé Bento (ancestral do grupo e avô de Izabel) e de Joanna (esposa de Joaquim Bento). Sobre essa variação nos sobrenomes, Mayer et al (1998, p.3), comenta: “*O Padre Hybiapina recomendava o nome de Maria, que incorporara ao seu, como uma homenagem à mãe de Jesus*”. Isso fortalece a idéia de que a Comunidade Talhado sempre incorporou fortes influências do catolicismo local. Vale lembrar, que o casal Joaquim Bento de Maria e Joanna Maria do Espírito Santo são os avôs do senhor Sebastião Braz, chefe atual do grupo.

Outro aspecto marcante na Cultura da Comunidade Talhado é a musicalidade. É considerado um povo festeiro, destacando-se no grupo, a presença de dançarinas, cantores e sanfoneiros. A dança preferida por eles é o forró e as festas são animadas por grupos musicais locais, os famosos trios de forró pé-de-serra (composto por sanfona, triângulo e zabumba), porque há no grupo, uma tradição em tocar sanfona (SANTOS, 1998, p.68-71). Sobre a história da música no Talhado, Luiz Bento dos Santos (Nuna) afirma:

[...] tem uns que sabe tocar sanfona, outros sabe tocar zabumba, triângulo, outro toca um violão, toca uma guitarra, toca uma coisa. [...] O forró lá no Talhado começou através de um senhor chamado Zé Viado. Ele chegou lá no Talhado, ele casou-se com uma pessoa de lá e comprou, trouxe um fole. Ele era do Brejo. Aí casou-se com uma pessoa de lá e trouxe esse instrumento aí o pessoal do Talhado viro: o meu pai, Paulino Tambor e Inácio Felino, várias pessoas lá, aí aprendero. Viro ele tocano, acharo bonito aí compraro o instrumento, aí começaro a aprender. Meu pai foi, comprou um fole, aí aprendeu a tocar fole. Depois meu pai aprendeu a tocar sanfona. Do fole ele passou pra uma sanfona. Passou um bocado de tempo tocano sanfona, depois voltou pra o fole de novo. Foi na época que Titico aprendeu a tocar sanfona. Aí ele deu a sanfona a Titico. [...] Então, aí nós criamos todos lá no Talhado, é muita gente, todo final de semana tinha festa, meu pai fazia forró lá em casa, é, fazia o convite, o pessoal ia muita gente de várias regiões ia dançar forró lá em casa e o meu pai era sanfoneiro. É conhecido em todas as regiões, muito respeitado, quando o pessoal ia casar uma filha, uma coisa, chamar Cicho Bento. Cico Bento é o sanfoneiro

da gente. Então nós criamos neste sistema. A gente vem é segurando uma tradição, não é? Uma coisa que vem da raiz, do meu pai, a gente tá dando sustentação à música, tá tocando forró, eu, Titico.

De fato, a música é marca cultural do grupo desde quando 'Zé Viado' (primeiro sanfoneiro do Talhado) chegou à Comunidade trazendo um fole (na região, esse instrumento é também conhecido por 'fole de oito baixos'). Convém observarmos pelo depoimento que, ao contrário da cerâmica, há na história da música no Talhado, uma tradição dos sanfoneiros passada de pais para filhos (atividade predominantemente masculina). Outro ponto a se observar é que a atividade musical no Talhado já começa a extrapolar os limites do tradicional trio de forró-pé-serra (embora ainda seja o estilo musical predominante e preferido pelo grupo) sofrendo influências das tendências atuais em inserir aos grupos de forró, a figura feminina e novos instrumentos como a guitarra, o baixo, etc. Acreditamos que isso se justifica pela necessidade de ajuste às exigências comerciais, uma vez que esse fato acontece em todo o Brasil e eles fazem da atividade musical, também, uma fonte complementar à economia do lar. Portanto, necessitando estarem preparados para a concorrência do mercado.

É importante destacar, nesse momento, a importância dos sanfoneiros do Talhado na história do São João de Santa Luzia – PB, que esse ano já completa 65 anos de tradição. Na grande maioria, os trios de forró pé-de-serra que fazem a animação da cidade, nesta época, são compostos por integrantes da Comunidade Talhado. Espalhados por esse Brasil afora, fica difícil relacionar todos os trios de forró e músicos existentes, ligados à cultura do Talhado. Pelos depoimentos coletados para essa pesquisa, ficamos sabendo que a história da música no Talhado já relaciona uma grande lista de sanfoneiros, alguns deles falecidos e outros, crianças começando a se inserir no mundo profissional. Dentre os nomes, foram

citados em nossa pesquisa: ‘Zé Viado’, Cícero Bento, Inácio Felino, Paulino Carneiro, Jorge Carneiro, Isaías, ‘Titico’, Luiz Bento (Nuna), Manoel Divalci (Valci), Antônio Caboclo, Estevam Luís, Damião Paulino Carneiro e Jeová Henrique Carneiro. Os sanfoneiros citados também fazem parte da Comunidade Urbana do Talhado, na cidade de Santa Luzia - PB. Convém lembrarmos que nesse ano de 2007, o Sistema Correio de Comunicação, do estado da Paraíba, promoveu o Festival Paraibano de Sanfona (*‘sanfona fest’*). Uma das eliminatórias aconteceu em Santa Luzia – PB e os dois classificados foram Jeová Henrique Carneiro (de apenas catorze anos) e Estevam Luís, 1º e 2º lugares, respectivamente. A eliminatória final do concurso aconteceu na cidade de Gurjão – PB e mais uma vez nosso Jeová Henrique Carneiro foi o vencedor. Portanto, em 2007, o vencedor do *‘sanfona fest’* foi um membro do grupo do Talhado, rigorosamente julgado pelos quesitos: originalidade, criatividade e desenvoltura. Na qualidade de 1º classificado do concurso, Jeová ganhou uma sanfona nova avaliada em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e mais R\$ 500,00 (quinhentos reais), em prêmio.



Trios de forró do Talhado e apresentação do Sanfoneiro Jeová Henrique Carneiro na eliminatória do *“Sanfona Fest”* em Santa Luzia – PB.

Dentre os costumes da Comunidade Talhado, alguns se preservam desde as origens do grupo. Existe na tradição do Talhado, um processo endogâmico onde os casamentos são realizados entre pessoas que pertencem ao mesmo grupo,

prevalecendo a ‘regra de residência uxorilocal’<sup>9</sup> (CAVALCANTI, 1975, p.16). Hoje, essa tradição endogâmica e essa regra de residência prevalecem entre o grupo do Talhado rural, o que reforça a relação existente entre parentesco e espaço territorial. Outras tradições culturais do grupo estão ligadas aos hábitos domésticos, a exemplo: dormir em rede, fumar cachimbo, usar o pilão de duas partes na preparação de alimentos (pisam milho, café torrado, mugunzá, arroz), visitarem as casas vizinhas à noite, oferecer café aos visitantes, decorar as paredes (principalmente da sala) com fotografias de familiares, santos de devoção, calendários e propagandas de políticos de estimação, etc.



Pilão feito pelo carpinteiro Zé Bento e doado à sua filha Cândida (Dodoca).



Hábitos e costumes no Talhado: dormir em rede e uso do pilão de duas partes para preparação de alimentos.

As questões políticas do Talhado passam, antes de tudo, pela instituição da chefia. É o chefe quem dirige e orienta as atividades coletivas, inclusive tomando decisões em nome do grupo. Às vezes, chega a se colocar na posição de ‘patrão’, definindo critérios e situações de crédito entre eles, bem como, manifestando

---

<sup>9</sup> As filhas de agricultores ou de agricultores e louceiras do Talhado, ao casarem, continuam a residir nas terras do pai. Os homens deixam sua casa e passam a morar com a família de suas mulheres (op.cit).

domínio pela autoridade (CAVALCANTI, 1975, p. 57/58). A idéia de poder atribuída ao chefe local é compartilhada por todos, que passam a reconhecê-lo como tal e a respeitar suas decisões. Observamos que essa forma de representação política tem uma tradição antiga, despontando desde a origem do grupo. Zé Bento (ancestral do grupo) exerceu essa função e isso está presente no imaginário deles e, conseqüentemente, na sua memória histórica, pois faz parte da memória coletiva. Da mesma forma, acontece com João Carneiro e atualmente com Sebastião Braz. Podemos afirmar com isso, que Talhado já apresenta uma sucessão de chefes, com mandatos perpétuos.

Embora nosso estudo esteja especificamente voltado para a Comunidade Rural do Talhado, convém destacar nesse espaço, o papel que exerce 'D. Rita Preta' na Comunidade Urbana do Talhado, enquanto líder e coordenadora das atividades no Galpão das louceiras, em Santa Luzia – PB. De acordo com Santos (1998, p. 86):

D. Rita Preta, além da liderança que tem no galpão, desempenha um papel importante junto à Comunidade Talhadina que vive na cidade, é ela quem intermedeia os contatos com pessoas de fora e procura ajudar a todos, organiza os horários de trabalho, as despesas e todos os contatos para comercialização da cerâmica.

Percebemos pelo depoimento de Santos, que 'Dona Rita Preta' ocupa uma posição social e política frente às louceiras da cidade, na mesma intensidade que o senhor Sebastião Braz ocupa para a Comunidade Talhado. Isto é, uma posição de chefia. Dentre as atividades geridas por D. Rita, parece a mais forte e determinante para sua manutenção no cargo é a capacidade que a mesma apresenta de relacionar-se tanto com o mundo interno, quanto com o mundo externo. Sabemos que essa capacidade relacional é determinante para a manutenção da produção e da comercialização da cerâmica no grupo. Queremos ressaltar que, em função do reconhecimento da comunidade urbana do Talhado

como comunidade remanescente dos quilombos (V. Anexo D), hoje as louceiras do galpão estão organizadas numa associação e 'Céu' é a louceira que assumiu a Presidência dessa associação. Não sabemos precisar, pois isso não entrou em nosso estudo, se o fato das louceiras estarem organizadas numa associação, gerenciada por sua neta, afeta o status sócio-político de D. Rita no galpão. Sabemos apenas, que ela encontra-se lá, em atividade, firme e forte como sempre.

Podemos afirmar que esses chefes deixam suas marcas destacando-se principalmente pela forma como conduzem a relação do grupo no contexto interno e externo. É a marca da personalidade do chefe que determina o comportamento do grupo, por isso, ele oscila entre o espírito autoritário e o sociável na tentativa de manter o respeito, e poder conciliar os problemas internos. Isto se revela desde os tempos iniciais do grupo, como nos mostra o depoimento de Janete Fernandes Vieira sobre o comportamento de Zé Bento, primeiro chefe local do Talhado: *“No tempo, Zé Bento era o chefe do Talhado como hoje é Sebastião Braz que é o mais velho [...]. Era muito exigente. Era tipo um Lampião ele. Era brabo”*. Devemos ressaltar que esse depoimento tem base num imaginário coletivo, compartilhado através de uma produção teatral sobre a origem do grupo, onde esse perfil do personagem 'Zé Bento' é interpretado e representado pela depoente. De fato, o chefe funciona como uma espécie de liderança, respeitado pelo grupo, pois é ele quem resolve os problemas de disputas internas (CAVALCANTI, 1975, p.67). Mas, não é apenas esse o perfil lembrado do chefe do Talhado:

Zé Bento, dizem que ele gostava muito de festa, de farrar. Gostava muito da Comunidade, de ajudar ao pessoal da Comunidade. Ninguém “arengava” (brigava). Chegasse num canto tivesse “arengando” (brigando) ele botava tudim pra ir se embora. Neto, bisneto, “tataraneto” (tetranelo) [...]. (José Vicente dos Santos)

O depoente acima apresenta, praticamente, uma oposição ao depoente anterior. Justifica seu discurso afirmando ouvir histórias contadas pelos mais velhos,

uma vez que se interessava pelo assunto. Zé Bento era seu trisavô. Com isso, percebemos que o espírito festivo, sociável e solidário atribuído a Zé Bento, pelo depoente, são pré-requisitos indispensáveis para o exercício da chefia, uma vez que o chefe deverá assumir uma liderança pautada na atitude generosa e na boa relação social tanto interna como externamente.

A sucessão ao cargo de chefe obedece a uma estratégia sistemática onde a relação de parentesco é um fator determinante (CAVALCANTI, 1975, p.65). Ao que parece, a relação de parentesco é determinante pois o cargo é, quase sempre, ocupado por um genro do chefe que está no poder, desde que esse atenda ao perfil imaginado pelo sogro que, praticamente, acaba determinando seu sucessor. Esse ao casar sempre vem morar com o grupo passando a ser experimentado para a função, inclusive pelo sogro, que observa seu comportamento e sua capacidade administrativa para gerenciamento de bens, principalmente a terra, que apresenta além de um valor material, um grande valor simbólico. Essa sucessão torna-se um ciclo fechado e de modelo patriarcal, uma vez que a estratégia permite que os filhos ao se casarem, saiam do grupo, cedendo espaço para os genros. Claro que os filhos saem, mas não perdem o vínculo com a comunidade. Sebastião Braz (chefe atual) sucedeu a João Carneiro Saturnino (João Tambor), seu sogro.

Isso nos remete a algumas reflexões sobre a origem da comunidade, principalmente se considerarmos que Zé Bento, primeiro chefe do Talhado é genro de Joaquim Carneiro, que implantou um modelo de chefia na Comunidade Brito sucedido por seu filho Gabriel. Portanto, podemos afirmar que esse modelo de sucessão é um dos determinantes da identidade do grupo, haja vista que está sempre em confronto comparativo com outras formas de organização. Além disso, o

genro (que é externo) ao tornar-se uma espécie de agregado ao grupo fica diretamente ligado ao núcleo familiar da esposa. É essa relação de convivência direta com o 'diferente' que permite a visão além do grupo, facilitando o jogo político entre o interno e o externo.

Mas Talhado experimenta outras formas de representação política. Há na Comunidade, a Associação do Núcleo de Integração Rural do Talhado (ANIRT), uma Associação de Moradores que funciona como uma espécie de órgão administrativo local. Essa Associação é, inclusive, o órgão gerenciador de algumas políticas públicas desenvolvidas no grupo. Sobre as políticas públicas 'quilombolas' discutiremos no último capítulo, pois, vamos inseri-las no contexto dos efeitos sociais produzidos a partir do reconhecimento da Identidade 'Quilombolas' no Talhado. Convém lembrar que a Associação não interfere no poder do chefe local, pois seus membros diretores, em respeito ao chefe, discutem antecipadamente as medidas de forma que não venham a afetar a integridade do grupo.

O reconhecimento do Talhado enquanto comunidade de remanescente quilombola tem preocupado o chefe atual, pois por não ter conhecimento do que isso representa, preocupa-se com as conseqüências para o grupo. Percebe-se que houve um consenso político no reconhecimento, pela expectativa criada em torno das benfeitorias advindas com as políticas públicas quilombolas.

A ação política do grupo do Talhado ainda está, em parte, atrelada à relação clientelista com os políticos que na tentativa de se elegerem, aproveitam-se da situação de pobreza, sofrimento e 'falta de informação' para os enganarem (SANTOS, 1998, p. 63/64). Essa relação de clientelismo pode ser visível pelo depoimento de Inácia Maria dos Santos:

Das política só tem promessa. [...] ói... Eu tem um menino que eu tô fazeno uma casa. Eu tô passano quase precisão, eu ajudano a ele. Já tá terminano a casa dele, ele pagano alugué, sofreno também, a feira dele é pouca, que se fizer a feira, num faz a

casa. [...] Eu vou pedir a madêra. Se eles num me arrumar a madêra, eu vou logo dizem, num voto em nenhum mais. E nem meus menino, poquê o que votar num recebe minha bênça. Eu digo a eles... É. Tem dez 'títo'(títulos). Eu vou fazer uma ruma e amostrar. Se num chegar... Eu pedi os tijolo ao prefeito, ele num me deu. [...] Se eu dizer prá votar tudo em fulano, tudo vota. Todos os dez, numa pessoa só se eu dizer. Aí se eles num me derem a madêra da casa dos menino, num voto em nenhum. Nenhum vota. E quem votar num recebe a minha bênça.[...] Promete e nunca chega. O que... só faz falar. Só dá promessa. Quem enricou com promessa foi São Severino do Ramo. E mermo assim o povo ainda ficaro devoeno a ele. Repare. O santo!

Percebemos pelo depoimento, que essa relação de clientelismo torna-se também estratégica e reflete sempre nos próximos pleitos, já que a relação entre 'promessa' e 'atendimento' ajuda na construção mental sobre o caráter do político. Isso reforça a nossa idéia de que, pelo político, o grupo está se identificando com o discurso 'quilombola'. Em não havendo um conhecimento da identidade 'quilombolas', essa idéia passa a ser negociada de forma individual e conforme as conveniências.

### **3 A IDENTIDADE ‘QUILOMBOLAS’ DO TALHADO:**

Considerando a Identidade “Quilombolas” da “Comunidade Talhado” como produto da interação interna e externa, comparamos a auto-identidade e a alter-identidade desse grupo a fim de verificarmos como se deu esse processo de construção identitária, bem como, se o ‘Quilombo do Talhado’ tem conhecimento dessa identidade atribuída. Afinal, essa construção tem sido resultado de um processo interno ou tem sido a partir do discurso do outro? Onde está o discurso quilombola?

Para respondermos a essas perguntas procuramos acompanhar a história da comunidade numa linha de tempo, até 2004 (ano em que a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão de auto-reconhecimento do grupo como remanescente das comunidades dos quilombos). Apesar dos diversos discursos tentando explicar a origem do ‘Quilombo do Talhado’, consideramos a necessidade de observação ao rigor científico e, por isso, optamos por analisar a presença do discurso quilombola em três obras que usamos para referência: o documentário Aruanda (1960), a dissertação de mestrado da antropóloga Josefa Salette Barbosa Cavalcanti (1975) e a dissertação de mestrado do sociólogo José Vandilo dos Santos (1998), que é natural de Santa Luzia- PB.

#### **3.1 – A Comunidade se (auto) denomina quilombola?**

Iniciamos nossa análise pelo documentário ‘Aruanda’(1960). Embora seja uma produção baseada a partir de informações orais coletadas na comunidade, o estilo dessa obra não permitiu que verificássemos a presença do discurso

quilombola sendo utilizado diretamente pelo grupo. As cenas são imagens narradas pelo diretor Linduarte Noronha, que em sua produção, substitui a **palavra** pela **imagem**. Ao falar sobre o estilo e a argumentação utilizados nessa obra, Linduarte Noronha afirma:

Eu substituí a palavra (desde o início que eu falei isso no argumento. Roteiro eu não quero, não interessei) pela imagem. Ao invés de eu está ali com fulano e sicrano ele dizendo, ‘olhe foi Zé Bento que chegou aqui’, eu não queria isso. Eu não queria. Eu queria uma linguagem documentária, então só tinha uma solução: O início do documentário seria o quê? Seria aquela imagem dando todo aquele panorama de fuga dele, da chegada pra’li, pra se estabelecer ali. Ora! Em São Paulo e no Rio, isso foi uma novidade. Os caras ficam apavorados [...]. Eu agi no sentido de tirar daquele povo, a naturalidade deles. Mas eu só podia fazer isso com o pleno conhecimento do que tinha acontecido ali e estava acontecendo naquela cerâmica primitiva, não é? Quer dizer: eu introduzia, me introduzi no âmago do negócio [...]. Dentro daquilo que o argumento preconizava eu ia seguindo. Por quê? Como eu já tinha quatro anos de pesquisa, eu tinha aquilo na cabeça [...] e foi seguindo justamente aquilo que você pensa e faz na hora, porque o documentário não é filme de ficção. Não são atores profissionais que vão dizer diálogos, que vão fazer movimentos pré-determinados, rigorosamente controlados, não é. Eu soltava o pessoal de forma que o ‘Aruanda’ é mais uma análise de um estudo sociológico dependendo de uma pesquisa que eu fiz de quase quatro anos. Não é brincadeira.

Pelo depoimento acima, percebemos a preocupação do autor em esclarecer que ‘Aruanda’ apresenta uma linguagem documentária, portanto, não podendo ser confundido com filme de ficção. Faz questão de ressaltar que não se utiliza de roteiro e que ao invés disso, segue a uma argumentação, pautada numa pesquisa sociológica de quatro anos. Em outros trechos de sua entrevista, Linduarte Noronha revela que *“tudo aquilo que tem naquela parte inicial do documentário são informações do grupo”*, uma vez que só restou a oralidade, pela ausência ou desconhecimento de documentos escritos.



Entrevista com o jornalista e cineasta Linduarte Noronha (João Pessoa – PB, 23/05/2007).

Assim, na impossibilidade de averiguarmos o discurso 'quilombolas' sendo diretamente assumido pelos membros do grupo no documentário 'Aruanda', resolvemos, via História Oral, discutir com nossos entrevistados os pontos da argumentação utilizada pelo autor que possam configurar essa auto-identidade. Embora nossos entrevistados não sejam os mesmos que participam do processo argumentativo da obra, convém lembrar que buscamos a reconstrução de uma memória histórica a partir da memória coletiva que é compartilhada entre seus membros. O resultado dessa oralidade será discutido, ainda nesse capítulo.

Na obra de Cavalcanti (1975) analisamos os depoimentos, mas não verificamos nenhum relato que incorpore o discurso quilombola. Percebemos que os habitantes da Comunidade Talhado consideram-se pertencentes a uma única família e estabelecem uma relação de semelhanças e diferenças em comparação com outros grupos, a exemplo, o de Bananeira<sup>10</sup>: *“Nós nos casamos com gente daqui, somos uma família só, mas em Bananeira eles são uma família só, mas casam com gente de fora”* (op.cit. p.20). Embora comecem a afastar-se do estado de isolamento descrito em Aruanda, apresentam um comportamento arisco que pode ser confirmado pelo depoimento de Divalci (41 anos), transcrito por Santos (1998, p. 45): *“Os mais velhos não dão entrevistas de jeito nenhum nem querem tirar foto, nada [...] Quando chega uma pessoa assim para falar, para conversar sobre a história do Talhado, a gente diz que não sabe nada”*. Divalci é um dos moradores do Talhado. Atualmente, continua morando na comunidade, onde foi professor e desenvolve atividades ligadas à agricultura e à música (sanfoneiro). Essa situação

---

<sup>10</sup> Bananeira, localizada na zona rural do Município de Passagem – PB. Comunidade composta por elementos de cor negra. Não confundir com Bananeiras, município do Brejo Paraibano.

comportamental descrita por Divalci repetiu-se em nossa pesquisa, onde um depoente participou ativamente da entrevista, porém, não permitiu gravações e fotografias. Divalci é o mesmo 'Valci' que selecionamos para a nossa amostragem.



Entrevista com a antropóloga Josefa Saete Barbosa Cavalcanti (Recife –PE, 23/11/2006).

O estudo de Santos (1998) trata, especificamente, do processo de construção da identidade étnica do Talhado. Percebemos que seus entrevistados, moradores do Talhado, apresentam uma maior espontaneidade e apontam o grau de parentesco, a posse da terra, a produção de cerâmica e a situação de discriminação, como componentes visíveis de identificação do grupo. A prática de casamentos entre primos é perceptível pelo depoimento de Gilvaneide (30 anos), transcrito pelo autor (op. cit. p.51):

Casamento aqui é um milagre, quando acontece um, sempre se casa com família. Acho que é por causa da discriminação, nem os rapazes de fora querem as moças, nem as moças daqui querem casar com os rapazes de fora, é muito difícil uma moça daqui casar com rapaz de fora.

A Gilvaneide (30 anos) citada por Santos (1988) continua morando na Comunidade Talhado, onde exerce atividades de magistério. É a mesma que aparece em nossa pesquisa. Esse e outros depoimentos transcritos pelo autor nos permitiram a percepção de um conjunto de características identitárias que fazem do Talhado um grupo diferente. Apresentam a crença numa origem comum, a partir do

ancestral Zé Bento. Sobre a origem do grupo, Santos (op. cit. p.45/46) transcreve o depoimento do senhor Paulino do Talhado (78 anos):

Eu tenho uma orientação que esse nosso terreno do Talhado, não era lá não. Isso era lá na Pitombeira. Lá habitava o finado Zé Bento, morava lá na Pitombeira, nesse tempo ele vivia da caça do mato, de abelha, e trabalhava nesse serviço de madeira, aí o finado Zé Bento foi, pegou essa terra dele lá na Pitombeira e foi pro Talhado e lá assentou esse povo e ficou matando mocó, preá, trabalhando em madeira, essa outra parte trabalhava em louça e nisso o povo tá todinho. Essa parte do povo da Pitombeira e Talhado é uma família só, tudo misturado, mas a nossa parte de terra do finado Zé Bento era aqui junto de Várzea pra cá, na Pitombeira.

Hoje, o senhor Paulino do Talhado é falecido. Como o próprio nome já diz, morava no Talhado. Foi agricultor, sanfoneiro e teve participação no documentário 'Aruanda'. Por esse depoimento e outros citados pelo autor, percebemos que embora os moradores associem a origem do grupo a Zé Bento, um carpinteiro que se mudou da Pitombeira para o Talhado, em nenhum relato é visível o discurso quilombola.



Entrevista com o sociólogo José Vandilo dos Santos (Campina Grande – PB, 27/12/2005).

### **3.2 – Construção acadêmica do discurso quilombolas: uma visão do 'outro' sobre a comunidade**

Quanto ao documentário "Aruanda", percebemos logo na argumentação de abertura, que Noronha (1960) refere-se ao Talhado como um 'Quilombo' e considera Zé Bento, ancestral do grupo, como um ex-escravo:

A luta entre escravos negros e colonizadores terminava às vezes em episódios épicos como Palmares. Olho D'Água da Serra do Talhado em Santa Luzia do Sabugy, Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, surgiu em meados do século passado quando o ex-escravo e madeireiro Zé Bento partiu com a família à procura da terra de ninguém. Com o tempo, o Talhado transformou-se num **quilombo** pacífico e isolado das instituições do país, perdido nas lombadas do chapadão nordestino [...].

Pela entrevista com o autor, referenciada anteriormente, ficamos sabendo que ele após coletar informações orais sobre a origem do Talhado, faz uma análise comparativa entre o 'Quilombo do Talhado' e o 'Quilombo de Palmares' para poder tirar suas conclusões. Ficamos sabendo, ainda, que ele não usa o termo 'quilombo pacífico' com o mesmo sentido do nome de origem africana e que essa condição de ex-escravo atribuído a Zé Bento não foi uma idéia compartilhada com o grupo. Questionado, ainda, sobre os termos 'Quilombo pacífico' e 'ex-escravo', utilizados na argumentação do documentário, Noronha afirma:

Eu acredito que não. Se foi um quilombo com esse nome de origem africana, tá numa exceção igual ao pacífico. Porque o quilombo você interpreta o quê? Reação, não é isso? Reação, briga, a ânsia pela liberdade né? Tá aí o Quilombo dos Palmares que não me deixa mentir. O 'Ganga Zumba', você conhece, né? Que era uma figura de líder, de violência. O Zé Bento não tinha nada com isso. Pelo que eu pude ver, sentir, era um homem coitado, simples, que queria plantar as coisinhas dele, pra isso terminou a família fazendo olaria primitiva daquelas coisinhas, tal, mas o quilombo no sentido de libertação, no sentido do filme, da biografia do Zumbi dos Palmares eu acho muito equidistante, muito externo, não tinha nada a ver. É sobrevivência somente. [...] Eu acho que foi ex. Alforriado. [...] essa condição não chegou a ser discutido com o grupo.

Já em Cavalcanti (1975, p.17) percebemos que a autora, embora desconhecendo as causas da origem do Talhado, reforça a existência de José Bento Carneiro (Zé Bento) e evidencia algumas reflexões sobre o grupo:

Os negros do Talhado são considerados diferentes pelos negros da sede do Município de Santa Luzia, não possuem tradições de origem africana e não participam das festas organizadas pelos negros da sede do município. São considerados perigosos e criminosos. Até 1960, ainda viviam praticamente sem contatos com os habitantes de Santa Luzia [...]. Todos esses fatos envolveram o grupo numa situação especial e de certo modo misteriosa.

São essas considerações sobre os negros do Talhado e o estágio de 'isolamento' vivido por eles, que permite a autora classificá-los como um grupo envolvido por uma situação 'especial' e 'misteriosa'. Em entrevista concedida para

nossa pesquisa, Cavalcanti esclarece que os termos “criminosos” e “perigosos” foram atribuídos pelos moradores de Santa Luzia – PB e que ela considerou a situação do grupo “especial” e “misteriosa”, pois existia na época, como consequência de um processo de segregação racial, uma falta de informação com relação aos moradores do Talhado:

Eu não tô dizendo. São eles que tão dizendo [...]. É porque ninguém sabia. As pessoas não vão muito lá. Então quando me diziam pra não ir, né? – ‘Mas esse grupo é perigoso. Como é que você vai viver lá?’ Porque também, acho que tinha a questão de que eram negros. Coisa de separação. Como se fosse... Eles são separados lá e ninguém sabe muito sobre eles.

Santos (1998, p.14), que passou a infância em Santa Luzia, ao conviver com informações sobre a Comunidade Talhado interessou-se por querer compreender como ocorre o processo histórico de construção da identidade étnica desse grupo:

Um povo estranho, alvo da curiosidade, desconfiança e incômodo da maioria da população de Santa Luzia e, contudo, motivo de risos e brincadeiras [...]. Mas, o que significa ser do Talhado, por que tantos atributos pejorativos àquela gente, tais como “beberrões”, “vagabundos”, “índios”, etc. O que está por trás da rejeição, da discriminação e do medo em ser confundido com um membro do grupo?

Baseando-se numa reportagem colhida por Moura (1988, p. 254) que trata sobre ‘o escravo negro e o sertão’, Santos (op.cit. p. 37) chega a afirmar: *“Apesar dos laivos visivelmente racistas do correspondente de O Estado de S. Paulo podemos ver, pela parte informativa do seu trabalho, que, de fato, os negros da Serra do Talhado são restos de um antigo quilombo”*. A expressão ‘restos de um antigo quilombo’ utilizada pelo autor, pode ser considerada pertinente ao discurso quilombola que procuramos. Porém, queremos lembrar que o autor considerou a semelhança entre o Talhado e os quilombos apenas no setor artesanal, pela importância da cerâmica para o grupo. Não apresenta nenhuma outra argumentação sobre essa afirmativa, pois deixa claro que seu estudo não se propõe a verificar se a comunidade é ou não um quilombo. Finalmente, Santos explica que a questão da

identificação do grupo do Talhado está, além da questão racial, na ancestralidade comum, nos casamentos endogâmicos e na experiência histórica de vida em isolamento (op. cit. p. 41). Em nossa entrevista, questionado sobre a autodefinição quilombola do Talhado em sua obra, Santos fala sobre as dificuldades de verbalização desse discurso:

Eu acho que isso era uma coisa vivenciada muito no terreno das sensações, mas eles não verbalizavam isso com muita facilidade. Ser do Talhado, ser negro, ser... Isso não era uma coisa presente no discurso, não é? Agora eu percebia que eles sentiam isso. Percebiam, na prática, quando se deparavam com os outros [...].

### **3.3 – Identificação e Reconhecimento da Remanescência Quilombola: a ação de mediadores**

A exemplo da Comunidade Mocambo, analisada por Arruti (2006), a Comunidade Talhado passou a se projetar como “sujeito político” e como “sujeito de direito” não a partir da vontade de seus membros, mas da ação de mediadores externos. Conforme analisamos anteriormente, o cineasta Linduarte Noronha abre espaço para o discurso quilombola que passa a ser reforçado pelo mundo acadêmico. A imprensa também reforça esse discurso. Encontramos pelo Brasil afora, uma diversidade de reportagens sobre o Grupo Talhado, algumas delas, reafirmando esse discurso ‘quilombolas’. Porém, como pretendemos analisar os mediadores que motivam o grupo a se tornar sujeito político de direitos quilombolas, convém destacar, dentre outros, a participação do movimento negro do Brasil nesse processo de identificação e reconhecimento identitário.

O movimento negro no Brasil, enquanto movimento social, ganha expressividade no cenário político contemporâneo justificado por um discurso de demanda internacionalizada, baseado na idéia de reparação. De acordo com esse movimento, o Estado Brasileiro tem a grande responsabilidade histórica em reparar

seu crime (escravidão, tráfico negreiro e colonização) a partir de políticas públicas de ações afirmativas, aqui entendidas como a adoção de quaisquer iniciativas, programas e ações, no cumprimento de suas atribuições institucionais, que visem à correção das desigualdades raciais e à promoção da igualdade de oportunidades. A idéia do movimento negro contemporâneo é que os Estados que obtiveram benefícios materiais com esses crimes, reparem os prejuízos econômicos, culturais e políticos sofridos pelas comunidades e populações afetadas. Logo, pautado no discurso quilombola, o Movimento Negro Brasileiro inseriu o 'Quilombo do Talhado' nesse contexto.

Convém analisarmos brevemente a história da resistência negra organizada no Brasil e a atuação política do Movimento Negro Contemporâneo, para que possamos melhor entender como vem se processando, no Brasil, as reivindicações por reparação dos crimes históricos, a propósito da escravidão, do tráfico negreiro e do colonialismo. Essa análise permite, ainda, o entendimento de quais os fundamentos utilizados pelos afro-brasileiros com relação à implantação de políticas públicas de ações afirmativas e de que forma o 'Quilombo do Talhado' sofreu a ação de mediadores nos processos de identificação e reconhecimento de sua identidade 'quilombolas'.

Enquanto movimento organizado, os negros não têm permanecido passivos ante as situações de opressão e violência a que são submetidos ao longo do processo histórico. Durante a escravidão, manifestações de protesto como fugas, insurreições, organização de quilombos ou demonstrações de resistência cultural são constantes. Logo após a "abolição" da escravidão eles continuam a se organizar e aos poucos começam a aparecer associações para combater o preconceito e a discriminação racial.

A partir da segunda década do séc. XX surgem vários jornais, canais de expressão e força do movimento negro. Em 1924 é criado o jornal *O Clarim da Alvorada* e cerca de quarenta anos depois do 13 de maio de 1888, na luta por um espaço na sociedade discriminatória, as reivindicações já assumem cunho explicitamente político-ideológico. Em 1930 é fundada em São Paulo a **Frente Negra Brasileira** que, apresentando uma proposta de assimilação, objetiva, integra o negro à estrutura de classes. Transforma-se em partido político em 1936 (Partido Frente Negra Brasileira), embora tenha seu registro cassado no ano seguinte, durante o Estado Novo. As idéias da Frente Negra Brasileira passam a ser divulgadas por meio de seu próprio jornal – *A Voz da Raça* (VALENTE, 1994, p. 62/63).

Apesar da constante luta de grupos negros contra a discriminação, há uma retração durante o período militar, em consequência das opressões sofridas. A exemplo de outros movimentos sociais, essa luta vai para a clandestinidade reaparecendo somente no final da década de 70 (1970). O movimento negro moderno, surgido no contexto do declínio do regime militar, reorganiza-se enquanto movimento social e passa a preocupar-se mais com a politização da Sociedade. Em 18 de junho de 1978 é fundado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), com o objetivo de lutar contra o preconceito e a discriminação racial, mas também com a proposta de unificar os vários grupos negros existentes. O MUCDR é rebatizado em 23 de julho do mesmo ano como Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e em dezembro de 1979, durante o 1º Congresso realizado no Rio de Janeiro, passa a chamar-se de Movimento Negro Unificado (PINHO, [2006?], p.2).

Muitos negros e pessoas sensíveis à causa negra, pautados numa nova consciência negra brasileira, passam a militar num contexto político voltado para o nacionalismo negro de pensamento universalizado. Preocupados com a valorização da cultura negra e a recuperação de sua identidade, os movimentos culturais negros de massa que incluem as Casas de Minas do Maranhão, os Candomblés da Bahia, as Escolas de Samba do Rio de Janeiro e São Paulo, as Congadas, Moçambiques e outros agrupamentos negros do 'Movimento Real', mocinhos e bandidos das classes trabalhadoras que jamais voltarão às suas origens culturais porque são os produtores da cultura popular, lutam por políticas públicas de ações afirmativas. Foi esse 'Movimento Real' que definiu o perfil cultural do país do futebol, do samba e da cachaça e responsabilizou-se pelo surgimento do movimento negro pós-1978 que combina o vigor da luta cultural e impõe novas noções de política à Sociedade (CARDOSO, 1988, p.5/6).

Nas décadas de 80 e 90 (1980/1990), apesar dos obstáculos, algumas propostas do Movimento Negro Unificado (MNU) avançaram: A iniciativa de criar uma Identidade Negra Positiva (é preciso superar o impasse do "ser ou não ser" e fazer do **auto-reconhecimento**, o instrumento de força do movimento), a politização, a exemplo dos revolucionários africanos, a partir de um pensamento universalizado (esse passa a ser o meio utilizado pelo movimento para alimentar as alianças inter-étnicas e para manipular as contradições internas do poder colonial, uma vez que a **lógica do gueto**, enquanto instrumento da política, é extravagante e tece um isolamento), a criação de datas simbólicas que marcam o avanço da luta (o **13 de maio** passa a ser considerado o Dia Nacional de Luta contra o Racismo e o **20 de novembro**, Dia Nacional da Consciência Negra, data que deverá ser lembrada com homenagens a Zumbi, herói negro e símbolo da resistência) e,

finalmente, o surgimento de grupos negros organizados, de caráter político. Valente (1994, p. 72) esclarece que:

[...] não se faz política apenas no interior dos partidos. Todas as relações que estabelecemos no nosso dia-a-dia são políticas, assim como as várias formas de organização para reivindicar determinados interesses – são apenas maneiras diferentes de manifestarmos essa característica, inerente a todo ser humano: político.

Porém, a experiência política brasileira demonstra que a cor do representante político não garante o compromisso com a questão racial e que, apesar dos esforços, os negros ainda não têm conseguido os resultados esperados. A explicação de Valente é lógica e coerente. Afinal, toda relação social é, em si, uma relação política e os grupos organizados são sempre alvos políticos, na medida em que representam e reivindicam interesses coletivos. Por outro lado, o movimento negro vem provocando discussões significativas em torno da questão do racismo e provando que, na sociedade brasileira contemporânea, resolver questões políticas implica em ir além dos partidos, embora a política partidária não seja menosprezada.

Em 1988, com o PROCEM (Programa Nacional do Centenário da Abolição), a sociedade brasileira foi levada a refletir sobre a problemática negra, como vertente do nosso processo civilizatório. Através do Decreto N° 95.855 de março de 1988, o Governo Brasileiro transforma a ‘Serra da Barriga’ em Monumento Nacional e desapropria 258 hectares, 78 ares e 50 centiares, a fim de destiná-la a “estudos antropológicos, arqueológicos, ecológicos, reflorestamento das áreas naturais, construção de um marco assinalador da República dos Palmares”. Inspirando-se no paradigma desta República, o Presidente José Sarney sancionou a Lei N° 7.668 de 22 de agosto de 1988, criando a Fundação Cultural Palmares (ANDRADE, 1993, p. 17/18).

Os afro-descendentes passam a incorporar um modelo histórico como referência no passado para a possibilidade de futuro (PINHO, [2006?], p. 2) e, no Brasil, pensam a reparação como o combate às desigualdades raciais, cabendo ao Estado Brasileiro a responsabilidade histórica por esse combate. Não há como negar que o Estado Brasileiro tem participação no que os afro-descendentes reconhecem como “crime contra a humanidade”. Escravidão, tráfico negreiro e colonização constituem o seu crime e é preciso repará-lo.

Um dos processos políticos destacados pelos ativistas do Movimento Negro Brasileiro como marco de sua história recente é a participação brasileira na **Conferência de Durban**, ocorrida entre 31/08 e 07/09/2001. Foi a terceira conferência mundial sobre o racismo e, para alguns ativistas, corresponde ao momento no qual o movimento negro brasileiro se aglutina em torno da reivindicação de implantação de políticas públicas de ação afirmativa. De fato, a Conferência de Durban não obteve o sucesso esperado, porque houve pontos de discordância quanto aos pedidos de reparação pelos crimes de escravidão, tráfico negreiro e colonização. Porém, abre uma brecha no muro do silêncio na medida em que a Declaração e o Plano de Ação, ratificados pela Assembléia Geral das Nações Unidas, reconhece que a escravidão é um crime contra a humanidade e fixa compromissos que facilitarão a reparação da memória, implicando na abertura de arquivos e na reescritura e no ensino da história do tráfico negreiro e da escravidão, enquanto resultados de ações criminosas (SANÉ, 2002, p. 1-2, 10). A posição ideológica do Brasil sobre os pedidos de reparação pelos crimes de escravidão, tráfico negreiro e colonização está inserida no artigo 70 da Declaração da Conferência Regional das Américas e Caribe, realizada em Santiago (Chile), em dezembro de 2000 o qual estipula que:

A escravidão e outras formas de servidão que os africanos, seus descendentes e os povos autóctones das Américas foram vítimas, assim como o tráfico negreiro, eram moralmente repreensíveis, constituindo, em certos casos, crimes em relação ao direito interno e seriam, hoje, crimes no direito internacional [...]. Por isso, os Estados que obtiveram benefício material com essas práticas deveriam adotar políticas, programas e medidas com vistas a reparar os prejuízos econômicos, culturais e políticos sofridos pelas comunidades e populações afetadas (op. cit. 5-6).

Observa-se claramente a proposta do movimento em querer que os Estados culpados, inclusive o Estado Brasileiro, reparem seus crimes via políticas públicas. Outro detalhe interessante que convém salientar é a prudência do movimento em qualificar a escravidão e suas vítimas, independente da etnia, facilitando o reconhecimento como crime em relação ao direito internacional. Esse posicionamento é bem mais leve que a posição geral defendida em Durban que caracteriza a escravidão como um crime contra a humanidade. Por trás dessas precauções, está a preocupação do Canadá e dos Estados Unidos que se opõem à inclusão desse artigo no relatório final. A partir da oposição desses dois países a tal artigo, podemos refletir alguns pontos: que razões os levariam a manter essa postura? Será que isso pode, de alguma forma, interferir no processo de reparação? Que interesses podem convergir para tornar utópica essa reivindicação do movimento negro contemporâneo?

O Projeto de Lei do Senado Nº 213/2003 (substitutivo) do senador Paulo Paim (PT/RS) é o outro instrumento dos ativistas do Movimento Negro Brasileiro utilizado recentemente como um referencial na luta histórica. O Projeto institui o Estatuto da Igualdade Racial, para combater a discriminação racial e as desigualdades estruturais e de gênero que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas e outras ações desenvolvidas pelo Estado. Os pareceristas que o avaliaram durante todos os anos de tramitação no Senado, desde 1998, são todos do Movimento Negro, o que vem facilitando a manutenção das reivindicações originais. A matéria já foi aprovada no Senado Federal e está

tramitando na Câmara dos Deputados, onde recebeu outro número (CD PL 06264/2005). Segundo informações da Secretaria-Geral da Mesa/Câmara dos Deputados, desde 30/03/2006 decidiu-se pela constituição de uma Comissão Especial para apreciação da matéria.

O Estatuto da Igualdade Racial é um Projeto de Lei amplo e polêmico que vem dividindo opiniões, em alguns pontos, a exemplo do sistema de cotas. Na prática, percebemos que há um jogo de interesses envolvendo tal projeto, o que vem dificultando seu trâmite legal. Ultimamente, a imprensa brasileira tem divulgado reportagens sobre a polêmica que envolve a matéria e já percebemos o predomínio de uma lógica dominante de alguns políticos e intelectuais, redirecionando certos pontos da matéria para o campo sócio-econômico e excluindo a idéia de 'raça' negra. Justificado pelo discurso de que estaríamos estimulando a divisão do país em grupos étnicos e de que a matéria é inconstitucional, na medida em que fere o princípio fundamental da igualdade entre os cidadãos, parece óbvio que o Projeto de Lei, em discussão, sofrerá novas emendas, reiniciando todo o seu trâmite. Vejamos o que afirma, numa coluna, o jornalista Pompe (2006, p.1):

Quanto ao Brasil, um grupo de professores universitários e de militantes de movimentos negros pediram aos presidentes da Câmara Federal e do Senado o fim das cotas raciais em universidades e a revisão do Estatuto da Igualdade Racial. Eles temem que, em vez de acabar com a discriminação racial, as mudanças as acentuem. Argumentam que o Estatuto define os direitos da pessoa com base na cor da sua pele, prática "cujas tentativas já foram dolorosamente condenadas pela história. O integrante do Movimento Negro Socialista, José Carlos Miranda, considera que "a melhor forma de corrigir as injustiças sofridas pelos negros é garantir acesso a serviços públicos de qualidade a todos os cidadãos, sejam negros ou não".

Portanto, devemos entender que a construção da identidade 'quilombolas' do Talhado está inserida, também, nesse contexto de luta. Militantes do Movimento Negro Brasileiro interferem na Comunidade no sentido de politizá-los quanto à necessidade de identificação e reconhecimento de sua identidade 'quilombolas', para que possam usufruir de seus Direitos. Em 07 de outubro de 2003, o auditório

do Colégio Santa Luzia (Santa Luzia – PB) tornou-se palco de um **Seminário da cultura afro-brasileira** promovido pelo “Pacto Vale do Sabugy – Paraíba”, conforme descrito na Introdução. Após a realização desse Seminário, intensificaram-se as especulações sobre a história do Talhado e no mês seguinte, a Câmara Municipal de Santa Luzia aprovou, por unanimidade, o Requerimento Nº 59/2003 (Anexo E) assinado pela vereadora Terezinha Alves Nóbrega (requerendo o reconhecimento da Comunidade Talhado como remanescente das comunidades de quilombos). Assim, podemos afirmar que os principais mediadores que agiram diretamente no processo de identificação e reconhecimento da Identidade ‘Quilombolas’ do Talhado foram: Movimento Negro Brasileiro, Fundação Cultural Palmares, ‘Pacto Vale do Sabugy – Paraíba’ e Políticos Locais (Poder Executivo e Legislativo do Município de Santa Luzia - PB).

### **3.4 – O ‘Lugar’ Quilombo a partir da oralidade do grupo: uma visão após o reconhecimento da Identidade ‘Quilombolas’**

Pelas obras analisadas, fazendo-se uma comparação entre a auto-identidade e a alter-identidade do grupo, podemos perceber que dentre os moradores entrevistados (do Talhado), nenhum deles apresentou em seu relato, um conhecimento sobre essa identidade quilombola que lhe é atribuída. Por outro lado, os autores apresentaram um discurso que contribuiu para a fundamentação ideológica de ‘Quilombo’ e, conseqüentemente, de ‘quilombolas’. “Quilombo pacífico e isolado das instituições do país”, “um grupo especial e misterioso” e “restos de um antigo quilombo”; são expressões acadêmicas referentes ao ‘Quilombo do Talhado’ utilizadas por Noronha (1960), Cavalcanti (1975) e Santos (1998), respectivamente,

que foram sendo interpretadas e reproduzidas (por acadêmicos, jornalistas e outros profissionais) e acabaram por ganhar um espaço nas Universidades, na Imprensa e nas Instituições. Com isso, podemos afirmar que o discurso quilombolas está presente no processo de alter-identidade.

Porém, em 2004, Talhado recebeu a certidão de auto-reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que classificou a comunidade como '*grupo étnico racial*'. Convém esclarecer que a expressão "*grupo étnico racial*" é uma categoria utilizada pela Fundação Cultural Palmares que usa como fator determinante da questão racial, a presunção de uma ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, ou seja, resistência à escravidão. No caso, o ancestral referenciado para classificar o grupo foi o carpinteiro Zé Bento.

Para que não paire nenhuma dúvida sobre a idéia de que o discurso quilombolas não está presente no processo de auto-identidade do grupo, complementamos essa análise a partir da História Oral. Decidimos verificar o que revela a oralidade da Comunidade Talhado sobre o 'lugar' Quilombo, depois que a Fundação Cultural Palmares reconheceu sua remanescência quilombola. Estamos chamando aqui o Talhado de 'lugar' não só para evitar os epítetos tais como 'comunidade', 'quilombo' e outros, mas verificar o 'lugar' do portador de discurso.

O quilombo, espécie de sociedade alternativa que reunia escravos em busca da liberdade, apresentava uma organização sociocultural em defesa do espírito comunitário (MELO, 2001, p.191 apud MELO & NÓBREGA, 2006, p.2). Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, surpreende pela capacidade de organização e pela resistência que oferecia. A palavra, de origem banto, significou durante a escravidão no Brasil, 'ajuntamento de escravos fugidos'. Na história do

país, os quilombos exerceram um papel importante, pois a resistência contribuía para o desgaste econômico e social do sistema escravista. Isso contribuiu para uma posterior substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (MOURA, 1994, p.24; 2004, p.335). No entanto, não parece ser este o conceito de quilombo que membros do Talhado têm de si. Questionados sobre o reconhecimento do Talhado, enquanto “*comunidade remanescente de quilombo*”, deparamos com testemunhos surpreendentes, capazes de nos transmitir com clareza, o “lugar” quilombo:

Essa história de quilombo daqui, eu não conhecia esse nome de quilombo daqui não. Isso aqui veio é depois do “Firme Aruano” (Filme Aruanda), esse quilombo. Começou. Aí registraram e agora é quilombola mesmo. Não é bom, mas é o jeito! A gente tem que agüentar. É bom numas coisas e noutras não, não sabe? Porque até agora não chegou. Tem os Projetos mas ainda não chegou de voltar daqui (Sebastião Braz dos Santos).

O que verificamos nesse depoimento é que o discurso quilombola também não está presente no processo de auto-identidade, tornando evidente que foi uma construção externa, já que quem publicizou, pela primeira vez, o conceito de quilombo sobre o Talhado foi o documentarista Linduarte Noronha, em ‘Aruanda’. O fato se completa devido a que quase nenhum protagonista ou figurante de ‘Aruanda’ viu o filme em sua vida, com exceção de um ou outro e tempo depois de lançado o filme. Até 2004, ele permanecia inédito para quase a totalidade dos ‘*talhadenses*’. Isto quer dizer que a sociedade, em geral, e os intelectuais em particular, tomaram conhecimento do ‘quilombo’ muito antes de os habitantes do Talhado se denominarem ou não de quilombolas.

A confusão sobre o conceito aumenta no depoimento abaixo, quando Zacarias Pedro de Andrade diz que o Talhado não conheceu *quilombo de senzala*:

Isso aí eu não sei bem lhe informar não. Porque os meus avôs nunca conheceram uma senzala de quilombo por aqui. Mas aí não é do meu tempo, né? Não sei se esses negrinhos que vieram pra aqui se foram fugidos [...]. Eu já ouvi outra vez dizendo, foi Miguel de Zé Antônio que me disse, que isso aqui tinha sido doado. Mas, não foi não. Doado como bem, se Zé Bento tivesse sido escravo. Mas Zé Bento não foi escravo não!



Entrevista com Zacarias Pedro de Andrade (participação de Gilvaneide Ferreira da Silva), em 24/01/2007.

Muitos desconhecem os termos ‘quilombo’ e ‘quilombola’ e fazem uma vaga associação ao discurso externo que é apreendido em encontros comunitários, como é o caso de Rita Ventura dos Santos:

Eu cheguei a esse tempo desses nêgo que você num tinha né? Aí eu fiquei bem sastifeita. Ouvi falar assim, cando eu chego nos canto, que é assim: numa parte “comunitáia” (comunitária) aí fala assim num negócio, que nem assim, na bodega e o povo fala. As muié que vem de João Pessoa, aí eu tô lá nas reunião e escuto eles dizem. [...] “Derne” (desde) do tempo que eles pegaro a falar nesse negócio, que toda reunião que tá na bodega, é difícil eu faltar. Tô lá. Cando os pessoá de João Pessoa vem, outo dia vei um rapaz, eu digo que é rapaz que sei se é casado ou solteiro, que vai chegar num vou especular a vida dos hôme (risos), você é casado, é solteiro... Veio um rapaz e uma dona. [...] Desse ‘Quilomo do Taiado’, dos nêgos, eu num sei nem chamar o nome. Aí eu digo apois eu tinha vontade, pois eu sou dos nêgo cuma a senhora diz e do Quilomo do Taiado mermo [...]

A presença de mediadores, tanto no processo de identificação quanto no de reconhecimento do ‘Quilombo do Talhado’, mexe com a memória do grupo. Alguns parecem não ter consciência do que significa ‘quilombo’ ou ‘remanescência quilombola’, mas sabem exatamente o momento em que esse discurso entra na comunidade. É o caso de Joana Carneiro dos Santos:

A história do quilombo começou através do Filme Aruanda, porque “Fernando Linduarte” (Linduarte Noronha) mais junto com “Ruca” (Rucker) e João fizeram esse filme [...]. Quer dizer que aquilo, ele fazia essa imitação como coisa que fosse tempo de escravo, nera? E por aí começou. E formaram o quilombo através disso, do Filme Aruanda. Porque também, se não fosse o filme, também não tinha esse nome aqui [...] porque nunca tinha “ouvisto” (ouvido, escutado) falar não. Depois de

Bernadete. Não sei como foi que eles arranjaram essa conversa aí. Sei que formou o quilombo e pronto! E agora é quilombo mesmo. Tá registrado.

O depoimento acima revela outros mediadores ao falar dos produtores do documentário 'Aruanda' e de Bernadete (Diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares). Por ele, percebemos que o processo de identificação e reconhecimento da identidade 'quilombolas' do Talhado apresenta todo um histórico, cuja culminância resulta numa estratégia social em que cada componente do grupo vai analisando os acontecimentos e aderindo estrategicamente ao discurso, em função, sobretudo, de suas necessidades de sobrevivência. Caso semelhante é descrito por Arruti (2006, p. 285):

No Mocambo, a remanescência não está vinculada, exclusivamente, a uma origem ou a uma identidade racial, mas fundamentalmente, à adesão a uma estratégia social. Afinal, a adesão à "luta" (tomada de consciência ou assunção) é sempre partilhada de forma desigual pelos componentes do grupo, em função dos cortes sociais previamente existentes e de suas estratégias de sobrevivência.



Entrevista com Rita Ventura dos Santos em, 24/01/2007.



Entrevista com Joana Carneiro dos Santos (D. Jovelina) em, 23/01/2007.

Vejamos que, no Talhado, a adesão ao discurso de remanescência quilombola é compartilhada de forma desigual gerando, inclusive, desentendimentos dentro da própria coletividade:

Assim. Eu não tinha conhecimento. Eu não me achava quilombola. Mas eu me respeitava como negra. Aonde quer que seja que eu chegasse, se perguntasse: - você é de onde? - Do Talhado. Eu nunca neguei minha origem não [...]. Apesar de que

muita gente ainda não entende o processo. Às vezes eu tento em passar, aí quando eu vejo que tem uma certa resistência, eu me calo. Porque ainda tem crianças que a gente diz:- você é um quilombola. Ele diz: - Não! Quer dizer; tem que colocar na cabeça das crianças que ele é um quilombola. Por que ele é um quilombola? Até que domingo a gente estava em reunião da Associação e a tesoureira disse; - A gente vai colocar Associação Rural Quilombo do Talhado ou Associação Rural Quilombola? Eu disse: - Quilombola não. Porque quilombola somos nós. Tem que ser quilombo, que é a comunidade (Gilvaneide Ferreira da Silva).

Esse depoimento, além de mostrar o conflito de idéias entre o próprio grupo, promove uma reflexão sobre as diferentes formas de adesão à estratégia social proposta. Para alguns, ela pode até tomar uma dimensão coercitiva, pois o indivíduo resiste também à adesão, na tentativa de proteger-se das conseqüências de um ato desconhecido ou incompreendido. Há, ainda, aqueles que silenciam sobre o assunto:

Eu num afirmo a história do quilombo, porque aí eu num tenho certeza, né? Esse povo, como Tereza foi buscar esse quilombo, ela entrou bem caladinha ali e trouxe essa história, esse registro e eu só queria um dia sentar com ela e ela me explicasse da onde foi, aonde foi que ela arranhou esse registro de quilombo no Talhado, que até meu pai hoje tá com 80 ano e ele diz que o Talhado nunca foi quilombo. [...] Aí quando viero falar o Talhado de quilombo, aí eu fiquei assim, eu digo: Meu Deus, o Talhado é Quilombo e é descendente de que? Quer dizer: Ela quando registrou isso aí devia ter um documento afirmando, porque ela registrou o Talhado de quilombo, se ela tinha certeza que era quilombo, né Joselito? [...] Eu fico calado. Parado. Se a área tá registrada, até porque a gente num tem como desmanchar, né? Então que a gente tem que aceitar. Mais, lá na frente a gente encontra os que nasceram lá e diz; que o Talhado nunca foi quilombo. Mais se tá registrado em papel, a gente tem que aceitar, né? Eu num, até um dia assim, eu já pensei em sentar num canto e olhar bem direitinho o que é que significa quilombola, que eles fico explicano, explicano, explicano, né? Aí é bom, que a gente fica calado, né? A gente num pode se levantar, né? A gente tem que aceitar, né? Só isso que eu tenho a dizer. Pode ter gente que ainda se levante e num queira ser. Que tem. Eu conheço que tem. Gente que quando fala em quilombola, eles se recua (Manoel Divalci dos Santos).

Antes de qualquer comentário, convém lembrar que o depoente acima utiliza a expressão “lá”, referindo-se ao lugar Talhado (espaço geográfico), pois no momento da entrevista, encontra-se em sua residência na cidade de Santa Luzia (muitos dos moradores do Talhado têm casas na cidade, utilizando-a para apoio aos filhos que estudam, bem como, em situações de festas, feiras e negócios). Seu depoimento nos chama a atenção para três pontos importantes que devem ser

considerados em nossa análise: a falta de conhecimento sobre a identidade quilombola (desconhecimento do significado das expressões 'quilombo' e 'quilombola'), as diferentes formas de reações do grupo ao discurso quilombola (aceitação, rejeição, inquietação, silêncio) e a presença de intermediários no processo de reconhecimento dessa identidade (agentes políticos). Não cabe, nesse momento, julgarmos se procede ou não a afirmação de que a Comunidade Talhado foi um quilombo. Interessa-nos a apreensão identitária que o grupo tem de si mesmo, para continuarmos melhor entendendo, o "lugar" quilombo.

Portanto, pelo menos nestes depoimentos coletados, verifica-se que a comunidade em si não tem a consciência de ser um quilombo (mesmo no sentido de remanescente quilombola) o que mostra que historicamente o conceito foi sendo construído de fora para dentro, antes tomado como rejeição e, gradativamente, assumido (por alguns) como conhecimento, principalmente a partir de discursos construídos por grupos externos ao Talhado.

O Movimento Negro também contribuiu para a construção desse discurso, na tentativa de resgatar a dignidade e a auto-estima do povo negro. Num contexto político voltado para o nacionalismo negro de pensamento universalizado, politiza no sentido de valorizar e recuperar a identidade negra no país, fazendo do auto-reconhecimento dessa Identidade, a nova força motriz do movimento e a base de sustentação para a elaboração das políticas públicas. A Fundação Cultural Palmares, segundo Sundfeld (2002, p.15) é o órgão competente "*para praticar as medidas de implementação do disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*", isto é, identificar os grupos remanescentes das comunidades dos quilombos e reconhecer àqueles que estejam ocupando suas

terras, o direito à propriedade definitiva. Sobre esse processo de identificação e reconhecimento, Arruti (2006, p.45) comenta:

Chamaremos de processo de identificação o movimento de passagem do desconhecimento à constatação por parte dos sujeitos sociais atingidos por um tipo de situação de desrespeito com caráter coletivo, instituindo, assim, tal coletividade como fonte de pertencimento identitário e como sujeito de direitos, moralmente motivado para a mobilização contra tal desrespeito. [...] Chamaremos de processo de reconhecimento o movimento de passagem do desconhecimento à constatação pública de uma situação de desrespeito que atinge uma determinada coletividade, do que decorre a admissão de tal coletividade como sujeito (político e de direito) na esfera pública e de tal desrespeito como algo que deve ser sanado ou reparado.

Podemos perceber que, na ausência de um conhecimento identitário, tanto o processo de identificação quanto o de reconhecimento exige um movimento que envolve mediadores e gera uma sujeição política de uma coletividade a uma esfera pública. Embora essa coletividade passe a surgir como sujeito de direito diante das instituições, a reparação dos seus direitos até então desrespeitados, fica subordinada à vontade política dos gestores, o que nos permite o entendimento de que se antes, o quilombola lutava e resistia à escravidão, hoje, o remanescente quilombola continua na luta e resiste aos descasos políticos que usurpam seus direitos.

Porém, existem aqueles que mesmo não apresentando um conhecimento sobre a identidade 'quilombolas' do Talhado, assumem essa identidade, ganham uma 'nova visão de mundo' e estão satisfeitos:

Já rodei o Brasil inteiro através do Ministério da Cultura. Já tive nos Estados Unidos. Passei doze dias lá com o grupo da consciência negra discutindo é... Inclusão Social. Particpei muitos, vários eventos em Universidade, particpei de dois eventos no Congresso Nacional dos Estados Unidos, então eu visitei. Visitei quatro estado nos Estados Unidos: primeiro, eu cheguei em Washington. Passei três dia em Washington, aí segundo, fui pra "Nova Jeckson" (Nova Jerssey), "Jeckson" né? Eles falam "Jeckso". Eu num entendo muito inglês que eu sou um matutão lá do Talhado, então, aí de "Nova Jeckson" a gente veio pra Atlanta. Atlanta é o maior centro aéreo do mundo, onde nunca tinha "visto" (ouvido) falar em engarrafamento de avião, eu vi lá, em Atlanta. Então, passei três dias em Atlanta, aí viemo pra Chicago. Em Chicago, passamo dois dia em Chicago, aí viajamo no outo dia pra o Brasil. Então taí.[...]não gastei nada. Foi tudo pelo Ministério da Cultura e o governo dos Estados Unidos que pagou todos os custos pra gente. Eu ainda ganhei, cheguei aqui com seis mil, seis mil reais ainda no bolso. Todas as despesas pagas, pra mim

foi muito bom. Tive uma grande experiência, em participar de uma coisa que eu nunca imaginei que [...]. Se eu não fosse quilombola, jamais eu tinha essa chance de nem conhecer o Brasil, né? [...] A questão quilombola, antes ninguém sabia o que era quilombola, né? Eu mermo não sabia o que era. Mas hoje, eu já, mais ou meno, entendo um pouquinho de quilombola, né? Porque hoje o Presidente, o Governo Federal, tá investindo muito nessas área quilombola. Tá valorizando muito os negro, as pessoas que nunca tivero direito, hoje tão tendo direito. É... Ainda num é total, mas tá tendo, né? Que antigamente num tinha. Antigamente, as coisa era diferente. Você via um nêgo, era uma coisa diferente, né? Nêgo num tinha valor nenhum, mais hoje tem. Hoje, nêgo tem valor. Eu sou um nêgo. Sou um nêgo do bom, né? Sou músico. Aonde eu chego, todo mundo me dá valor, todo mundo gosta de mim, gosta do meu trabalho. É. E eu ser um quilombola. Aonde eu chego, sou muito bem aplaudido, eu toco o meu forró, o pessoal gosta. Então táí (Luiz Bento dos Santos).

O depoimento acima reflete a satisfação do depoente em ser valorizado, enquanto negro, principalmente por ter sido contemplado com políticas públicas específicas para quilombolas. Percebemos que há em seu discurso, uma associação entre quilombolas e investimentos do Governo nessas políticas públicas, correspondendo ao perfil do negro que vem do movimento negro do Brasil atual:

Pensar o negro que vem do movimento negro é repensar a desconstrução do negativo. Inclusão Social é política pública e ação afirmativa é a reconfiguração do Nacional. Negro não é uma categoria biológica e sim, uma construção sócio-política (rejeição ao cromatismo). Negro é um lugar social, não importa os fenótipos [...]. As populações quilombolas não são necessariamente negras (informação verbal)<sup>11</sup>.



Entrevista com Luiz Bento dos Santos (Nuna) em, 10/05/2007.

---

<sup>11</sup> Professor Valter Silvério, professor universitário, ao participar de uma mesa redonda intitulada “Etnicidades” (VI Encontro de História Oral do Nordeste, Ilhéus – Bahia, 02 a 05 de maio de 2007).

Acreditamos que esse reconhecimento do 'Talhado' enquanto remanescente das comunidades de quilombos é um acontecimento político que mexe com a cabeça do grupo, na medida em que a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Assim, os testemunhos coletados, além de reconstituírem o passado do grupo, pelos membros do próprio grupo, permitiram uma melhor compreensão de sua memória coletiva. A História Oral possibilitou novas versões históricas ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores e permitiu uma produção a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilitou o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretção do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial (FREITAS, 2002, p. 81/2).

Enfim, podemos concluir que o discurso quilombola não está presente no processo de auto-identidade. Esse discurso foi construído a partir dos autores analisados, reforçado pela imprensa e assumido oficialmente em 2004, quando a comunidade aderiu motivada pela politização do movimento negro contemporâneo e pelos usufrutos das políticas públicas de ações afirmativas do governo Lula.

Considerando que o documentário 'Aruanda' foi produzido num período de semi-isolamento da comunidade e que a dissertação da antropóloga Josefa Salete Barbosa Cavalcanti corresponde ao período em que esse semi-isolamento começa a ser quebrado, é possível que Talhado, por razões desconhecidas ou por sentirem, ainda, o peso da discriminação, tenha manipulado informações (MELO & NÓBREGA, 2006, p. 9).

## 4 O POVO DO TALHADO ENQUANTO GRUPO ÉTNICO RECONSTRUÍDO

Nós, da nossa parte, nós tem duas parte. Tem a parte do cabôco e tem a parte do nêgo do Piauí. Do Piauí veio o Joaquim Carneiro, Mané Bonifácio, um chamado Clementino [...].

Severino de Antônia – in memoriam.  
(FERREIRA, 1981, p. 37)

### 4.1 – Formação Étnica: Negros e Caboclos

Amparado pela legislação nacional, o termo “remanescente” vem sendo oficialmente utilizado no Brasil e serve para designar tanto grupos descendentes de escravos negros, quanto de índios. Embora nossa pesquisa esteja inserida no mesmo contexto histórico e metodológico descrito por Arruti (2006), a questão identitária apresenta-se bem delimitada em cada caso. Enquanto Arruti, deslocando-se entre a etnologia indígena e os estudos afro-brasileiros, estuda separadamente as diferenças étnicas entre o grupo de negros do Mocambo e o grupo de índios Xocós (povoados da Ilha de São Pedro e da Caiçara – Porto da Folha - Sergipe), o mesmo não acontece em nosso estudo. O processo de miscigenação existente na Comunidade Talhado não permite uma classificação étnica capaz de enquadrá-lo como uma exclusividade afro-brasileira ou indígena (NÓBREGA & MELO, 2007, p.12).

Percebemos que a Fundação Cultural Palmares ao reconhecer oficialmente a Comunidade Talhado, enquanto remanescente quilombola, evidencia somente o ancestral negro Zé Bento como membro do grupo relacionado com a resistência à escravidão. Esse fato levanta questões de gênero e de identidade e deve ser revisado, principalmente se considerarmos a idéia de que o carpinteiro Zé Bento (cuja ascendência é desconhecida) chega ao Talhado já acompanhado por

sua esposa, a louceira Cecília. Ao que parece, Cecília não foi escrava. Porém, é filha do negro Joaquim Carneiro e neta da cabocla 'Cota' da Caiçara, que foram escravizados. O grau de parentesco, a posse de terra, a confecção da cerâmica e, sobretudo, a situação de alteridade em relação aos brancos e negros da cidade caracterizam a identidade étnica do grupo, pois é o que faz com que eles se considerem pertencendo ao Talhado (SANTOS, 1998, p.50).

Analisando um dos Livros de Casamentos (1858/1881) da Freguesia de Santa Luzia do Sabugy (antigo nome de Santa Luzia - PB), deparamos com um casamento, cujos dados, complementados pelas informações fornecidas pelos depoimentos de Rita Ventura dos Santos e de José Fernandes Vieira permitiram que chegássemos aos nomes de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, pais de Cecília (esposa de Zé Bento). Decifrar a origem genealógica de Cecília significa entender parte do processo de mestiçagem existente no Talhado. O casamento ocorreu na Fazenda Nazareth, em Patos- PB e encontra-se na página 61 do livro em referência, nos arquivos da Igreja Matriz de Santa Luzia - PB. Para nossa análise, transcrevemos o casamento, na íntegra, respeitando-se o texto em sua versão original:

As oito horas da manhã do dia vinte e um de fevereiro de mil oitocentos e settenta, na Fazenda Nazareth, da Freguesia de Pattos, o reverendíssimo Jovino da Costa Machado, de minha licença, e servatis servandis [?] Tridentium unio em matrimônio, e deo logo as bênçãos nupciais, aos contratantes, Sebastião Fernandes Vieira, meo Parochianno, e filho legítimo de Manoel Fernandes Vieira e Antônia Maria das Virgens, e Vicência Maria de Jesus, da Friguisia de Pattos, e filha legítima de Joaquim Carneiro Xavier, já falecido, e Cândida Maria das Neves, presentes por testemunhas Manoel José do Nascimento e Antônio Ferreira de Oliveira, ambos casados e moradores na mencionada freguesia de Pattos, os quais assignarão juntamente com o reverendíssimo licenciado, em a certidão, que esse remetheo im, a qual se achão no archivo desta Matriz de que tudo, para constar, fis este assento e nelle me assigno. O vigário Antônio Germano Barbalho Bezerra.

O casamento acima é de Sebastião Fernandes Vieira e Vicência Maria de Jesus. Realizou-se na Fazenda Nazareth (município de Patos – PB), propriedade de Joaquim Carneiro. Na época, normalmente, os casamentos aconteciam na casa da

noiva. Os pais do noivo são os avôs dos nossos informantes (Rita Ventura dos Santos e José Fernandes Vieira são irmãos). Rita Ventura dos Santos comenta: *“Poquê disse que meu pai já é dessa raça dos cabôcos brabo, pra’colá. [...] Boaventura Fernandes Vieira. Era filho desse Manoel Fernandes, da Batáia, de lá”*.

José Fernandes Vieira reforça o depoimento da irmã, ao esclarecer:

Manoel Fernandes Vieira era do Brejo Paraibano e veio morar na Batalha (hoje, região pertencente à zona rural do município de Salgadinho – PB), onde capturou ‘a dente de cachorro’ uma ‘cabocla braba que era pagã’. Essa cabocla, para poder casar, teve que batizar-se e recebeu o nome de Antônia Maria das Virgens. A noiva Vicência Maria de Jesus é irmã de Cecília, esposa de Zé Bento, e o noivo Sebastião Fernandes Vieira é irmão de Boaventura Fernandes Vieira, meu pai.

Assim, podemos afirmar que os pais de Cecília (Mãe Cizia), esposa de Zé Bento, eram Joaquim Carneiro Xavier e Cândida Maria das Neves (Cândida Gomes). Segundo comenta-se na comunidade, Cândida é descendente da família Gomes (conforme os costumes da época, geralmente, somente os filhos do sexo masculino usavam o sobrenome da família do pai). Encontramos o nome de Cândida Maria das Neves sendo repetido numa filha do casal Zé Bento e Cecília, portanto, sua neta. Esse hábito é muito comum entre os moradores do Talhado.

Questionada sobre Joaquim Carneiro, a depoente Rita Ventura dos Santos afirma:

Pai Joaquim Carneiro. Meu Deus, cuma é? (pausa) Sei lá. Ouvi falar num Joaquim Carneiro que veio do Piauí, mas eu num sei nem dizer. Eu num sei dizer se Joaquim Carneiro era do... (gagueira). Ói, quem sabe dizer era cumpáde Severino. Cumpade Severino sabia ói de... (pausa) Cuma é muié, desses escravo? Sabia como eles se “forraro” (alforriaram). Num sei cuma diabo foi. Sabia tudim minha fia, mas eu num sei.

Percebemos pelo depoimento acima, que o negro Joaquim Carneiro foi escravo. Um levantamento genealógico que fizemos sobre a família ‘Dantas’ e o contexto histórico que envolve a chegada de Joaquim Carneiro à Paraíba apontam para a possibilidade de que ele tenha vindo, provavelmente, da região de Piracuruca

no estado do Piauí. Não conseguimos decifrar quando e como se deu esse processo de alforria descrito pela depoente. Conforme relatos de outros depoentes, ficamos sabendo que Joaquim Carneiro tornou-se “capanga de fazendeiro” no Piauí e veio fugido tangendo uma boiada do Dr. Manoel Dantas. Ao chegar à Paraíba, Dr. Manoel Dantas vende uma grande propriedade de terras para Joaquim Carneiro. O depoente Zacarias Pedro de Andrade, ao relatar as histórias contadas por sua mãe, afirma sobre a chegada de Joaquim Carneiro à Paraíba:

Ele trouxe muito dinheiro. Joaquim Carneiro assim que chegou, comprou da Bocanha, município de Passagem – PB até a extrema da Serra da Borborema. Comprou a propriedade completa. A divisão com Olho D’Água Seco, município do Junco do Seridó – PB.



Placa de aposição na Praça Irmãos Dantas e Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo/Piracuruca – PI (fotos cedidas por Heráclio Dantas – Museu Arlindo Dantas Monteiro/ Casarão do Jabre/ Maturéia – PB)

A depoente Rita Ventura dos Santos, ao lembrar-se das histórias contadas por seu “cumpade Severino”, refere-se ao Severino de Antônia (o mesmo da epígrafe de abertura desse capítulo). Muitos na comunidade chamam Severino Carneiro de Oliveira (Severino de Antônia) de compadre, pois o mesmo era ‘parteiro leigo’ no Talhado, onde morava, tornando-se “padrinho de umbigo” daquele que

nascia por suas mãos e, obviamente, compadre dos pais do recém-nascido. Severino de Antônia era filho de Antônia Maria da Conceição e ‘Severino Caracol’. Portanto, neto de Zé Bento e Cecília.

Com relação à ‘Cota’ da Caiçara (avó de Cecília), Cavalcanti (1975, p.73) afirma: *“era uma cabocla brava, ‘era aiva de olho azul’ e morava no mato: como todas as caboclas bravas foi presa e levada para casas de pessoas ricas e lá casou”*. A expressão ‘presa’ utilizada pela autora não está bem adequada para a situação, pois transparece a idéia de alguém culpado. Ao que sabemos, era comum a captura de índios na região, para escravização. Assim, precisamos entender que ‘Cota’ da Caiçara não foi presa, mas, capturada para escravização no ‘olho’ de uma craibeira (no rio de São Gonçalo), ‘a casco de cavalo e a dente de cachorro’, como se fala no imaginário seridoense. Questionados sobre essa história de ‘Cota’ da Caiçara, muitos admitem já ter escutado comentários. Manoel Divalci dos Santos lembra relatos de Severino de Antônia:

História de Severino de Antônia. [...] ele ia buscar a história bem direitim, lá atrás. Era a única pessoa que ele ia buscar mermo. Ele lutava. Eu cansei de vê ele brigano, pra defender esse povo da Caiçara. Aquele povo ali ele lutava com tudo aquilo ali, ele conhecia. Era. Eu acredito que se ele dizia que teve uma que foi pegado, essa Cota da Caiçara, é porque ele tinha certeza, né? Cansou de dizer. O povo desmentia ele, ele ficava brabo. Ficava brabo! (convicto e com ênfase) ele dizia que tinha certeza e conhecia. Logo a mãe dele veio falecer com 105 anos. Eu conheci a mãe dele ainda. Quer dizer, aquela mãe dele com 105 anos, já era do outro século, já passava as coisa. Antônia, filha de Zé Bento. Chamava ela até de tia Antônia, eu conheci.

Ainda sobre a história de ‘Cota’ da Caiçara, Zacarias Pedro de Andrade afirma: *“É aquele São Gonçalo ali. Não conheço não, mas tem uma Caiçara ali, perto de Equador”*. Pelo depoimento de Zacarias foi possível decifrar o contexto em que se enquadra essa história de ‘Cota’ da Caiçara. Embora existam tantas regiões com o nome de ‘Caiçara’, o depoente refere-se à Comunidade São Gonçalo (zona rural do município de Santa Luzia - PB) e à Caiçara (zona rural do município de Equador – RN).

Visitamos a Comunidade Caiçara referenciada por Zacarias e logo percebemos sua aproximação com a Comunidade São Gonçalo e com a Serra das Queimadas (uma região que foi por muito tempo habitado por índios). Ao analisar livros de batismos da freguesia de Santa Ana (Caicó-RN), Macedo (2003, p. 4) registra a presença indígena na Serra das Queimadas: *“Dos oito batismos de índios localizados entre 1803 e 1806, seis traziam indicações de onde foram celebrados, sendo 01 na Serra das Queimadas, entre os municípios de Parelhas e Equador – RN [...]”*. A presença indígena na região da Caiçara (Equador – RN) também foi evidenciada a partir de informações prestadas por moradores da comunidade, que contaram histórias de “caboclos brabos”. Um dos moradores, Damião Francisco da Silva (Damião Piaba), nos afirmou: *“A história que eu ouvi falar foi somente de D. Maria Torres que a minha vó falava que ela tinha sido pegada a dente de cachorro”*.



Vista parcial da Comunidade Caiçara, incluindo o sítio arqueológico ‘Poço do Letreiro’ (Equador – RN).

Portanto, frente aos depoimentos e às evidências, reafirmamos a história de ‘Cota’ da Caiçara, ancestral mítico do “Quilombo do Talhado”. Salientamos ainda, que segundo José Fernandes Vieira, *“Severino de Antônia se dizia parente de Zorobabé”*. Estaria Severino de Antônia se referindo ao Cacique Zorobabé? Ao descrever a subjugação dos potiguaras aos colonizadores da Paraíba, na transição

para o século XVII, Mello (2002, p. 36) comenta: *“Embora resistissem, sob a liderança dos caciques Pao Seco e Zorobabé, os índios terminaram esmagados. Em seguida, em quanto a maioria era aldeada, outros emigraram para o Rio Grande do Norte [...]”*. Mas, considerando-se a ligação de Joaquim Carneiro Xavier (bisavô de Severino de Antônia) com a família Dantas de Teixeira – PB, a existência de uma propriedade de nome ‘Volta’ (próximo ao Talhado), a aproximação das terras do ‘Olho D’Água Talhado’ com o Município de Passagem – PB e o fato de que Severino de Antônia é ‘filho apanhado’<sup>12</sup> de um homem branco (cuja ascendência, desconhecemos), existe a possibilidade de que o Zorobabé ao qual Severino de Antônia referia-se, seja outro. Estaria Severino de Antônia, nesse caso, se referindo a Zorobabel, o ex-delegado de polícia do município de Teixeira na Paraíba e amigo do Dr. Manoel Dantas? Ao descrever os descendentes de Bento da Costa Vilar (Zorobabel: descendência e fim), Terceiro Neto (2002, p.68) afirma:

Zorobabel Rodrigues de Araújo foi o único filho de José Antônio Rodrigues de Araújo – Inocência Maria do Espírito Santo que não recebeu o nome Vilar. Não ficou na Volta, a fazenda fundada pelo pai. Meteu-se nas serras, tornando-se proprietário de glebas desde o Jatobá às cercanias de Desterro e Passagem. Destemido e disposto, era amigo do Dr. Manuel Dantas Correia de Góes, do Teixeira, que o escolheu para delegado de polícia do Município durante algum tempo. Juntou-se a uma preta, Benedita, que veio do interior de Pernambuco, já trazendo uma filha, moçota, com nome esquisito: Aduzina. Dessa mancebia, nasceram sete filhos.

Outras histórias de caboclos repetem-se no imaginário do grupo Talhado.

José Vicente dos Santos nos afirma:

Minha vó era cabôca braba, filha de cabôco brabo. Era Vitória. Vitória de “Ontô Chico” (Antônio Chico). Aí eles viero, eles pegaro lá pra’quelas serra pra’colá. Dissero q’ueles chegaro por aí, amansaro, aí foi meu avô casou com ela. Acho que foi, chama a Serra da Boneca, ali pro lado do Brito [...]. Que minha vó era uma cabôca mermo. “cabôca retida”, o cabelo descia até à pôpa da bunda, preta, “retido” o cabelo. Num dava uma volta e muito bonita. Uma muié véia muito bonita. Morreu com oitenta e poucos anos, mais era uma véia muito bonita.

---

<sup>12</sup> Filho apanhado – expressão comumente utilizada pelos habitantes do Talhado. Referem-se a filhos que não são nascidos do casamento. Incluem, ainda, filhos nascidos de uniões maritais permanentes (mas sem vínculos legais ou religiosos) e prole provinda de relações sexuais ocasionais (CAVALCANTI, 1975, p.13).

Convém destacar que essa história contada por José Vicente dos Santos é contestada pelo depoente Zacarias Pedro de Andrade. Outro depoente que não concorda com a versão apresentada por José Vicente dos Santos, sobre Vitória de Antônio Chico, é José Fernandes Vieira: *“Vitória de Antônio Chico não era cabocla. Ela é filha de alguém de Teixeira. Dos Viado”*. Assim, não nos cabe, nesse momento, julgarmos se Vitória de Antônio Chico era ou não uma cabocla. Mas, em se tratando de identidade, cabe-nos uma reflexão: O que levaria nosso depoente José Vicente dos Santos a se assumir, orgulhosamente, como neto de uma ‘cabocla braba (filha de caboclo brabo) pega na Serra da Boneca, no lugar Brito, município de Areia de Baraúna – PB’?

Além da cabocla Antônia Maria das Virgens (mãe de Boaventura Fernandes Vieira) e de Vitória (avó de José Vicente dos Santos), convém lembrar que o grupo reconhece Cecília (Cizia), esposa de Zé Bento, como sendo neta da cabocla ‘Cota’ da Caiçara. Logo, reconhecer-se descendente de Cecília, significa reconhecer e assumir, embora não oficialmente, essa identidade mestiça. Além dos casos citados, percebemos que esse processo de miscigenação envolve a família de mais um depoente:

Eu sei que os meus avôs e minha bisavó era índia. Foi pegada em descendência de índio. Era Maria do Ó. Era desse povo aí, de Pitombeira. Talvez ela viesse de Pitombeira, a velha. Manoel Porfírio era de lá. Manoel Porfírio era casado com essa Maria do Ó. Maria do Ó era das descendência de Joaquim Carneiro (Zacarias Pedro de Andrade).

Além dos avôs, o depoente destaca Maria do Ó (sua bisavó materna) como sendo descendente de índio. Pela genealogia, ficamos sabendo que Maria do Ó é irmã de Cecília, Vicência e Gabriel (filhos de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes. Portanto, netos de ‘Cota’ da Caiçara).

Relatos apontam que os filhos de Zé Bento e Cecília eram mestiços. Sobre Francisco Bento de Maria (Chico Bento), por exemplo, Zacarias Pedro de Andrade afirma: *“O velho ‘Chico Bento’ era um velho bem claro, agora, do cabelo ruim. E os olhos azuis”*. Ainda sobre ‘Chico Bento’, o depoente José Fernandes Vieira afirma: *“ele era amarelo dos olhos azuis. Dizia: - não sou negro. Negro tem os olhos agarapado”*.

A filha de Zé Bento e Cecília, de nome Inácia Maria da Conceição, também é lembrada por José Fernandes Vieira: *“Inácia era amarela. Tinha um filho com Hemenegildo”*. Essa mestiçagem de Ignácia Maria da Conceição, também pode ser verificada através do seu registro de batismo que se encontra no Livro 1 (Nascimentos 1865 a 1871) da Paróquia de Patos- PB, na página 196. Inclusive, no registro de batismo, Ignácia é reconhecida como sendo branca (Anexo F). Essa mestiçagem presente nos filhos de Zé Bento e Cecília nos levam a acreditar que assim como Cecília, Zé Bento também apresentava um processo de mestiçagem (que é desconhecido).

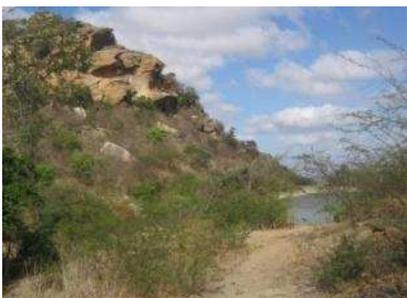
Convém esclarecermos que, a exemplo da ‘identidade quilombola’, a Comunidade Talhado assume essa ‘identidade mestiça’ de forma desigual e estratégica. Enquanto alguns membros do grupo se orgulham do seu parentesco com os ‘caboclos’, outros, mesmo tendo conhecimento, negam essa mestiçagem. Talvez, por força da discriminação que também envolve os grupos indígenas ou porque o grupo não apresenta em seu processo de reconstrução identitária, uma consciência de raça, já que prevalece a consciência étnica (SANTOS, 1998, p.123). Observemos, por exemplo, a forma como fala Dona Rita Ventura dos Santos sobre a cabocla Antônia Maria das Virgens, sua avó paterna:

A muié que casou com ele era uma cabôca. Mais era pra lá pra esses mundo. Cando viam cabôco, aí era aquela “zuada medôinha” (grande barulho, zoeira). Aí correro, correro a cavalo, pegáro essa cabôca e casou com ela. Na “Batáia” (Batalha). Nesse

mundo que pegáro essa cabôca braba, pra lá [...]. Sei que é pra lá, poquê por isso que as vez o povo diz: você é índia? Tinha parte com cabôco brabo? Mais era meu pai, eu (risos) já sou filha. Eu digo que não, négo. Meu pai foi quem disse que a mãe dele pegáro a casco de cavalo.

## 4.2 - Território e fronteiras étnicas

Atualmente, embora o Talhado esteja reconhecido como ‘remanescente das comunidades dos quilombos’, ainda não há por parte do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) uma delimitação territorial do que seria, oficialmente, o chamado ‘Quilombo do Talhado’. Devemos esclarecer que não há na Comunidade nenhum tipo de conflito de posses de terra. Isso nos permite considerar, embora não oficializado, que o território do ‘Quilombo do Talhado’ corresponde a um conjunto de sítios denominados e reconhecidos por seus moradores, a saber: Olho d’Água Talhado, Riacho Grande, Macambira Queimada, Balanço, Oiticquinha, Serrinha, Pedra Redonda, Saco das Pedras, Saco do Poço da Cruz e Arapuá; este último, embora esteja na região do Talhado, faz parte do município de São Mamede – PB. Convém lembrar que, ao analisarmos o inventário de José Bento Carneiro e Cecília Maria da Purificação, essas unidades territoriais já eram reconhecidas pelo grupo. A novidade trazida pelo inventário, é que ele não inclui, na época, o lugar ‘Saco das Pedras’ como parte integrante do Talhado, mas, como parte integrante da ‘Data do Convento’ e acrescenta o lugar ‘Crauás’ à ‘Data do Olho d’Água Talhado’.



Território do ‘Quilombo de Serra do Talhado’, dentre outras áreas, respectivamente: Olho D’Água Talhado, Arapuá e Macambira Queimada.

Embora o grupo utilize-se da expressão “comunidade” em vários momentos, parece ser esse discurso incorporado de forma externa, provavelmente pela repetição do termo em reuniões de associações, sindicatos e principalmente na proliferação da fé católica. É possível que, em seu aspecto mais primitivo, a comunidade se reconheça através de outras expressões com uma maior relevância simbólica. O casamento endogâmico, uma das regras sociais compatíveis com suas origens, faz prevalecer no Talhado, as relações de descendência e parentesco:

Aqui é muito unida a comunidade, aqui a gente faz reunião, aqui a gente celebra, manda celebrar missa, todos os meses tem missa, viu? Aí a comunidade é tudo reunido. É porque tudo é família. Aqui é primo, é sobrinho, é avô, é pai, é cunhado [...]. Isso é tudo uma família só (Sebastião Braz dos Santos).

O depoimento confirma o que já dizia Santos: “*Os habitantes da comunidade se consideram pertencentes a uma única família de modo que, quando se referem à outra comunidade, sempre tomam seu próprio grupo como ‘minha família’, ‘nossa família’*” (1998, p.50). Interessante ressaltar que quando participamos da missa na comunidade, observamos que o chefe atual, o senhor Sebastião Braz, agradeceu a presença de todos usando a expressão “meu povo”. Talvez isto mostre que eles se reconhecem como **povo** e não como **comunidade** que já é um conceito urbano criado pela sociedade.

Identidade implica necessariamente relação. É a tomada de consciência de si mesmo e de outro-além-de-si. É preciso que a alteridade se faça presente no convívio (partilha de territórios), porque as identidades se constroem no interior das relações de poder (SODRÉ, 2000, p. 260-263) e em torno das tensões sociais, no contexto das relações interétnicas. Sabemos que as tensões e mudanças ocorrem tanto no sentido de um grupo em relação a outro, quanto no interior do próprio grupo. (SANTOS, 1998, p.12). Percebemos que entre os membros do Talhado, as

relações comunitárias giram em torno da família e isso influencia a concepção de espaço. Sobre o assunto, Cavalcanti (1975, p.24) afirma:

O termo família é utilizado para denominar uma categoria cujos elementos se restringem ou se expandem, de acordo com as ocasiões. Assim, pode ser utilizado para denominar um pequeno grupo composto de marido, mulher e filhos, como também um grupo maior e, por vezes, a comunidade como um todo. [...] a própria concepção de espaço é influenciada por aquela de família. As pessoas que não fazem parte de sua família, são 'gente de fora'; eles nada sabem de suas vidas, sendo que em alguns casos eles nem são considerados existentes.

Ao valorizar a idéia de família, Talhado considera e respeita a relação de parentesco, observando a linha de ascendência e de descendência. Dessa forma, começamos a despertar para as fronteiras étnicas, enquanto critérios de pertencimento que definem o grupo do Talhado. Sobre as fronteiras étnicas do Talhado, Santos (1998, p. 35) afirma:

O grau de parentesco, a posse da terra, a produção da cerâmica e a situação de discriminação, dentro do jogo das tradições e memórias, entre negros e brancos de Santa Luzia, aparecem como os componentes visíveis de identificação do grupo do Talhado.

Podemos afirmar que a prática do casamento endogâmico que prevalece até hoje no Talhado, enquanto regra social, está ligada ao desejo do grupo em perpetuar a posse das terras (que pertenceram aos seus ancestrais) somente entre os seus parentes. Tal afirmação tem por base os fatos de que o processo de segmentação das terras do Talhado só ocorre por herança e de que são as relações de parentesco, quem comandam todos os aspectos da vida dos membros da comunidade. No Talhado, segundo Cavalcanti (1975, p. 23,31):

O acesso à terra, a ajuda mútua e as oportunidades políticas tem como fundamentos as relações de parentesco. [...] a posse e o povoamento da terra tem se constituído num dos fatores que contribuem para a manutenção de continuidade da comunidade, como um grupo distintivo.

Essa afirmação de Cavalcanti (1975) nos permite o entendimento de que a base de sustentação do Talhado, enquanto grupo étnico, passa pela forte relação

entre família e posse de terra (parentesco e território). O fato de que as terras do Talhado são sempre povoadas por membros de uma mesma família, fortalece a diferença étnica do grupo, independente de outros componentes de identificação serem ou não imutáveis. A produção de cerâmica, por exemplo, está perdendo forças como um dos componentes de identificação do grupo, entretanto, Talhado continua seu processo classificatório sem prejuízos. A atividade produtiva da cerâmica está sendo transferida para a cidade de Santa Luzia – PB e tornando-se um traço cultural predominante entre as louceiras do ‘Quilombo do Talhado Urbano’.

É através do confronto interétnico que o povo do Talhado, num processo comparativo com outros grupos (independente de cor), percebe semelhanças e diferenças. É no ‘estranhamento’ que Talhado percebe se há a ausência, a ocorrência moderada ou a presença de situações discriminatórias, com relação ao seu grupo. Segundo Lima (1992, p. 130):

É no palco da fronteira interétnica que se travam as lutas de identificação étnica e de construção de identidade e, essa experiência, com a alteridade, em se tratando de confrontos interétnicos, abre todo um canal e espaço para as diferenças e não raras vezes, para sua apropriação na busca de estabilidade e perpetuação dos papéis e posições econômico-sociais e culturais.

Mesmo não sabendo exatamente o que significa essa ‘identidade quilombolas’ que lhe é atribuída, o grupo do Talhado ao ser contemplado com uma ‘política pública quilombolas’, considera que as situações discriminatórias diminuíram em relação a eles. Da mesma forma, quando não é contemplado, o grupo sente-se discriminado. Essa lógica predominante no Talhado nos parece bastante familiar e comum, na medida em que consideramos o fato de que ter um pedido acatado por outro é sinônimo de respeito e atenção. Porém, precisamos destacar que na hora do confronto com a alteridade, cada grupo tenta fazer valer a sua diferença e Talhado, a exemplo de outros grupos étnicos, também está inserido

nesse contexto. Sobre as situações de discriminação sentidas pelo Talhado, em confronto com a alteridade, a professora Gilvaneide Ferreira da Silva afirma:

Não acabou o racismo. A discriminação não acabou. Do jeito que tem a discriminação com as mães solteiras, com os homossexuais, com as lésbicas, tem a discriminação com os negros. Só que essa discriminação está diminuindo. Agora, por que ainda existe tanta discriminação? Porque nós negros, digo nós na sociedade, nós que somos diferentes. Porque tem que ter a diferença. Ninguém é igual a ninguém. Cada um é diferente, pensa diferente, age diferente, vive diferente, veste roupas diferentes, né? Eu, graças a Deus, eu sou única! Ainda bem que não tem ninguém igual a mim. Eu sou única. É por isso que existe a discriminação, porque somos diferentes. Nós não aceitamos que os outros sejam diferentes, aí discriminamos, o jeito de falar, o jeito de andar, o jeito de vestir, o jeito de agir. Porque a gente também procura se educar pra já ir melhorando seu comportamento, né? Porque tem uns comportamentos, umas pessoas daqui que agem com comportamento diferente. Porque nós somos quilombolas, não é obrigado a gente andar com aqueles roupão, aqueles turbantes, aquelas coisas de baiana. A gente não é baiana. É quilombola!

Convém destacar que a professora Gilvaneide é uma das poucas pessoas do grupo que se identifica como 'quilombolas', embora em outro trecho desse mesmo depoimento, deixe claro que incorporou esse discurso de forma externa. O depoimento de Gilvaneide abre espaço para uma série de questionamentos acadêmicos sobre os critérios externos para reconhecimento de uma comunidade quilombola: Por que o grupo tem que apresentar um conhecimento sobre a identidade quilombola que lhe é atribuída? Inventar e exigir dos grupos uma identidade quilombola, não seria forçá-los a ter um passado escravista? Ao exigir dos grupos um determinado comportamento compatível com a identidade quilombola que lhes é atribuída, para que não pareça uma invenção, não estariam os critérios externos impondo um modelo de identidade? Será que as instituições responsáveis pela reparação dos erros de colonização, não estão reparando um erro a partir de outro erro, na medida em que se utiliza de um modelo neocolonizador que desrespeita as diferenças e, principalmente, a vontade do grupo? Não estaria um grupo beneficiado com uma política pública quilombola, se iludindo com relação ao

fim da discriminação, só por que está sendo contemplado? O que é, de fato, uma situação discriminatória?

Exigir do Talhado que eles apresentem conhecimento e comportamento compatíveis com a identidade ‘quilombolas’ é desconhecer a realidade em que esse grupo está inserido. Há uma distância muito grande entre os discursos externos em geral (acadêmicos, institucionais, políticos, etc.) e os discursos internos (dos moradores do Talhado). Essa incompatibilidade de discursos foi bastante perceptível para nós quando, inseridos no contexto escravista do século XIX (época em que surgiu o ‘Quilombo do Talhado’), questionamos a moradora Maria Iraci dos Santos sobre histórias de escravos no Talhado e essa respondeu:

Escravo? (surpresa) Aqui veio uns povo de fora mais eu acho que né escravo não. Escravo é assim que nem a gente véve, numa vida dessa, aí é escravo. É Joselito. É escravo. Nós somos uns escravo, poquê a gente num tem um seuviço, tem vontade de comprar uma coisa num pode, aí é escravo. Agora a gente tendo um seuviço certo mermo, pro mode trabaíá e fazer sua feira, comprar [...]

Percebemos que a visão da depoente sobre ‘escravos’ está longe da visão acadêmica e institucional, principalmente se considerarmos o contexto escravista brasileiro do século XIX. O ‘povo de fora’ que nossa depoente faz referência são outros negros ‘quilombolas’ que estiveram recentemente visitando a Comunidade Talhado. A mesma pergunta foi feita para a depoente Inácia Maria dos Santos, que respondeu: *“Vi não. Eles dizem. Escravo é esses mermo, né? Os escravo era nós mermo, viu? Será que não? É. Os escravo eram a gente mermo”*. Os dois depoimentos, das moradoras do Talhado, apresentam uma visão parecida sobre a idéia de escravo. Ambas parecem está falando de escravos contemporâneos e, assim sendo, surgem mais dois questionamentos para o mundo acadêmico e para as instituições: podemos exigir um passado escravista de um grupo, quando esse mesmo grupo, vive a escravidão? Não seria mais autêntico

falarmos de quilombos contemporâneos (como símbolo de resistência à qualquer situação que nos escraviza), ao invés de exigirmos dos grupos um passado escravista só para reconhecê-los como remanescentes das comunidades dos quilombos?

A Comunidade Talhado vem assegurando sua identidade étnica através da prática constante de casamentos endogâmicos (SANTOS, 1998, p. 31), porque são as fronteiras étnicas (critérios de pertença) quem definem os grupos. Porém, os traços culturais que demarcam as fronteiras étnicas, bem como, as características culturais dos membros de um grupo podem mudar e somente os fatores socialmente relevantes são úteis na hora de diagnosticar a pertença (BARTH, 1969, p. 195). Refletindo sobre a questão da identidade no fluxo do tempo e considerando as mudanças sociais, percebemos que um grupo étnico é reconstruído e conseqüentemente, sua identidade não deve ser considerada como uma essência imutável, mas como uma continuidade lembrada e reinterpretada (SODRÉ, 2000, p. 67). Logo, podemos afirmar que mesmo reservando regras sociais desde suas origens Talhado é, a exemplo de outros grupos étnicos, um grupo reconstruído.

Embora o grupo do Talhado apresente uma formação étnica mestiça, seu processo de reconstrução identitária não está apoiado numa memória ancestral mítica (africana ou indígena), mas, num passado onde a comunidade viveu uma fase de semi-isolamento comandado pelos ancestrais de origem do grupo atual, Zé Bento e Cecília. O reconhecimento do Talhado enquanto remanescente das comunidades dos quilombos mexeu com a memória do grupo e essa situação ainda poderá gerar novos elementos identitários. Há uma imprevisibilidade quanto à reação do Talhado, no que diz respeito ao processo de delimitação e tombamento oficial do seu território enquanto 'área quilombola', uma vez que a terra representa um bem material e

simbólico inalienável para o grupo e seu direito de posse está pré-determinado pelas relações de parentesco. Esse processo poderá gerar desentendimentos, inclusive, entre o 'Quilombo do Talhado Rural' e o 'Quilombo do Talhado Urbano', haja vista que alguns membros do 'Quilombo do Talhado Urbano' apresentam direitos de posse sobre as terras no 'Quilombo do Talhado Rural', mas já não mantém o casamento endogâmico como regra social.

#### **4.3- Campos de comunicação e interação social**

Hoje, Talhado é terra de gente hospitaleira, comunicativa e sociável. Seu campo de comunicação e interação social, a exemplo de outros grupos, pode ser considerado os espaços físicos e as situações onde encontramos uma maior possibilidade de sociabilização da comunidade ou de confronto com a alteridade, a saber: escolas, igrejas, feiras, postos de saúde, jogos, festas, brincadeiras, reuniões e eventos públicos. Embora ocorram alguns contatos com a alteridade, no próprio território, em função das visitas e atividades públicas desenvolvidas na comunidade, a cidade de Santa Luzia – PB se constitui no principal cenário de delimitação de fronteiras entre Talhadinos e população circunvizinha. Qualquer grupo externo reconhecidamente identificado como 'quilombolas', passa a ser objeto de análise para o povo do Talhado que, no momento, apresenta certa curiosidade na expectativa de entender o que significa 'ser quilombola'. Devemos considerar que, em oposição a outras etnias, Talhado se relaciona de forma estratégica.

Existem na Comunidade dois prédios escolares: O 'Grupo Escolar José Bento Carneiro' (órgão estadual, abandonado e em avançado estado de deterioração) e a Escola Municipal Aruanda (em funcionamento). De acordo com a matrícula inicial do ano letivo de 2007, na Escola Municipal Aruanda estão

matriculados 43 alunos, assim distribuídos: 28 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental são atendidos diurnamente (registram-se duas transferências para fora da comunidade) e 15 alunos são atendidos, noturnamente, pelo Programa EJA (Educação de Jovens e Adultos). A comunidade escolar é atendida por três professoras locais: Avany Ricarte da Silva, Gilvaneide Ferreira da Silva e Raquel Maria da Silva. A partir da 5ª série (6º ano de escolaridade no ensino fundamental), os alunos se deslocam para estudarem na cidade de Santa Luzia – PB. A Prefeitura Municipal mantém o transporte escolar até a cidade, diariamente, que é uma caminhonete dirigida por Manoel Divalci dos Santos, morador do Talhado.



Escola Municipal Aruanda: Entrevista com a professora Gilvaneide Ferreira da Silva, sala de aula (ensino fundamental) e encontro da Comunidade Talhado para assistir a exibição do documentário 'Aruanda' (pelo pesquisador), respectivamente.

A Escola Municipal Aruanda é um dos campos de comunicação e interação do grupo. Além de ser o ponto de encontro entre alunos, professores e funcionários públicos municipais que prestam serviços na comunidade é o espaço físico onde são celebradas as missas dominicais (uma vez em cada mês) e onde ocorrem as reuniões comunitárias e os encontros comemorativos. Geralmente, as professoras locais promovem festas comemorativas na comunidade, a exemplo de Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, São João, Dia dos Pais, Festa da Criança, etc. Às vezes, funciona como ponto de apoio para turistas e pesquisadores.



Festa comemorativa na escola: São João (apresentação de quadrilhas) em, 17/06/2007.

A presença da Igreja Católica na comunidade é constante tornando-se, o catolicismo, a religião predominante no grupo. Apesar de católicos, dificilmente os moradores do Talhado se deslocam até a cidade para assistirem as missas, exceto missas festivas, principalmente da padroeira Santa Luzia. As missas dominicais, quando não são celebradas na comunidade, são acompanhadas pelo rádio, numa transmissão diretamente da Igreja Matriz de Santa Luzia - PB, pela Rádio FM 102,5 Vale do Sabugy Ltda. O povo do Talhado vem se mobilizando em torno da construção de uma capela local, que será dedicada ao padroeiro São José Operário. A participação da Igreja Católica é visível, ainda, em reuniões comunitárias e em encontro de pastorais. Embora não tenhamos encontrado nenhum membro do grupo assumindo-se evangélico, ficamos sabendo que grupos de evangélicos da cidade, já fizeram encontros de louvores na Comunidade. Também não registramos, no Talhado, a presença de nenhum terreiro de umbanda ou de candomblé, bem como, de algo que possa caracterizar uma identificação do grupo com outras igrejas.

Por falarmos em transmissão da missa dominical, via rádio, convém destacarmos a grande influência que os meios de comunicação exercem sobre o grupo, podendo ser considerado como importantes instrumentos no processo de informação e formação de opiniões. A televisão e o rádio são os meios de comunicação mais utilizados na comunidade e os telejornais, a transmissão de sessões legislativas e as novelas são os programas favoritos. Podemos verificar a

influência e o significado desses meios de comunicação para o grupo, pelo depoimento do senhor Sebastião Braz, ao comparar os tempos vividos no Talhado:

A gente morava aqui, se passava um caso no Rio de Janeiro, no São Paulo, a gente ia saber de oito em oito dias. De oito em oito dias, a gente ia saber daquele caso. E hoje, não. Hoje tem uma televisão, hoje tem os jornais, hoje tem o rádio. Se dá um caso, tá se dando um caso mesmo no Rio de Janeiro, no São Paulo, Brasília, na mesma hora “tando” (estando) com o rádio ligado, ou televisão e tudo. Nós hoje, nós estamos escutando tudo. Nós estamos ouvindo. Quer dizer; melhorou tudo. As coisas do presente pra o passado, tá muito diferente.

O sábado é o dia da feira no centro da cidade e continua sendo o lugar de maior interação do povo do Talhado. Na feira, eles se relacionam com os habitantes da cidade, principalmente, com os habitantes que desceram do Talhado, e hoje fazem parte do ‘Quilombo Urbano’. Quem pretende ir para a feira, acorda logo cedo. Há carros para fretes, mas muitos preferem utilizar como meios de locomoção até a cidade, suas motos ou bicicletas. Ao contrário daquilo que foi tradição, por muito tempo, raramente alguém se dispõe a ir para a feira a pé ou a cavalo. Há na cidade, ainda, o serviço de moto táxi, cuja viagem até o Talhado (ida e volta) custa em torno de R\$ 15,00 (quinze reais), sem espera. Para esperar, a mesma viagem fica em torno de R\$ 20,00 (vinte reais).

Convém esclarecer que a feira já não é mais o ponto de comercialização das louças do Talhado, conforme é mostrado no documentário ‘Aruanda’. Hoje, as louças do Talhado estão sendo comercializadas diretamente no Galpão das Louceiras. Eventualmente, ao encontrarmos algumas peças de louça do Talhado sendo vendidas na feira, podemos afirmar que há nesse comércio, a presença de um atravessador (comerciante que está revendendo uma peça anteriormente comercializada).

Existe, no Talhado, um posto de saúde onde o grupo é assistido. A Comunidade se reúne, em média, uma vez ao mês e recebe atendimento médico

clínico e odontológico, bem como, prestação de serviços de enfermagem. Esse posto é administrado pelo município de Santa Luzia – PB e lá funciona a Unidade Básica de Saúde Nº 5 PSF/MS (Programa Saúde da Família/Ministério da Saúde). No dia 23 de janeiro de 2007 estávamos na comunidade e presenciamos o grupo sendo assistido. Testemunhamos o atendimento médico clínico de uma criança de quatro anos que, acompanhada por sua mãe Rossana Rodrigues Bento de Andrade, fez consulta médica com a Dra. Lúcia Maria Lima de Souza. O filho de Joana D’Arc dos Santos Cunha, de oito meses, foi assistido pelo Programa SISVAN (Sistema de Verificação e Avaliação Nutricional). Segundo informações da enfermeira Emily Rosselliny Torres Medeiros, esse atendimento nutricional acontece de uma a duas vezes ao mês, conforme calendário de atendimento pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que o programa é extensivo a outras comunidades rurais do município. A comunidade é contemplada com outros serviços básicos, tais como: Pré-natal (gestantes), hídria (hipertensos e diabéticos), atendimento ao idoso, exames citopatológicos (papa-nicolau e preventivo de câncer de colo do útero) e planejamento familiar.

Sobre o atendimento médico no Posto de Saúde do Talhado, Zacarias Pedro de Andrade comenta: “[...] *médico nenhum fazia assistência aqui. Hoje, até dentista tá vindo aí, né? Não tinha isso antigamente*”. De fato, acompanhamos o jovem Walmir Saturnino Carneiro (20 anos) que fez uma obturação assistida pelo odontólogo Bruno Almeida Pessoa Lins e pela auxiliar de consultório dentário, Madalena Andrade de Araújo. Porém, apesar dos atendimentos na comunidade, verificamos que, nem sempre, doente e médico se encontram. Há situações, em que a assistência médica é insuficiente e o paciente precisa se deslocar para a cidade. Nesse caso, as dificuldades maiores são com a locomoção, conforme percebemos

pelo depoimento de Rita Ventura dos Santos: *“Poquê aqui no Taiado eu só queria que uma pessoa botasse um carro assim, cando tivesse um doente, aí a pessoa viajasse. Mais aqui o mais ruim que tem é poquê aqui a gente adocece, num tem um carro que a pessoa viaje”*.



Posto de saúde da comunidade: atendimento médico (clínico e odontológico).

Os momentos de lazer do grupo são contemplados por festas, jogos e brincadeiras. Talhado é sempre lembrado pelo grupo, como um lugar festivo e alegre. Inácia Maria dos Santos lembra: *“As vez tinha muita discussão, num ia p’ras festa. Eu tinha muito menino, num podia sair. As festa aqui, eles chamavo cumpade Titico, esses outos, esses mais véios e ficavo aí. Dançavo à noite toda. Era mais forró”*. O forró sempre foi o grande referencial festivo no Talhado. Continua existindo, até pelo grande número de sanfoneiros descendentes da comunidade. Hoje, de acordo com o depoimento do sanfoneiro Luiz Bento dos Santos, o clima festivo é marcado por um diferencial positivo – a ausência de discussões:

Antigamente tinha esse negócio de brabeza lá. Hoje não tem. Hoje você vai lá, você bebe cachaça, dança forró, você passa o tempo que você quiser lá, você não vê uma discussão de ninguém. Porque lá não tem discussão. Todo mundo passou a entender que aquilo era uma coisa que não tinha nada a ver com o povo, entendeu? E apesar que hoje ninguém discrimina mais. É. Já mudou a história do Talhado, mudou.

Convém esclarecermos que o depoente concede sua entrevista na cidade de Santa Luzia e por isso usa a expressão “lá”, referindo-se ao Talhado.

Observamos que as mudanças significativas ocorridas no Talhado, sempre são resultantes do processo relacional do grupo em confronto com a alteridade. Pelo depoimento de Luiz Bento, percebemos que ele faz uma relação entre as discussões no lugar e as situações de discriminação que a comunidade sofre nesse confronto.

Outras mudanças ocorrem ao longo do tempo e Talhado perde algumas tradições festivas, dentre elas, as vaquejadas e os novenários do mês de maio. Segundo informações dos moradores, faz muito tempo que a comunidade não realiza uma vaquejada, embora exista lá um Parque de Vaquejada - O Parque Pedra Redonda, que é coordenado por Jeová, filho de Sebastião Braz. Os novenários caracterizam-se pela realização de nove noites consecutivas de festas em louvor à Maria, mãe de Jesus. Após as novenas (marcadas por rezas e louvores), a noite festiva sempre ganha uma dimensão mais profana, na medida em que a comunidade participava de um forró (com muita dança e cachaça). Esse ano foi realizado o novenário em louvor a São José Operário e teve um final festivo marcado por um leilão, seguido de forró. Ainda sobre as festas no Talhado, a professora Gilvaneide Ferreira da Silva afirma:

Você quer ver coisa boa aqui, tenha uma festa! Natal e ano novo aqui, até domingo aqui. Tradicional aqui é forró. Forró e cachaça braba. Uma buchadinha, uma galinha de capoeira com forró e cachaça. Sempre tem! Os forrós aqui estão sendo mais de dia. Aqui batizou um menino tem uma festa. Completou ano tem uma festa. Porque você sabe que aniversário é específico, né? É um momento especial. Completou ano tem uma festa. Batizou um menino tem uma festa [...].

Quanto aos jogos e brincadeiras, percebemos que esses, embora comuns, são diversificados e apresentam divisões de sexo e de idade. Dificilmente encontramos uma mulher casada jogando ou brincando. Entre os homens, prevalecem os jogos de baralho, dominó e sinuca. É muito comum a prática de jogos de bingos, com fins lucrativos, entre os jovens e adultos. Verificamos que,

ultimamente, o grupo vem realizando uma seqüência de bingos beneficentes, em prol da construção da capela local. Existe na comunidade campos de futebol, mas esse jogo já não é tão freqüente como em outros tempos. Santos (1998, p. 69) já diagnosticou essa realidade em sua pesquisa:

O jogo do futebol no sítio, as tradicionais “peladas”, é outro aspecto do lazer do povo do Talhado bastante lembrado. Sempre aos domingos eles se reuniam para jogar, entretanto hoje, já quase não tem mais a prática desse esporte devido ao grande número de pessoas que estão deixando a comunidade, ficando apenas lembrança.



Opções de lazer no Talhado, dentre outras: jogar baralho e dançar



Parque Pedra Redonda (parque de vaquejada na Comunidade Talhado).

Registramos na comunidade, um jogo de futebol entre crianças. Eles jogavam misturados, independente de sexo. Seria isso um sinal de reconstituição dessa prática desportiva no Talhado? Aliás, entre as crianças, não prevalece nos jogos e brincadeiras esses critérios de divisões de sexo. Encontramos, ainda, crianças brincando de ‘escolinha’, de “pegar prados” (corrida, ao mesmo tempo, para chegar primeiro a um determinado ponto pré-estabelecido) e de jogos lúdicos competitivos, a exemplo: damas, memória, quebra-cabeça, dominó, etc. Interessante destacar a criatividade das crianças que, muitas vezes, confeccionam ou improvisam jogos e brinquedos. No jogo de ‘damas’, por exemplo, eles utilizam tábuas ou

papelões com pinturas e tampas de garrafas de refrigerantes, viradas e desviradas. Já o jogo de memória consiste na simples colagem de figuras duplicadas, onde eles mexem, viram e desviram figuras, colecionando pares. Vence aquele que colecionar o maior número.



Jogos e brincadeiras das crianças, dentre outros: futebol, damas e dominó.

Observamos vários momentos de confrontos com a alteridade a partir das reuniões comunitárias com agentes externos e da participação em eventos públicos e festas na cidade. É muito comum a participação do grupo em reuniões com membros do sindicato rural, representantes das pastorais e dos movimentos populares, lideranças políticas, agentes de organizações governamentais e não-governamentais, etc. A Comunidade Talhado também participa de eventos públicos e festas na cidade como comícios, inaugurações de obras públicas, festas juninas, forrós, vaquejadas, seminários, encontros regionais e outros.

#### **4.4 – Comunidades Rurais Vizinhas e Relações de Parentesco**

Talhado mantém relações com outras comunidades rurais, tanto de dentro do município de Santa Luzia como dos municípios vizinhos. Convém destacar que o grupo contrapõe sua comunidade a outras comunidades, mas fortalece suas

relações com aquelas onde existe uma relação de parentesco, independente da distância. Além do município de Santa Luzia - PB, Talhado mantém relações com o Brejo (micro-região do Brejo Paraibano) e com o Agreste da Borborema, desde a origem do grupo, fortalecidas por laços matrimoniais (Cavalcanti, 1975, p.21-23).

Em nosso estudo, verificamos que o Talhado mantém relações de parentescos com as regiões paraibanas do Brejo e Agreste da Borborema, a partir das seguintes comunidades: 'Nica' e 'Lagoa do Mato' (Remígio – PB), 'Cinza' e 'As Furnas' (Esperança – PB) e Bulhão (Alagoa Nova - PB). Tomando por base as semelhanças culturais, bem como, os contextos genealógicos e históricos em que Talhado está inserido, podemos afirmar que o grupo apresenta relações de parentesco, ainda, com as Comunidades 'Mendonça do Amarelão' (João Câmara – RN) e 'Catu dos Eleotérios' (Canguaretama e Goianinha – RN).

Hoje, fica difícil relacionar as comunidades distantes que mantêm relações de parentesco com o povo do Talhado, pois seus parentes estão espalhados por vários recantos do Brasil. Sobre o assunto, Luiz Bento dos Santos esclarece:

Hoje tem pouca gente lá no Talhado devido essa seca, essas coisa difícil. Também não tinha como criar, lá tinha mil pessoa lá no Talhado. Não tinha. Como que tu vai criar, segurar mil pessoas numa região daquela, se não tem curso, não tem nada? Então o pessoal começaram a sair fora, para Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília. Tem no Talhado... Pessoal do Talhado... Tem gente em todo o Brasil, espalhado. Todas as capitais do Brasil têm gente do Talhado porque num teve como segurar. Mais a família é muito grande, muito grande mermo. Os descendente do Talhado é muita gente. Se você juntar hoje, eu acho que dá duas mil pessoa. Porque um vai, cada um constrói uma família.

Algumas comunidades rurais vizinhas que apresentam relações de parentesco com o Talhado estão sendo sempre lembradas pelo grupo, pois além de apresentarem fortes ligações com a origem da Comunidade Talhado, algumas são carregadas de reminiscências de seus entes queridos já falecidos:

Porque meu pai, não era filho daqui. Era filho de Serra de Santana e ele veio pra'qui em 1897. Ele chegou aqui com nove anos de idade. Aí compraram isso aqui e aqui

ficaram trabalhando. Até agora que a gente tamo aqui. Serra de Santana é aqui, parece que é município de Junco do Seridó [...]. Toda região aqui vizinha, eu gosto de tudo. Afinal, que somos parentes. Além de parente, amigo. Essa geração aqui. O Talhado e a Bananeira tudo é uma família só. Brito. Tudo é uma família só. E aqui a gente vamo até hoje assim (Zacarias Pedro de Andrade).

O depoimento acima revela duas dessas comunidades rurais vizinhas que mantêm relações de parentesco com o Talhado: Bananeira (hoje, zona rural do município de Passagem – PB) e Brito (hoje, zona rural do município de Areia de Baraúna - PB). Convém destacar que ambas as comunidades citadas pelo depoente foram propriedades de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, pais de Cecília Maria da Purificação. É na Bananeira, comunidade mestiça, que encontramos o maior número de descendentes da família Porfírio, presente na genealogia do Talhado. Vale salientar que a família Porfírio, presente na genealogia da Bananeira e do Talhado, já é descendente de Manoel Porfírio, da Pitombeira, (Várzea – PB.) que foi casado com Maria do Ó (irmã de Cecília). Após ficar viúvo, Manoel Porfírio casou pela segunda vez com Maria Joana (filha de Joaquim Bento, portanto, uma neta de Zé Bento e Cecília).

Do Brito, comunidade mestiça com fortes indícios de uma remanescência quilombola, e que ainda não foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, descende a família “Gabriel” também presente na genealogia do Talhado. Conforme verificamos ao analisarmos a formação étnica do Talhado, Gabriel Carneiro era o vaqueiro filho de Joaquim Carneiro e Cândida Gomes, portanto, irmão de Cecília.

Outras comunidades rurais vizinhas, que apresentam relações de parentesco com o Talhado e que foram lembradas nos depoimentos são: Batalha (Salgadinho – PB), Nazareth (Patos – PB), Roça (São Mamede – PB), São Gonçalo (Santa Luzia – PB) e Pitombeira (Várzea – PB). Nessas comunidades foram referenciadas as famílias Andrade, Carneiro, Fernandes Vieira, Ferreira,

Nascimento, Ricarte, Santos, Silva e Ventura, que estão presentes na genealogia do Talhado.

Considerando que a origem histórica do 'Quilombo do Talhado' está atrelada à idéia de uma permuta de terras entre Zé Bento e Nestor (conforme analisamos no capítulo II) e que Zé Bento, antes da permuta, morava na Pitombeira; convém analisarmos alguns aspectos específicos sobre a Comunidade Pitombeira. Inicialmente, precisamos esclarecer que Pitombeira é uma comunidade rural de negros que, em 12 de maio de 2005, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, como remanescente das comunidades de quilombos (V. Anexo G). Sobre a relação entre Talhado e Pitombeira, Cavalcanti (1975, p. 22) afirma: *“Nas proximidades da sede do Município há um local denominado “Pitombeira”, cujos elementos (de cor negra) fazem distinção entre eles e os negros do Talhado”*. Essa relação distintiva entre os dois grupos também foi percebida por Santos (1998, p. 106): *“A relação entre essas duas comunidades parece não ser de cooperação, convivência comum ou integração. Isolados na serra, os negros do Talhado cultivavam o isolamento (a cultura do afastamento), poucos contatos tinham com os negros da Pitombeira”*. Sobre as divergências entre Talhado e Pitombeira, Santos (op.cit. p. 98/99, 111) esclarece:

É grande a influência dos negros da Pitombeira em Santa Luzia, devido a cidade de Várzea ter sido distrito de Santa Luzia e esta última dispor de uma oferta maior de serviços, o pessoal da Pitombeira se acostumou a ter mais contatos com a população de Santa Luzia, daí realizarem a festa do Rosário na matriz de Santa Luzia, chegando a se verificar uma quase total transferência dessa população rural para esta cidade [...]. A Festa do Rosário é conhecida como a “festa dos morenos”, entretanto, os negros do Talhado pouco participam, não demonstram interesse mesmo quando convidados. Sobre a origem da festa, um dos membros da Irmandade afirma que faz 118 anos que foi fundada por Mateus, um negro velho da Pitombeira [...]. O termo “moreno” para os negros de Santa Luzia aparece em contraposição ao “negro” para aqueles do Talhado, refletindo uma tendência de embranquecimento dos negros da cidade.

Provavelmente, pelo fato de que hoje os dois grupos estão reconhecidos como ‘comunidades remanescentes de quilombos’, não mais percebemos esse clima de desentendimento entre as duas comunidades. Ao que parece, o reconhecimento mexeu com a memória dos dois grupos que, por não entenderem o que isso significa, estão agora irmanados, tentando entender um ao outro na busca de um referencial analítico que possa lhes dar uma resposta convincente a duas perguntas básicas: o que significa ‘ser quilombola’? O que Talhado e Pitombeira têm em comum, além de um suposto passado escravista? Porém, independente da relação de indiferença está ou não superada entre os dois grupos, podemos a partir das afirmações de Cavalcanti (1975) e Santos (1998), levantarmos outras questões que podem se tornar um desafio para o mundo acadêmico: qual seria a verdadeira causa dessa indiferença entre Talhado e Pitombeira, com relação à Festa do Rosário? Por que os negros da Pitombeira são “morenos” e os negros do Talhado são “negros”? O que significa ‘ser negro’? Negro é tudo igual? Em Santa Luzia - PB, a Festa do Rosário é a “festa dos morenos”? Quem foi esse negro velho da Pitombeira, de nome Mateus, que fundou a Festa do Rosário?

Sobre a relação existente entre a Comunidade Pitombeira e as origens da Irmandade e da Festa do Rosário em Santa Luzia do Sabugy, Medeiros ([2002?], p.

4) esclarece:

Pitombeira e Irmandade do Rosário têm suas vidas interligadas. Nos fins da década de 1870 - outubro de 79 – os negros da Ramadinha, acompanhados pelos do Vaquejador, vieram conduzindo a imagem de Nossa Senhora do Rosário rumo a igreja de Santa Luzia, imagem que havia sido doada pelo capitão Neco da Ramadinha, e como tudo já havia sido combinado previamente, já encontraram no alto da Boa Vista os negros da Pitombeira. E ali, a imagem foi entregue a Mateus Velho que, montado em seu jumentinho, seguiu em procissão acompanhado por todos, uns montados, outros a pé. Na Pitombeira haviam-se confeccionado uns bombos rudimentares e como também havia um tocador de pífano, foi assim formada a banda do Rosário que, acompanhada de seis lanceiros, sendo quatro da Ramadinha e dois do Vaquejador, seguiu com a comitiva dançando e tocando seus instrumentos rudimentares. Aqui na rua, no outro lado do rio, estavam sendo esperados por um grande número de pessoas. Dali seguiram até a igreja, onde foram recebidos pelo padre. A imagem foi benta, posta no altar e celebrada uma missa

solene. Pode-se dizer que esse foi o primeiro Tope do Juiz, tradição que perpetua até hoje e é um dos principais atrativos da Festa do Rosário em Santa Luzia.

O autor, na verdade, faz uma descrição de como teria sido o primeiro Tope do Juiz <sup>13</sup>, um dos atrativos da Festa do Rosário em Santa Luzia - PB. Para maiores esclarecimentos, convém destacar que se encontra em arquivo no Museu Comunitário Jeová Batista de Azevedo, em Santa Luzia - PB, documentos referentes à Fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos<sup>14</sup>. Pelos documentos arquivados nesse Museu, ficamos sabendo que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Santa Luzia – PB é hoje uma instituição regida por estatuto e que foi criada por força da Lei Provincial Nº 414, de 24 de novembro de 1871, promulgada por Frederico de Almeida e Albuquerque, Presidente da Província da Paraíba. Essa Irmandade foi também reconhecida pelo Vaticano, em 22 de maio de 1923, a pedido do Padre Belisário Dantas da paróquia de Santa Luzia do Sabugy (V. Anexo H).

Buscar respostas, agora, para as indiferenças que envolvem as Comunidades do Talhado e da Pitombeira, com relação à Festa do Rosário, seria fugir do nosso problema de pesquisa. Porém, a necessidade de compreender o passado escravista em Santa Luzia do Sabugy para melhor entender a origem histórica da Comunidade Talhado fez com que viessem à tona, dados importantes sobre a origem histórica da Comunidade Pitombeira. Ao analisarmos o Livro de

---

<sup>13</sup> Tope do Juiz – Momento da Festa do Rosário, em que o Juiz (figurante do ritual) deverá sair a cavalo em direção à cidade de Santa Luzia para receber a faixa das mãos da Juíza (figurante do ritual). O percurso é acompanhado pela banda cabaçal e ocorre sempre no sábado, pela manhã. Também participam desse ritual, habitantes da cidade, sem distinção de cor (SANTOS, 1998, p.103/104).

<sup>14</sup> A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é, de acordo com o Estatuto, uma entidade autônoma, de caráter religioso e cultural, de duração indeterminada. Tem como finalidade principal: apoiar, incentivar e criar atividades que visam à identidade e conscientização do povo negro, preservando seus valores na História.

Casamentos (1858/1881) e o Livro 6 de Batizados de Ingênuos<sup>15</sup> (1872/1888), ambos da Freguesia de Santa Luzia do Sabugy (em arquivo na Igreja Matriz local), percebemos que a escravidão esteve presente em nossa região e somente em Santa Luzia identificamos uma relação composta por 85 proprietários de escravos (Anexo I). Nas páginas 67 v / 68, do livro de casamentos supracitado, encontramos o casamento de Agostinho e Florência. Esse casamento realizou-se aos 07 de junho de 1871, na Fazenda Natividade, casa de Manoel Maximiano de Maria Nóbrega (Neco da Ramadinha). Ambos os noivos eram escravos do Alferes Manoel Maximiano de Maria Nóbrega e de D. Gertrudes Christina de Maria Nóbrega. O noivo Agostinho era filho de Maria, ex-escrava do finado capitão José Ferreira da Nóbrega. A noiva Florência era filha de Matheus (Africano) e Justina, escrava do capitão Francisco Álvares da Nóbrega.

O Matheus (Africano) descrito no casamento referenciado anteriormente é o mesmo Matheus descrito por Santos (1998), o '*negro velho*' da Pitombeira que fundou a Festa do Rosário em Santa Luzia do Sabugy. Medeiros ([2002?], p. 1) explica a origem da Pitombeira:

Pelos idos de 1860/70, Mateus Velho, que ao que se sabe foi seu primeiro habitante, tendo sido alforriado pelo capitão Neco da Ramadinha, recebeu uma doação de terras nas sobras da Data de Moicó com o Sítio Tamanduá, da Data de Santa Luzia. Casou com Genoveva, também escrava liberta e veio se fixar nas terras que lhe foram doadas, tendo daí nascido a comunidade. Logo Mateus velho foi seguido por outros escravos como Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo.

Na afirmação de Medeiros ([2002?]) há um equívoco: Matheus não casa com Genoveva e sim com Justina, escrava do capitão Francisco Álvares da Nóbrega. De fato, Genoveva foi escrava de José Pedro da Costa, o que pode ter

---

<sup>15</sup> "Ingênuos" eram os filhos livres de escravos, em função da Lei do Ventre Livre. Geralmente, continuavam agregados ao grupo pois, embora fossem livres, os pais eram escravos.

ajudado a confundir o autor. Convém observarmos que Medeiros ([2002?]) destaca a origem da Comunidade Pitombeira pelos idos de 1860/70, coincidindo com a data de fundação da Comunidade Talhado. Assim, considerando-se que Zé Bento, antes de ir para o Talhado morava na Pitombeira, provavelmente, ele e Matheus se conheciam. Em quais circunstâncias? A partir das informações contidas no Livro de batizado de ingênuos, mencionado anteriormente, conseguimos identificar seis filhos do casal Agostinho e Florência, a saber: João, Vicente, José, Libânio, Maria e Edvirgens, todos *ingênuos* e netos do casal Matheus e Jacinta.

#### **4.5 – O diferencial étnico do grupo**

Os Grupos Étnicos apresentam um diferencial com relação a outros grupos sociais, na medida em que eles se percebem e são percebidos pelos outros como sendo portadores de uma continuidade histórica, provenientes de uma mesma ascendência e idênticos apesar da separação geográfica. Os grupos étnicos também percebem a si mesmos, como portadores de uma cultura e de tradições que os distinguem de outros (CUNHA, 1987, p.117). Falar do diferencial do povo do Talhado, enquanto grupo étnico, surge como uma necessidade de resposta ao vazio que fica a partir da afirmação de que a comunidade faz a diferença étnica, mas ainda não assumiu essa identidade ‘quilombolas’ que lhe é atribuída. Ao analisarmos os depoimentos orais do grupo, produzidos nessa pesquisa, percebemos que Talhado mantém essa diferença étnica porque fortalece suas fronteiras a partir de valores básicos como: união, determinação, diálogo e solidariedade. O grupo acaba por se tornar um exemplo de garra e perseverança, na medida em que seus membros lutam contra as situações de exclusão e conseguem estilizar um modo de

vida onde cada um procura se destacar como pessoa e como cidadão, sem prejudicar a identidade étnica do grupo.

Diante desse contexto apresentado, podemos afirmar que o Grupo do Talhado apresenta o seguinte diferencial étnico:

- História de Vida compartilhada e marcada por quase cem anos de semi-isolamento e uma luta constante contra o preconceito e a discriminação do grupo.

- Crença na idéia de que o grupo é uma grande família, irmanados por uma mesma herança genética, a partir dos ancestrais José Bento Carneiro (Zé Bento) e Cecília Maria da Purificação (Mãe Cizia).

- Modelo de organização social pautado na prática da endogamia e na regra de residência uxorilocal (os homens ao se casarem deixam a casa dos pais e passam a morar com a família de suas esposas), a fim de facilitar a coesão do grupo e a permanência no seu território (SANTOS, 1998, p. 50).

- Respeito mútuo a um líder local (que exerce o papel social de chefe do grupo). Geralmente, esse líder é o negociador das questões político-administrativas da comunidade.

- Uma estrutura de linguagem peculiar (linguajar cantado e dificuldades em pronunciar dígrafos e encontros consonantais).

- Divisão de tarefas por sexo, a exemplo, da atividade agrícola. A agricultura, base econômica de subsistência do grupo, é uma tarefa eminentemente masculina.

- Produção artesanal de cerâmicas com barro. Mantida como atividade complementar à economia do grupo, é uma atividade predominantemente feminina e

mantém um aspecto primitivo. As louceiras rejeitam a utilização de qualquer outra técnica, que não seja a manual e limitam-se à produção de utensílios domésticos.

- Serviços de carpintaria, atividade tradicional predominantemente masculina. No processo histórico do grupo, destacam-se os carpinteiros: Zé Bento, Chico Bento, João Chico, 'Tião' de João Chico e Ramiro.

- Tradição cultural em prestação de serviços de assistência aos partos. Destacam-se na história do grupo o parteiro Severino de Antônia e as parteiras: Cecília (esposa de Zé Bento), Maria Balbina, Felina, Vitória de Antônio Chico e Élvia.

- Espírito festivo, com predominância nas datas comemorativas, caracterizado pelo canto, pela dança e pela bebida (ênfase para a habilidade artística dos sanfoneiros, para a predominância do forró pé-de-serra como estilo musical preferido pelo grupo e para a cachaça).

- Valor simbólico atribuído aos elementos água e terra. Esses elementos, além de necessários para a sobrevivência do grupo, estão ligados à produção de cerâmica e ao sistema de heranças por partilha (das terras pertencentes aos ancestrais do grupo).

Além desse diferencial, a comunidade sempre lembra que Talhado é a 'Terra do Documentário Aruanda'. O grupo sempre atribui a 'fama' do lugar a esse documentário, como é o caso de Joana Carneiro dos Santos (D. Jovelina): *“A diferença do Talhado para os outros lugares, através do filme Aruanda ele ficou reconhecido. [...] eu digo que o Talhado tem diferente dos outros lugares, porque os outros lugares não é reconhecido que nem o Talhado”*.

#### **4.6 - Efeitos sociais produzidos a partir do reconhecimento da Identidade 'Quilombolas' do Talhado**

#### 4.6.1 – Políticas Públicas ‘Quilombolas’

O processo de identificação e reconhecimento do Talhado como um grupo étnico de remanescente quilombola cria expectativas e gera para seu povo e para o Estado Brasileiro, uma situação nova. Esse processo enquadra o grupo numa fonte de pertencimento identitário ‘quilombola’, transformando-o em sujeito de direitos ‘quilombolas’. Conforme analisamos no Capítulo III, a proposta do movimento negro contemporâneo condiz com a idéia de que o Estado Brasileiro deve reparar seus crimes históricos, via políticas públicas de ações afirmativas. Mas, na prática, o que melhorou na Comunidade Talhado após esse reconhecimento? Onde estão as Políticas Públicas de ações afirmativas para o Talhado?

Ao entrevistarmos o povo do Talhado sobre as melhorias na comunidade, após o reconhecimento como remanescente quilombola, ficamos surpresos com a diversidade de respostas. Do desconhecimento, ao reconhecimento que inclui melhorias conquistadas pela comunidade antes desse fato histórico, há sempre aqueles que continuam a esperar pelas promessas políticas. José Vicente dos Santos afirma: *“Rapaz, se veio e tá aí, foi bom pra eles. Que eu num sabia desse plano não”*. Esse depoimento promove uma reflexão: Se a melhoria na comunidade deve aparecer como resultado de uma política pública quilombola de ação inclusiva, por que nosso depoente (que é ‘quilombola’) desconhece o ‘plano’? Ainda sobre o assunto, a depoente Joana Carneiro dos Santos, mais conhecida por ‘D. Jovelina’, destaca:

Porque também, se não fosse o filme, também não tinha esse nome aqui. Eu por uma parte eu achei bom, porque a gente não tinha estrada, sim que a estrada não é boa não, ficou muito acidentada. Mas, aí veio as cisternas, veio essa energia, a gente agradece muito a Deus e ao Projeto Cooperar também. Já veio tudo através disso, né? Aí agora tem esses projetos das cisternas. Das cisternas, mais ou menos. E banheiro, tem o Projeto das casas. Se vier seja bem vindo. [...] aí, também veio essa

feira da SUNAB, que antigamente num tinha. Aí, através do quilombo, aí vem essa feira da SUNAB. É assim: Um mês, as vez passam dois meses, seis meses. Quando dá fé, aquela feira chega. Aí quando aquela feira chega, aquelas famílias que não tem ganho nenhum, né, aquilo dá pra comer.

Considerando-se que D. Jovelina associa o reconhecimento do 'Quilombo do Talhado' ao documentário 'Aruanda', precisamos fazer uma análise temporal para podermos observar quais das políticas citadas em seu depoimento foram, de fato, executadas após o reconhecimento da comunidade. Conquistas anteriores a esse reconhecimento, não devem ser consideradas como políticas públicas quilombolas, porque é a data desse reconhecimento que vai gerar o direito e a expectativa do grupo em poder lutar por seus direitos quilombolas adquiridos. A certidão de auto-reconhecimento do Talhado, enquanto remanescente das comunidades dos quilombos, foi lavrada e extraída pela Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares, em 16 de abril de 2004. Dessa forma, das políticas públicas citadas no depoimento, só podemos considerar como políticas públicas inseridas no contexto quilombolas, a construção de cisternas (Programa um milhão de cisternas para o semi-árido brasileiro – P1MC, comum em outras comunidades rurais do município) e a distribuição das feiras (que não é da SUNAB). Essas feiras fazem parte do Programa MDA/CONAB (Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Companhia Nacional de Abastecimento).

A estrada que D. Jovelina se refere é a pavimentação em paralelepípedos da Serra de Antônio Berto (530 metros) e da Serra Saco de Areia (540 metros). De fato, o repasse financeiro do convênio e a inauguração dessa pavimentação correspondem ao período pós-reconhecimento da Comunidade Talhado como remanescente quilombola, bem como, as serras pavimentadas fazem parte da estrada que dá acesso ao Talhado. Porém, verificando-se a planilha de execução da

obra (Anexo J), percebemos que o Processo do Projeto de Pavimentação, data de 2003. Além desse dado contido na planilha, outras informações permitem-nos caracterizar a pavimentação dessas serras como resultado de uma longa luta, em parceria, das Associações Comunitárias Rurais do Pinga e do Talhado. Nesse mesmo contexto, está a execução e inauguração da passagem molhada no Rio Camuengo localizado na Comunidade Picotes, zona rural do município de Santa Luzia. Os habitantes da cidade têm conhecimento da correria dos responsáveis pela execução dessas obras, na tentativa de atenderem a outro plano: Essas inaugurações na estrada que dá acesso ao Talhado deveriam culminar com a data de entrega da certidão de auto-reconhecimento do grupo, pois essa festa contaria com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil (que não veio, inclusive, para receber o Título de Cidadão Santaluziense que lhe foi concedido na mesma época). A entrega dos Títulos de Cidadania, ao Ministro Gilberto Gil e à Diretora de Patrimônio da Fundação Cultural Palmares, Dra. Bernadete Lopes, também fazia parte da programação festiva.



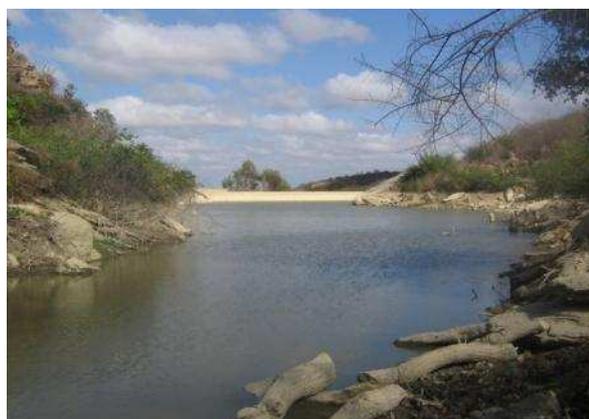
Calçamento em paralelepípedos da ‘Serra de Antônio Berto’ e da ‘Serra Saco de Areia’, uma conquista das associações comunitárias rurais do Pinga e do Talhado.

A energia que Joana Carneiro dos Santos se refere em seu depoimento corresponde à chegada da eletrificação rural na Comunidade Talhado, cujo fato, aconteceu bem antes do período de reconhecimento do grupo enquanto

remanescência quilombola. Ao falar sobre a Associação do Núcleo de Integração Rural do Talhado (ANIRT) e suas conquistas, Santos (1998, p. 65) comenta:

O presidente da entidade reeleito este ano, é Pedro Severino de Andrade, 41 anos, viúvo, com 1º grau completo é Agente de Saúde de Santa Luzia e membro do grupo que agora reside na cidade. Segundo ele, muitas são as conquistas já realizadas através dessa cooperativa, um exemplo é a chegada da energia elétrica e projetos de irrigação com a construção de uma barragem.

Percebemos que, em 1998, quando José Vandilo dos Santos pesquisou sobre o Talhado, a ANIRT já havia conquistado o Projeto de eletrificação rural para a comunidade. Convém destacar que o Projeto de construção de uma barragem, citado na afirmativa de Santos (1998) foi executado em 2004. Mesmo não sendo citada no depoimento de D. Jovelina, essa obra pode ser considerada uma política pública para os quilombolas do Talhado. Pela planilha, anteriormente mencionada, verificamos que todos os números relativos à execução da Barragem/ADS (Abastecimento D'Água Singela) no Talhado, correspondem ao ano de 2004.



Políticas Públicas: construção de cisternas e da barragem/ADS no Olho D'Água Talhado.

Ao que parece, o 'Quilombo do Talhado' ainda não recebeu as políticas públicas almejadas pelo grupo, uma vez que é comum nos depoimentos encontrarmos cobranças com relação aos Projetos que estão por vir. Sebastião Braz dos Santos, que também associa esse reconhecimento 'quilombola' ao

documentário 'Aruanda', afirma: *“Foi uma das coisas melhor que chegou aqui foi a cisterna e a luz, e as estradas. Pronto! Só foi o melhor que chegou aqui. E agora tem os projetos. Tem os projetos das casas, tem o projeto dos banheiros. É só projeto. Não chegou ainda não”*.

O projeto das casas que é lembrado nesse depoimento, refere-se a um planejamento de reconstrução das casas dos moradores do Talhado, substituindo as casas de 'taipa' por casas de 'alvenaria'. O Projeto dos banheiros refere-se à construção de aposentos naquelas residências onde não existem vasos sanitários.

#### **4.6.2 – Luta e resistência por um espaço social:**

O reconhecimento do 'Quilombo' provocou uma mudança externa quanto à forma de olhar o grupo e essa diferença está sendo percebida pela comunidade. A 'redução discriminatória' repentina e o aumento das expectativas de curiosos em quererem encontrar no lugar marcas de um passado escravista e elementos culturais africanos que possam servir de referência como símbolo de resistência, têm colocado o povo do Talhado numa situação de vigilância, o que vem intensificando a luta e resistência por um espaço social e, mais que isso, a luta e resistência contra qualquer modelo cultural externo que contrarie sua forma de pensar e ver o mundo. A professora Gilvaneide Ferreira da Silva explica:

Porque a gente era discriminado. Hoje não é mais como era [...]. O que faz a diferença é a maneira de si viver. Cada um procura se destacar como pessoa, como cidadão. [...] tem pessoas que no entender, querem que seja assim: você tem que se identificar como quilombola assim: se seu cabelo é duro, você não deve procurar um creme para amolecê-lo, pra você não procurar um xampu pra lavar, você tem que lavar com sabão, pra ficar cheirando a sabão (risos). Você tem que andar com os pés cheios de “pipocas” (borbulhas) pra mostrar que é quilombola. Você tem que não zelar os seus pés. Que a gente sabe que quem trabalha na poeira, quem trabalha no sol quente, os pés ele racha, né? Ele engrossa e chega a um momento de você mudar sua pele por conta do seu trabalho. Aí acha assim, que tem que ser com aquele cheiro de suor, que você tem que acompanhar aquelas saionas que as mulheres vestiam antigamente. Porque isso não existe mais. Eu acho que é isso. A diferença é isso. A gente vai buscar o que acha melhor, o que seu coração pede. Se você acha

que você é quilombola, mas você se acha que você pode usar a roupa que o branco usa lá, pra acompanhar a moda! Se você pode está no salto alto (apesar de que eu não gosto). Se você pode se pintar da maneira que os outros podem se pintar! Se você pode... Se o quilombola tem que usar aquele colar com aquelas bolas desse tamanho (gesticula), mas se eu não quero? Se eu quero usar um cordãozinho de ouro, nada disso impede. Eu acho que a diferença é essa. Cada um procurar o seu espaço e quando dá o grito de guerra, está todo mundo junto.

O depoimento de Gilvaneide além de externar um desabafo, promove mais uma vez a reflexão sobre os critérios externos para reconhecimento de uma comunidade quilombola. Por que o grupo precisa incorporar um modelo cultural externo e conflitante com sua realidade? A reflexão serve, ainda, para que o mundo acadêmico, ao considerar o quilombola como sendo o habitante do quilombo, compreenda que os quilombos contemporâneos exigem quilombolas contemporâneos. Afinal, não é contraditório, em pleno século XXI, falarmos de quilombos contemporâneos e esperarmos que esses apresentem um padrão cultural do século XIX, que já não condiz com sua realidade?

Mas Talhado luta por melhorias. O grupo tem coragem de trabalhar e sabe que as dificuldades financeiras são conseqüências da falta de espaço na sociedade, principalmente, no mercado de trabalho. Sobre essa discriminação excludente, Inácia Maria dos Santos comenta:

Discriminada que eu senti, foi isso. A pessoa sem ter um emprego, viver uma vida sofrida [...]. Tá vindo umas feira. Isso aí foi miorano também. Essas feira é pra cada cá. É pra comunidade. É p'ras família daqui. Vem uma feira. Todo mundo não. Quem é aposentado num recebe. Vem dez quilos de arroz, vem um macarrão, vem leite, vem vitamilho, vem farinha, vem óleo, feijão. Já faz tempo que elas vem. Essas feiras... Elas vinha todo mês. Já era pra ter vindo. Talvez chegue essa semana. Todo mês. Só que as vez chega c'umês de atraso.

Percebemos a relação que a depoente faz entre discriminação e falta de oportunidade de trabalho, bem como a relação entre exclusão social e necessidades básicas de sobrevivência. Observa-se que a feira melhora a situação do grupo e o atraso é preocupante. Esse depoimento provoca uma reflexão: Por que oferecemos

a feira, quando o cidadão quer trabalhar e comprar sua própria feira? Precisamos entender que no jogo da identidade há uma relação conflituosa e complexa entre o 'ser' e o 'não ser' que passa necessariamente pelas idéias de 'poder ser' e de 'não poder ser', exigindo o respeito entre a vontade externa ao grupo e a vontade interna do grupo. Diante dessa relação conflituosa e complexa, restam-nos alguns questionamentos sobre Identidade: Se os outros são, por que nós não podemos ser? Somos o que podemos ser? Será que, nesse inconsciente coletivo, ninguém pode ser?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

E quando fala no quilombo, o povo desacredita porque ou vê ou ouve nas televisão, os recurso tudo destinado pra'queelas área quilombola e que devia melhorar. Aí eles num acredita mais por causa disso. Já que registrar como quilombo, se os recurso destinado eles fosse vendo aqueles recurso chegano, melhorano, eles aceitariam com mais gosto. Mas, só que registrar o quilombo e cadê o recurso? [...] A gente vamo esperar a bondade, que lá na frente a gente pode ter lucro com esse registro de quilombo, né? Porque até agora a gente tá vendo as coisa devagar.

(Manoel Divalci dos Santos, 51 anos)

A História Oral possibilitou, em nossa pesquisa, uma nova versão histórica sobre a Comunidade Talhado. De contexto interdisciplinar, podemos caracterizar essa nova versão como sendo o resultado de uma reinterpretação do passado do grupo, pelo grupo e para o grupo. Uma versão democrática e alternativa à história oficial, pois proporcionou à Comunidade Talhado a oportunidade de exprimir idéias e, sobretudo, de externar referências e imaginários. Embora nosso estudo tenha como foco central a questão da identidade 'quilombolas' do Talhado e apresente um compromisso acadêmico com a interdisciplinaridade, não conseguimos fugir da expectativa do próprio grupo em historiar sua origem. Essa origem foi constantemente lembrada, pois esse reconhecimento enquanto remanescência das comunidades dos quilombos mexeu com a memória do grupo e fortaleceu aquilo que existe de mais nítido em sua identidade étnica: a convicção de que Talhado é uma grande família, descendente dos ancestrais José Bento Carneiro (Zé Bento) e Cecília Maria da Purificação (Mãe Cizia). Mas, historiar a origem do Talhado não compromete o caráter interdisciplinar da nossa pesquisa, pois acreditamos que as Ciências tornam-se todas humanas, na medida em que

contribuem para que os seres humanos adquiram novos conhecimentos e promovam mudanças em suas vidas. O processo de mudanças em nossas vidas é, sobretudo, uma realidade memorável e histórica.

Verificamos que o reconhecimento oficial do Talhado enquanto remanescente das comunidades dos quilombos é resultado de uma mobilização política externa ao grupo, pois embora Talhado tenha conhecimento de sua formação étnica, o discurso 'quilombolas' não está presente no processo de auto-identidade. O discurso 'quilombolas' sobre o Talhado foi construído a partir dos autores das obras acadêmicas que analisamos, reforçado pela imprensa e assumido oficialmente em 2004, quando o grupo aderiu (de forma estratégica) motivado pela politização do movimento negro contemporâneo e pela expectativa de poder usufruir das políticas públicas de ações afirmativas do governo Lula. Assim, considerando-se o conceito de Identidade Étnica proposto por Barth (1969) e o contexto político predominante no processo de identificação e reconhecimento do Talhado como um grupo remanescente das comunidades dos quilombos, podemos afirmar que na Comunidade Talhado não há uma identidade 'quilombolas', pois esta, não é resultado de um processo interno e externo, ou seja, Talhado é identificado por outros como 'quilombolas', mas o grupo não se identifica como tal. Internamente, o reconhecimento é individualizado e cada um se posiciona sobre o assunto de forma estratégica, conforme as circunstâncias e conveniências. No geral, percebemos que Talhado não quer ser identificado como 'Quilombo', pois não existe na memória coletiva do grupo, um conhecimento dessa identidade.

O Movimento Negro Contemporâneo ao querer que o Estado Brasileiro repare seus crimes históricos, via políticas públicas de ações afirmativas, faz ressurgir a idéia de quilombo. Precisamos redobrar a atenção para os diferentes

interesses que existem em torno dessa estratégia social e, sobretudo, para o gerenciamento destas políticas públicas. Num país onde a política e os políticos estão em crise e predomina o mundo das aparências e de impunidades, não podemos ter certeza que estas políticas públicas serão cumpridas. Por outro lado, apesar dos discursos tentando neutralizar as discussões raciais, o negro ainda é visto no país, como minoria. Isso gera uma situação onde lutar pela reparação é sinônimo de luta e resistência política. A reparação dos crimes históricos (escravidão, tráfico negreiro e colonização), pelo Estado Brasileiro, virou uma questão da política e isso torna Talhado e outros grupos, reféns de uma vontade política externa. Dessa forma, Talhado (que é misterioso e estratégico) responde a cada situação desconhecida, com um silêncio que lhe é peculiar.

Não há dúvida. Talhado não assumiu essa identidade 'quilombolas' e tem reagido ao assunto de forma estratégica, pois esse é um discurso político que traz conseqüências políticas para o grupo. Dificilmente esse discurso 'quilombolas' sobre o Talhado, que é um discurso político, irá sobrepor o discurso historicamente construído pelo grupo. Não acreditamos na possibilidade de uma auto-identificação 'quilombolas' no Talhado, sem que haja uma interferência no conhecimento histórico adquirido pelo grupo sobre o assunto. Talhado desconhece o significado dos termos 'quilombo' e 'quilombolas' e, principalmente, o contexto de escravidão em que podem estar inseridos seus ancestrais, até porque o grupo já descende de outras comunidades rurais: Pitombeira (Várzea – PB) e Brito (Areia de Baraúna – PB). Por outro lado, convém destacarmos que o reconhecimento dessa identidade 'quilombolas' do Talhado carrega consigo um grande peso político que envolve tanto os mediadores quanto a comunidade. Acreditar e assumir essa identidade 'quilombolas' é, para o Talhado, sinônimo de melhorias na comunidade. Isto é, tudo

depende de chegar ou não as políticas públicas quilombolas, principalmente, aquelas que já foram prometidas. E não se iludam os políticos. O grupo está convicto de seus novos direitos 'quilombolas'.

Uma vez que o reconhecimento do Talhado como remanescente das comunidades dos quilombos teve um caráter político e que optamos por uma estratégia metodológica que deu vez e voz ao grupo para falar, queremos concluir nosso trabalho em clima festivo. Um clima democrático onde cada um possa, livremente, tirar suas próprias conclusões. Uma espécie de 'acordo festivo', tal como descreveu D. Joana Carneiro dos Santos, ao lembrar-se da grande festa que aconteceu no dia em que foi entregue a certidão de auto-reconhecimento da 'Serra do Talhado' como remanescente das comunidades dos quilombos. Acordo esse, também lembrado pela professora Gilvaneide Ferreira da Silva, onde a Comunidade Talhado, mesmo sem entender, acreditou que fosse bom para eles e permitiu tal reconhecimento. Mas, é bom estarmos atentos, pois Talhado está analisando tudo isso, para depois ver como é que fica.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário Edson F. **Do Quilombo à Fundação Cultural Palmares**. Brasília – DF: MinC/ Fundação Cultural Palmares (caderno nº 1), 1993.

ARRUTI, José Maurício. **MOCAMBO: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Coleção Ciências Sociais. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARTH, Fredrik. "Introduction" – Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Élcio Fernandes – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.187 – 250.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **História Oral: desafios para o século XXI** / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BOSI, Eclea. **O Tempo Vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Atividade Legislativa: **Estatuto da Igualdade Racial**. Senado Federal. Disponível em: < [http://www.senado.gov.br/sf/atividade/matéria/detalhes.asp?p\\_mate=58268](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/matéria/detalhes.asp?p_mate=58268) >. Acesso em: 09 maio. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988): Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais N<sup>os</sup> 1/ 92 a 45/ 2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N<sup>os</sup> 1 a 6/ 94 - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASÍLIA. **Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos Quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupados. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br> >.

CARDOSO, Hamilton. **Dez anos do movimento negro**. Movimento Negro Unificado (MNU). [ S.l.:] 1988.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Talhado – Um Estudo de Organização Social e Política**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

CMU (Centro de Memória da UNICAMP). **O que é História Oral?** Campinas – SP: LAHO (Laboratório de História Oral), 2007. Disponível em: < <http://www.centrodememoria.unicamp.br/laho/index.htm> >

CRISTINA, Patrícia... [et al.]. Quadro fundiário do Seridó da Colônia até a Lei de Terras de 1850. In: **História do Rio Grande do Norte n@ web – Império**, 2007. Disponível em: < [http://www.seol.com.br/rnaweb/historia/imperio/lei\\_terra\\_imperio.htm](http://www.seol.com.br/rnaweb/historia/imperio/lei_terra_imperio.htm) >

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil – mito.história.etnicidade. 2ª ed. São Paulo – SP: Brasiliense, 1987.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais. Uma versão latino-americana.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **INTERDISCIPLINARIDADE Um Projeto em Parceria.** 4 ed. São Paulo: Loyola 1999.

FERREIRA, Clécio S. **A Cultura da Serra do Talhado.** Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, Jul./set. 1981.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral. Possibilidades e Procedimentos.** São Paulo: USP/ Imprensa Oficial, 2002.

GAMA, Alcides Moreira da. O direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades descendentes de quilombos. **Jus Navigandi**, Teresina, a.9, n. 825, 6 out. 2005. Disponível em: < <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7396> >.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória do seu povo.** Natal (RN): Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** [ Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro] – 7. ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

IZQUIERDO, Ivan. **Lembranças e Omissões. (Entrevista concedida a Marcos Pivetta).** Pesquisa Fapesp, N 99, Maio 2004, p.16-21.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** [Tradução de Ivone Castilho Benedetti] Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão, 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **OS NEGROS DE PEDRA D'ÁGUA: UM ESTUDO DE IDENTIDADE ÉTNICA. História, Parentesco e Territorialidade numa Comunidade Rural**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande – PB: Universidade Federal da Paraíba, 1992.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **O viver indígena na freguesia da gloriosa Santa Ana do Seridó: Histórias de índios no Rio Grande do Norte, Brasil (séculos XVIII E XIX)**. Revista de Antropologia Experimental, número 3, [s.l.], 2003.

MAYER, Fernanda Dantas Sodré ... [et al.]. **OS ARAÚJO PEREIRA. De (Amador de Araújo Pereira – Herói da Guerra dos Holandeses (1624/1654) – a Aristides de Araújo Guerra (1842/1921)**. Santa Luzia – PB: 1998.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos Inventários do Seridó**. Brasília: 1983.

MEDEIROS, Mário Ferreira de. **A Comunidade Pitombeira (texto experimental)**. Santa Luzia – PB: [2002?]. Fotocopiado.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Alberto Torres e o conceito de Raças no Brasil**. Revista Ensaio N° 13. São Paulo – SP: 1984.

\_\_\_\_\_. **História da Paraíba**. 7 ed. João Pessoa – PB: A União, 2002.

MELO, Josemir Camilo de. **Memória e História em Le Goff**. A União, Caderno Estante, 7 e 8 de setembro, 2002, p.8.

MELO, Josemir Camilo de & NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. **Quilombo do Talhado em Santa Luzia – PB? A construção de uma auto-identidade ou uma identidade construída de fora?** In: Encontro Os Sertões: espaços, tempos, movimentos. Recife – PE: UFPE, nov.2006

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3ª ed. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **História do Negro Brasileiro**. Série Princípios, 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da & MELO, Josemir Camilo de. **Comunidade Talhado – Oralidades: Que lugar é esse?** In: VI Encontro de História Oral do Nordeste – Culturas, Memórias e Nordestes. Ilhéus – BA: UESC, Maio 2007.

NOGUEIRA NETO, Paulo. **A criação de abelhas indígenas sem ferrão**. Tecnapis, 1970. Disponível em: <[http://www.ib.usp.br/beesp/nannotrigona\\_testaceicornis.htm](http://www.ib.usp.br/beesp/nannotrigona_testaceicornis.htm)> Acesso em: 14 ago. 2007.

NORONHA, Linduarte. **Aruanda**. Documentário Brasileiro. Comunidade Talhado – Santa Luzia – PB. Produção: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife- PE: 1960.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

PAULINO, Maria Ângela Silveira. **A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. Serviço Social em Revista, vol. 2, nº 1 Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, jul/dez 1999. Disponível em: < [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v\\_2n1\\_pesquisa.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v_2n1_pesquisa.htm) >

PINHO, Osmundo de Araújo. **“O Sol da Liberdade”**: movimento negro e a crítica das representações raciais. [2006?] Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/15.shtml> >. Acesso em: 04 maio. 2006.

POMPE, Carlos. **Questão de raça, de pele, de classe**. Vermelho Online: a esquerda bem informada. Brasil: 3 de julho de 2006. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=4589> >

RODRIGUEZ, Janete Lins (Coordenadora). **Atlas Escolar da Paraíba**. João Pessoa – PB: GRAFSET, 3ª ed., 2002.

SANÉ, Pierre. Reivindicações articuladas (e contestadas) de reparação dos crimes da História, a propósito da escravidão e do colonialismo, por ocasião da Conferência de Durban. Pronunciamento proferido no **Seminário Científico “Reparações e Crimes da História: O direito em todas as suas formas”**. Tradução de Jeanne Sawaya. Genebra: UNESCO BRASIL, 22–23 março.2002. Versão traduzida e disponível em: < <http://www.unhchr.ch/html/racismo/01-events-cnt.html> > Acesso em: 15 maio.2006.

SANTOS, José Vandilo dos. **Negros do Talhado – Estudo sobre a Identidade Étnica de uma Comunidade Rural**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande-PB: UFPB, 1998.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 – (Identidade Brasileira).

SOUZA, Renault Vieira de... [et al.]. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – Paraíba. **Livro do Município de Santa Luzia**. João Pessoa: UNIGRAF – União Artes Gráficas Ltda, 1984.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Comunidades Quilombolas: Direito à Terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC/ Editorial Abaré, 2002.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá: crônica para sua história**. João Pessoa: UNIPÊ, 2002.

THOMSON, Alistair. Aos Cinquenta anos: Uma Perspectiva Internacional da História Oral. In: **História Oral: desafios para o século XXI** / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11 ed. rev. e ampl. (coleção polêmica). São Paulo: Moderna, 1994.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexos com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto; VILELA, Rita Amélia (org.) **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 287-309.

#### **Leituras para aprofundamento :**

ACHARD, Pierre... [et al.]. **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes – Campinas, SP: Pontes, 1999.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. A Identidade Como Representação e a Representação da Identidade. In: Moreira, Antônia Silva Paredes (org.), Oliveira, Denize Cristina de (org.) – **Estudos Interdisciplinares de representação social** – 2 ed. Goiânia: AB, 2000.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**. Primeira Configuração Espacial/ Brasília: Edição do Autor, 1999.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Minas Gerais: Editora UFMG, 1998.

BITENCOURT, Jureni Machado. **Trecho do testamento de Manoel Dantas**. Disponível em: < <http://www.piracuruca.com/textomenu.asp?codigo=48> >. Acesso em: 29 nov. 2006.

CAVIGNAC, Julie A. **A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte**. MNEME – Ver. De Humanidades. V.4 – n 8, abr./set. de 2003.

DANTAS, Dom José Adelino. **O Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia (ao ensejo dos 180 anos de sua morte) Um Inventário Revelando um Homem**. Natal: Cern, 1977.

DANTAS, Fábio Lafaiete. **Os Dantas da Serra do Teixeira: Um pouco de sua História**. Recife – PE: 2002.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Na Rota do Tempo – datas, fatos e curiosidades da história de Patos/Paraíba**. João Pessoa: Imprell Editora, 2003.

FERREIRA, José Aderaldo de Medeiros. **Tradições Ruralistas – marcas de gado, experiências, clima e outras histórias**. João Pessoa; Editora Universitária, 1999.

FORTES FILHO, José. **A História de Piracuruca**. Fev. 2005. Disponível em < <http://www.piracuruca.com/textomenu.asp?codigo=67> >. Acesso em: 29 nov. 2006.

GOMES, João de Lima (org)... [et al.]. **Aruanda: jornada brasileira (Homenagem aos cineastas João Ramiro Mello e Rucker Vieira)**. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2003.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **MENDONÇA E ELEOTÉRIO: Oralidade, Memória e Identidade Indígena do Rio Grande do Norte**. Natal – RN: Museu Câmara Cascudo/ UFRN, jan. 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEITE, Alcindo de Medeiros. **O Município de Santa Luzia e sua evolução**. João Pessoa: Imprensa oficial, abr. 1939.

LOPES, João S. GENEALOX 3 – Página 3 - Famílias Potiguaras. Disponível em: < <http://www.geocities.com/joaoslopes/genealogix/genealogix3.html?20075> >. Acesso em: 05 jan. 2007.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **A escravidão no Seridó: um olhar sobre as fontes judiciais de Caicó e Acari**. Mneme – Revista de Humanidades, v.7 n.18 – out./Nov. 2005. Disponível em: < <http://www.seol.com.br/mneme/ed1/003.php?atual=003&edicao=1> >. Acesso em: 11 dez. 2006.

MACEDO, Muirakytan K. de. **História e Espaço Seridoense entre os séculos XVII e XIX**. MNEME – Revista de Humanidades – ISSN 1518-3394. UFRN – CERES. Disponível em: < <http://www.seol.com.br/mneme> >. Acesso em: 5 dez. 2006.

MATTELART, Armand, 1936. **Introdução aos estudos culturais/ Armand Mattelart, Érik Neveu/ Marcos Marcionilo**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açú e Seridó**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1984.

\_\_\_\_\_. **Velhas Famílias do Seridó**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1981.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **SERIDÓ**. Brasília: [s.n.], 1980.

MEDEIROS, Maria das Dores (org.). **SERIDÓ ANTIGO: História e Cotidiano**. 2ª Ed. (Revista). Natal – RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 1997.

PENNA, Maura. Relatos de Migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: Signorini, Inês (org.). **Língua (gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998

POZZEBON, Paulo Moacir Godoy. Editoração dos trabalhos científicos: guia didático. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Mínima metodológica**. Campinas: Alínea, 2004. p.77-138.

RODRIGUES, Juliano. **Teixeira PB – Dr. Manoel Dantas**. Nov. 2006. Disponível em <[http://www.teixeirapb.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=271&Itemid=70](http://www.teixeirapb.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=271&Itemid=70)> . Acesso em: 07 dez. 2006.

SÁNCHEZ, Sebastián. Imagem e Símbolo; inclusão conceitual à luz da psicologia profunda. In: **Imaginários na Cultura** / Antônio de Pádua Dias da Silva (org.) Campina Grande: EDUEPB, 2006.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação Social e Identidade. In: Moreira, Antônia Silva Paredes (org.), Oliveira, Denize Cristina de (org.) – **Estudos Interdisciplinares de representação social** – 2 ed. Goiânia: AB, 2000.

SILVA, Antônia Cristina. **Pequeno Histórico da Comunidade Pitombeira (texto experimental)**. Várzea – PB: 2005. Fotocopiado.

SILVA, Antônio de Pádua Dias da. A moda e o negro nas sociedades ocidentais – por uma lógica positiva de construção e de aquisição de imaginários. In: **Imaginários na Cultura**/ Antonio de Pádua Dias da Silva (org.) Campina Grande: EDUEPB, 2006.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 39, n.1, 1996, p. 163 – 183.

### **Arquivos Pesquisados (Documentação):**

A - Arquivo Pessoal (do autor).

Cópias das Certidões de auto-reconhecimento das comunidades ‘ Serra do Talhado’, em Santa Luzia - PB (rural e urbana) e Pitombeira (Várzea – PB), como remanescentes das comunidades dos quilombos.

B – Arquivo Pessoal (Sr. Hipólito Medeiros – Santa Luzia / PB.)

Relação de eleitores inscritos no Município de Santa Luzia do Sabugy, para a 1ª Eleição Republicana do Brasil – 1892. Fotocopiado.

C – Câmara Municipal de Santa Luzia – PB.

Proposituras do Poder Legislativo: Requerimentos Nº 059/2003 e Nº 016/2004.

D - Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais – Santa Luzia – PB ( Maria de Lourdes da Silva – Oficial do Registro).

Registros de Nascimento (1891 a 1920).

Livro de Óbitos (1931).

E - Cartório Oficial do Registro Geral de Imóveis e Proteção de Títulos (Sra. Maria Dalva Machado Arruda).

Inventário e Partilha de José Bento Carneiro e sua esposa Cecília Maria da Purificação (1927).

Inventário e Partilha de Abel Bartholomeu Dantas (1931).

F – Igreja Matriz / Patos – PB.

Livro 1 - Nascimentos/Batizados (1865 a 1871)

Livro de Casamentos (1884)

G - Igreja Matriz /Pombal – PB.

Livro 3 - Batizados (1829 a 1833)

Livro 1 - Casamentos (1817 a 1828)

H - Igreja Matriz / Santa Luzia- PB.

Livro 6 - Batizados de Ingênuos (1872 a 1888).

Livro 1 - Casamentos (1858 a 1881).

I – Igreja Matriz / Acari – RN.

Livro de Casamentos (1837 a 1856).

J – Igreja Matriz / Caicó – RN.

Livro de Casamentos (1822 a 1829)

K – Igreja Matriz / Jardim do Seridó – RN.

Livro 1 – Casamentos (15.01.1857 a 29.09.1885)

L – Igreja Matriz / Serra Negra do Norte – RN.

Livro 1 – Casamentos (1865 a 1906)

M – Museu Arlindo Dantas Monteiro (Casarão do Jabre) – Maturéia / PB.

Acervo histórico (Família Dantas).

N – Museu Comunitário Jeová Batista de Azevedo – Santa Luzia / PB.

Ofício Circular nº 953, de 15 de março de 1875 (Da Província da Parahyba, Palácio da Presidência para o Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia do Sabugy, solicitando cópia da classificação dos escravos do Município).

Cópia do Histórico da Fundação e Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Santa Luzia – PB.

O – Prefeitura Municipal de Santa Luzia – PB (Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo).

Planilha de Execução de Políticas Públicas: Parcerias Projeto Cooperar/ PCPR - Programa de Combate a Pobreza Rural do Município de Santa Luzia – PB.

### Reportagens:

ARAÚJO, Rosângela. **Em Santa Luzia/ Quilombo do Talhado foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares.** Jornal da Paraíba, Caderno Cidades. João Pessoa: 22 ago. 2004.

BARBOSA, Severino. **Quilombo do Talhado: 1500 descendentes do negro Zé Bento fazem a sua própria e rudimentar civilização.** Diário de Pernambuco – Primeiro Caderno. Recife: 27 mar.1960, p. 15.

EUGÊNIO, Marcos. **Serra do Talhado é certificado por comunidades negras do Brasil.** Diário da Borborema. Campina Grande – PB: 8 out. 2004.

FÉLIX FILHO. **Livramento e Talhado.** Jornal do Brasil – Caderno B – Rio de Janeiro: 30 jun. 1980, p. 5.

TAVARES, Carlos. **Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão.** Revista Em Dia, [S.l.] 1988. Fotocopiado.

ZADRA, Luiz. **Sertão da Paraíba – Flor Teimosa.** Revista Sem Fronteiras, [S.l.] mar.1992, p. 18/19.

## Entrevistas:

I – Autores de Obras acadêmicas analisadas sobre o tema ‘Talhado.’  
(Entrevistado, local e data da entrevista).

José Vandilo dos Santos (sociólogo). Campina Grande – PB. (27/12/2005).

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (antropóloga). Recife – PE. (23/11/2006).

Linduarte Noronha (jornalista e cineasta). João Pessoa – PB. (23/05/2007).

II – Agentes Políticos Mediadores no Processo de Identificação e Reconhecimento do Talhado, como remanescentes das comunidades dos quilombos.  
(Entrevistado, Local e Data da entrevista).

Maria Bernadete Lopes da Silva (Diretora de Patrimônio da Fundação Cultural Palmares). Santa Luzia – PB. (25/01/2006).

Terezinha Alves da Nóbrega (Vereadora Licenciada). Santa Luzia – PB. (08/05/2007).

III – Proprietários Vizinhos ao Talhado (informações complementares sobre a questão territorial. (Entrevistado, local e data da entrevista).

Cosme Cardoso Moreno – Cosme Cula. Santa Luzia – PB. (08/03/2007)

Olavo Simplício Dantas. Santa Luzia – PB. (03/03/2007).

IV – Moradores do Talhado selecionados para a amostragem da pesquisa – História Oral. (Nome, sexo, idade e data da entrevista).

1 – Gilvaneide Ferreira da Silva. Feminino, 40 anos (23/01/2007).

2 – Inácia Maria dos Santos. Feminino, 57 anos (26/01/2007).

3 – Janete Fernandes Vieira. Feminino, 20 anos (26/01/2007).

4 – Joana Carneiro dos Santos (‘D. Jovelina’). Feminino, 73 anos (23/01/2007).

5 – José Fernandes Vieira (‘Zé Ventura’). Masculino, 86 anos (20/05/2007).

6 – José Vicente dos Santos (‘Zé de Vicente’). Masculino, 41 anos (25/01/2007).

7 – Luiz Bento dos Santos (‘Nuna’). Masculino, 47 anos (10/05/2007).

8 – Manoel Divalci dos Santos (‘Valci’). Masculino, 51 anos (27/05/2007).

9 – Maria Iraci dos Santos. Feminino, 52 anos (26/01/2007).

10 – Rita Ventura dos Santos (Rita Ventura). Feminino, 81 anos (24/01/2007).

11 – Sebastião Braz dos Santos. Masculino, 80 anos (23/01/2007).

12 – Zacarias Pedro de Andrade. Masculino, 82 anos (24/01/2007).

**ANEXO A - Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade 'Quilombo de Serra do Talhado', como remanescente das comunidades dos quilombos.**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Quilombo de SERRA DO TALHADO**, localizada no município de Santa Luzia (Sabugi) no sertão do Estado da Paraíba, com a população estimada em 200 (duzentas) pessoas, cujo ancestral foi o fugitivo de caçadores de escravos José Bento Carneiro, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 019, f.20, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Requerimento n. 016/2004, assinada pela vereadora Terezinha Alves Nóbrega da Câmara Municipal de Santa Luzia-PB

Processo n. 01420.000195/2004-41

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 16 de Abril de 2004.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: [chefiadegabinete@palmares.gov.br](mailto:chefiadegabinete@palmares.gov.br) <http://www.palmares.gov.br>



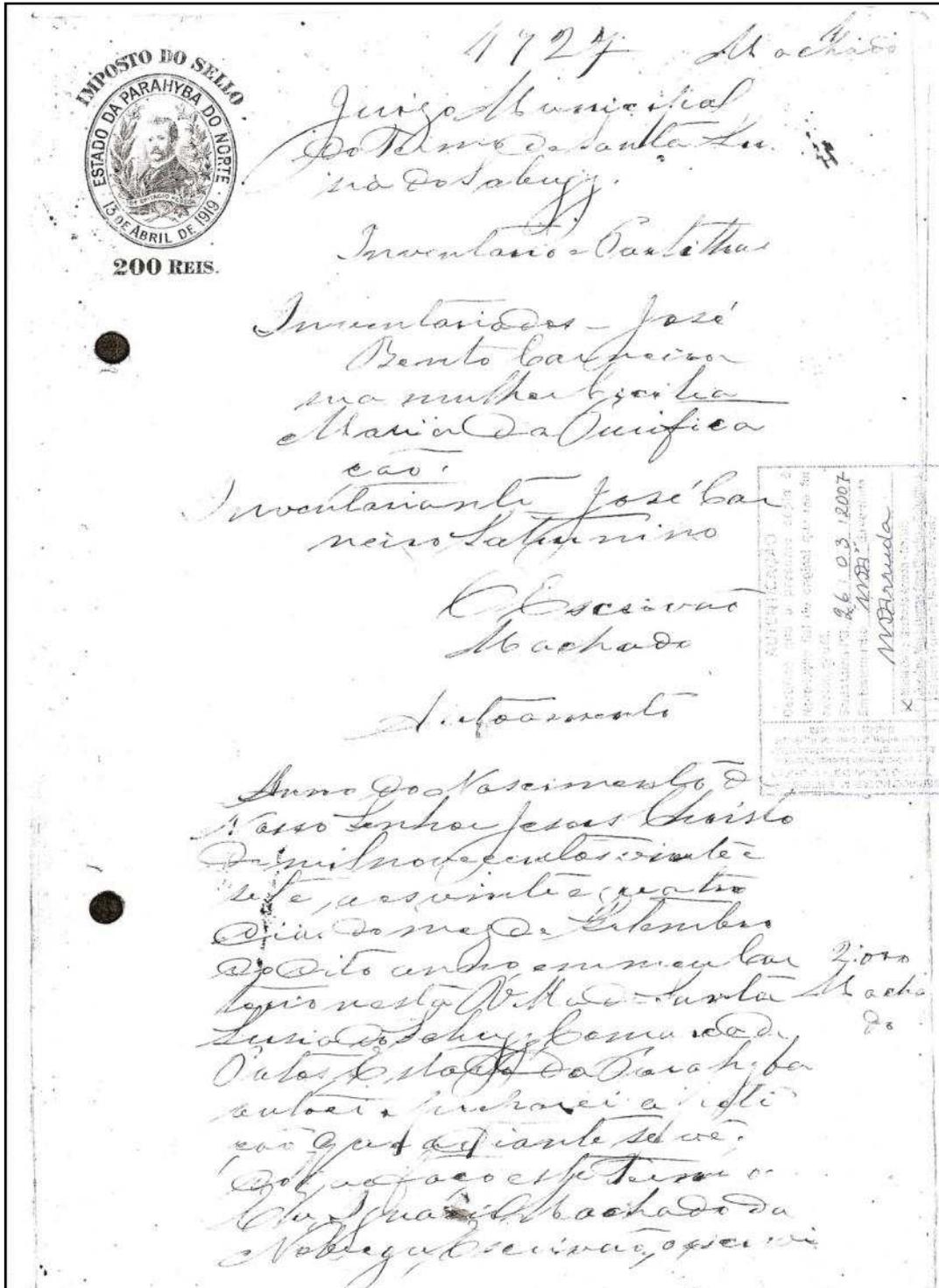


Mapa 4



Mapa 5

**ANEXO C** – Páginas do Processo de Inventário e Partilhas de José Bento Carneiro e sua mulher Cecília Maria da Purificação (Página1 – Autoamento / Página 2 – Requerimento de nomeação do inventariante / Página 48 – Comprovante de pagamento do imposto de herança).



Mochoada.


 O D SELLO  
 RIO DE JANEIRO DO NORTE  
 15 DE ABRIL DE 1917  
 10 REIS.

Illmo. Sr. Juiz Municipal  
 do Termo de S. Luzia do Sulzgy.

Souis indoutonoube as requerente pu  
 prestois juramento em costoris e  
 dia dignos pel Escritão Mochoada e presta  
 ra as devidos de clon...

S. Luzia do Sulzgy, 24-9-1927  
 J. M. S.

Oiz youi Curcelo Saturnino, morador ne  
 o Termo, que tendo falheido os seus avós,  
 don' Bento e sua murther, que residiram  
 no Olho d' Agua Salgado, tambem deste  
 termo, deixando herdeiros filhos e netos,  
 e alguns bens que com elles deviam  
 ser partilhados; requer a V. Sa que se  
 diga nomear inventurante e designar  
 dia, hora e lugar para o mesmo com  
 fiancer, apim de prestar o juramento  
 do estylo e proseguir-se nos demais  
 termos de inventario e partilha  
 Nesty Termos.  
 P. depositions

S. Luzia do Sulzgy, 24 de Setembro de 1927  
 A rogo de youi Curcelo Saturnino, prestou  
 sobre os bens... Manuel Octavio  
 de Almeida.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL Rua do Ouvidor, 110 - 11º andar Caixa Postal 1000 - Rio de Janeiro Telefone 110 - 1100	<b>AUTENTICAÇÃO</b>
	Certifico que a presente copia é reprodução fiel do original que me foi exhibido.
	Autenticação nº 26.03.12007
	Em testamento: <i>M. S. S.</i> da vontade.
	<i>M. S. S.</i>
<input checked="" type="checkbox"/> Nota Certa Registrada em... <input type="checkbox"/> José Maria Baptista Dias Casarin - Tabelião <input type="checkbox"/> Rua...	



**ANEXO D – Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Urbana de Serra do Talhado, como remanescente das comunidades dos quilombos.**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Urbana de Serra do Talhado**, localizada no município de Santa Luzia, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 238, f. 44, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo nº 01420.001.306/2005-18

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **20 de junho** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail:chefiadegabinete@palmars.gov.br http://www.palmars.gov.br

**ANEXO E** – Requerimentos Nº 059/2003 e Nº 016/2004 (Da vereadora Terezinha Alves da Nóbrega).

	<p><b>ESTADO DA PARAÍBA</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA</b>  <i>Casa Doutor Francisco Seráfico da Nóbrega Filho</i></p>	<p>APROVADO Por <u>28</u> Votos          Contra <u>00</u> Votos.          Sala das Sessões, em <u>07</u> / <u>11</u> / <u>2003</u>          Presidente</p>	<p>Estado da Paraíba - LUZIA          Recebido em <u>24</u> / <u>10</u> / <u>2003</u>  <i>Anaelize de Assis Medeiros</i>          SECRETÁRIA GERAL</p>		
<p><b>REQUERIMENTO Nº 059 / 2003</b></p>					
<p>Autor: Terezinha Alves da Nóbrega          Assunto: solicitação</p>					
<p>Senhor Presidente:</p>					
<p>Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental e depois de ouvido o plenário, que seja encaminhado ao Ministro da Cultura Gilberto Gil como também a Fundação Palmares em Brasília-DF., e ainda a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, apelo no sentido de reconhecer a comunidade Talhado de área Quilombola.</p>					
<p><b><u>JUSTIFICATIVA VERBAL</u></b></p>					
<p>Santa Luzia-PB, 24 de outubro de 2003.</p>					
<p>_____          Terezinha Alves da Nóbrega          Vereadora</p>		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30%; padding: 5px;"> <p><b>ANDRADE 2º OFÍCIO</b>                  SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL                  Maria Terezinha da Conceição Nóbrega                  TITULAR</p> </td> <td style="width: 70%; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;"><b>AUTENTICAÇÃO</b></p>                 Conferi com o Original, dou Fé.                  Em Testº <u>Juf</u> da Verdade                  Santa Luzia, <u>31</u> de <u>07</u> de 200<u>7</u>  <i>Anaelize de Assis Medeiros</i> </td> </tr> </table>		<p><b>ANDRADE 2º OFÍCIO</b>                  SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL                  Maria Terezinha da Conceição Nóbrega                  TITULAR</p>	<p style="text-align: center;"><b>AUTENTICAÇÃO</b></p> Conferi com o Original, dou Fé. Em Testº <u>Juf</u> da Verdade Santa Luzia, <u>31</u> de <u>07</u> de 200 <u>7</u> <i>Anaelize de Assis Medeiros</i>
<p><b>ANDRADE 2º OFÍCIO</b>                  SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL                  Maria Terezinha da Conceição Nóbrega                  TITULAR</p>	<p style="text-align: center;"><b>AUTENTICAÇÃO</b></p> Conferi com o Original, dou Fé. Em Testº <u>Juf</u> da Verdade Santa Luzia, <u>31</u> de <u>07</u> de 200 <u>7</u> <i>Anaelize de Assis Medeiros</i>				

Requerimento Nº 059/2003, aprovado em 07 de novembro de 2003.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
Casa Doutor Francisco Seráfico da Nóbrega Filho

REQUERIMENTO Nº 016 / 2004

Câmara Municipal de Santa Luzia  
Estado da Paraíba

Recebido em 16/03/2004

Autora: Terezinha Alves da Nóbrega  
Assunto: Solicitação

*A. de Assis Medeiros*  
SECRETÁRIA GERAL

APROVADO Por 13 Votos

Contra 00 Votos.

Sala das Sessões, Em 22/03/2004

Senhor Presidente:

*[Assinatura]*  
Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental e depois de ouvido o plenário, que seja encaminhado ao Ministro da Cultura Gilberto Gil um convite através da Fundação Palmares, para que o mesmo visite o município de Santa Luzia-PB., para entrega do Título de Comunidade remanescente de quilombo, a Serra do Talhado neste Município.

JUSTIFICATIVA VERBAL

Santa Luzia-PB, 16 de março de 2004.

*[Assinatura]*  
Terezinha Alves da Nóbrega  
Vereadora

ANDRADE 2º OFÍCIO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL Maria Terezinha de Conceição Nóbrega TITULAR Luzia Messias dos Santos Medeiros SUBSTITUTA Rua Abdom Nóbrega, 86 - Centro CEP 58.600-000 - Santa Luzia-PB	<b>AUTENTICAÇÃO</b>
	Conferi com o Original, dou Fé.
	Em Teste <i>[Assinatura]</i> da Verdade
	Santa Luzia, 31 de 07 de 2004 <i>[Assinatura]</i>

RUA PADRE JOVINO, Nº 10, CENTRO, SANTA LUZIA-PB - FONE-(83)461-2393 / 461-2939 - CEP - 58.600-00

**ANEXO F** – Transcrição de texto original – Registro de batizado de Ignácia, filha de Zé Bento e Cecília (ancestrais comuns da Comunidade Talhado).

PARÓQUIA DE PATOS – PARAÍBA  
LIVRO 1 – NASCIMENTOS (1865 a 1871), p. 196.  
(Registro de batizado de Ignácia, conforme o texto original)

Aos vinte e oito de maio de mil oitocentos setenta e um na capella da Passagem desta Freguizia o reverendo Jovino da Costa Maxado baptizou solemnemente a Ignacia, branca, filha legítima de Jozé Bento Carneiro e Cecília Maria da Purificação. Nasceu aos seis de fevereiro deste ano. Moradores na Freguizia de Santa Luzia. Sendo padrinhos Manoel Thomás de Oliveira e Joaquina Maria da Conceição. E para constar me assigno.

Vigro. Manoel Cordeiro da Cruz

**ANEXO G – Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade de Pitombeira,**  
 como remanescente das comunidades dos quilombos.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Pitombeira**, localizada no município de Várzea, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 221, f. 27, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): João Bosco de Oliveira CPF/MF nº 467.238.894-87  
 Maria Madalena de Oliveira CPF/MF nº 018.425.824-37  
 Geraldina Máxima da Silva CPF/MF nº 132.188.594-68  
 Ladislalau Ricarte da Silva CPF/MF nº 072.853.764-85  
 Lindalva Máxima da Silva CPF/MF nº 034.172.354-13

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a/extrat. Brasília, DF, **12 de maio** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

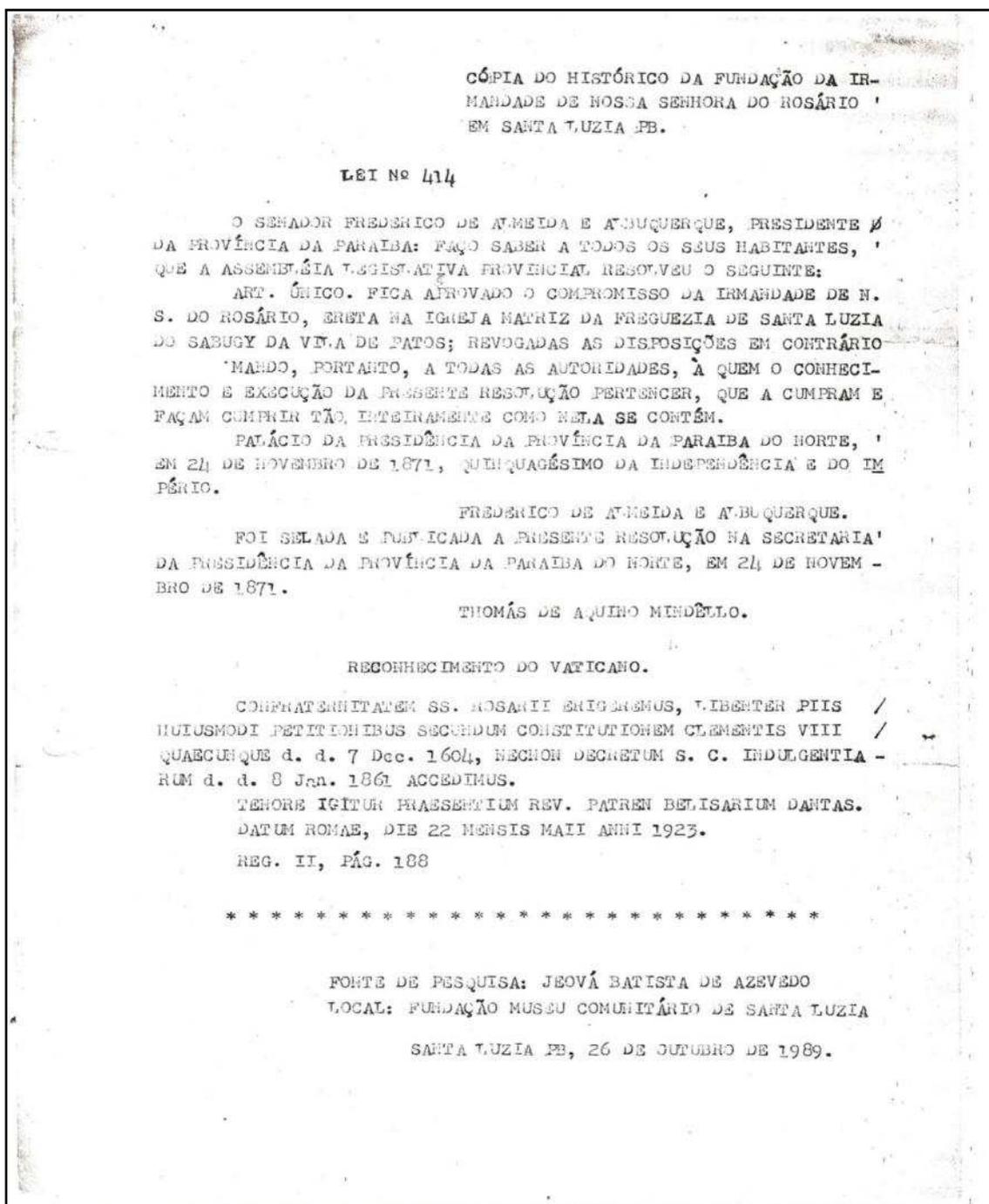


**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
**Presidente da Fundação Cultural Palmares**

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: chefiadegabinete@palmars.gov.br http://www.palmars.gov.br

**ANEXO H** – Cópia do Histórico da Fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Santa Luzia do Sabugy (Lei Provincial Nº 414 e Reconhecimento do Vaticano).

**Fonte:** Arquivo do Museu Comunitário Jeová Batista de Azevedo  
(Santa Luzia – PB).



**ANEXO I** – Relação de Senhores (as) de Escravos em Santa Luzia do Sabugy  
(antigo nome de Santa Luzia – PB), no período de 1858 a 1888.

**Fonte:** Livro 1 (Casamentos – anos 1858 a 1881).

Livro 6 (Batizados de Ingênuos – anos 1872 a 1888).

**Arquivo:** Igreja Matriz de Santa Luzia – PB.

- 01 – Anastácio José de Araújo
- 02 – André Braz da Costa
- 03 – Anísio Tibério da Nóbrega
- 04 – Anna Joaquina da Conceição de Maria cc Manoel Alves da Nóbrega
- 05 - Antônio Alves da Nóbrega ('Escadinha', de Souza - PB) cc Clemência Dantas Pereira (filha de Caetano Dantas Correia e Josefa de Araújo Pereira)
- 06 – Antônio Baptista de Figueiredo
- 07 – Antônio Bezerra da Nóbrega
- 08 – Antônio dos Santos de Araújo
- 09 – Antônio Ferreira da Nóbrega (natural de Souza-PB)
- 10 – Antônio Garcia de Araújo
- 11 – Antônio Gomes Júnior
- 12 – Antônio José de Araújo
- 13 – Antônio S. Araújo dos Santos
- 14 – Antônio Vieira de Medeiros
- 15 – Belarmino Alves da Nóbrega Pinagé
- 16 – Belarmino Manoel Avelino da Nóbrega
- 17 – Cândido Epaminondas da Nóbrega (Capitão Cândido da Laranjeira/Patos – PB)
- 18 – Capianno Emílio da Nóbrega
- 19 – Cassiano Emygdio de Maria Nóbrega e Maria do Carmo Costa
- 20 – Coriolano Magno de Araújo Guerra
- 21 – Domingos Álvares Gameiro cc Isabel Ferreira da Silva( filha de Manoel Alves da Nóbrega e Maria José de Medeiros)
- 22 – Fábio Cesario Dioclécio da Nóbrega (Dor.)
- 23 – Felis Joaquim do Nascimento? (Várzea)
- 24 – Francisca Herculina da Nóbrega
- 25 – Francisco Baptista dos Santos
- 26 – Francisco Constantino de Moraes Medeiros
- 27 – Francisco José de Araújo
- 28 – Francisco Pereira da Nóbrega (da Carnaúba?)
- 29 – Ignácia Maria da Fé cc Nicácio Freire de Araújo (filho de Estevão Dias de Araújo e Apolônia Gomes Freire do Sacramento/Várzea)
- 30 – Ignácio Alves Gameiro (filho de Domingos Álvares Gameiro e Isabel Ferreira da Silva)
- 31 – Ignácio Januário Alves da Nóbrega
- 32 – Isabel Brasileira de Medeiros
- 33 – Isabel Ferreira da Silva
- 34 – Isabel Jannuária da Nóbrega Dantas
- 35 – Januário Alves da Nóbrega

- 36 – João Baptista das Neves
- 37 – Joaquim Alves da Nóbrega cc Gertrudes Francisca do Sacramento (irmão de Isabel Ferreira da Silva).
- 38 – José Claudino Álvares da Nóbrega
- 39 – José Claudino da Nóbrega
- 40 – José Ferreira da Nóbrega (Tenente. Irmão de Jerônimo José da Nóbrega)
- 41 – José Fillipe de Medeiros
- 42 – José Francisco de Maria Nóbrega (Zezinho da Quixaba. Filho de Manoel de Araújo Pereira (II) e Teresa Maria de Jesus) cc D.Luzia Amada de Jesus (Dondon), filha de Anastácio Freire de Araújo. Zezinho é pai, dentre outros, de Luzia Dalila de Araújo cc Manoel Emiliano de Medeiros.
- 43 – José Freire de Araújo
- 44 - José Januário da Nóbrega
- 45 – José Leandro Ferreira
- 46 – José Luís de Medeiros
- 47 – José Pedro da Costa
- 48 – José Ribeiro de Araújo
- 49 – José Timóthio da Nóbrega
- 50 – Josefina Maria da Nóbrega
- 51 – Liberato Cavalcante de Carvalho Nóbrega
- 52 – Luzia Augusta Nóbrega
- 53 – Manoel Alves da Nóbrega (pai de Antônio Alves da Nóbrega. Manoel era filho de José da Nóbrega e Isabel Ferreira da Silva. Casou-se com D. Maria José de Medeiros – ‘Babanca’)
- 54 – Manoel Avelino da Nóbrega
- 55 – Manoel Avelino de Oliveira Nóbrega
- 56 – Manoel de Araújo Pereira (II) cc Teresa Maria de Jesus. Ele filho de Manoel de Araújo Pereira e Francisca Maria de Medeiros (Chiquinha). Ela filha de Manoel Álvares da Nóbrega Jr e Maria Leocádia da Conceição II.
- 57 – Manoel Julião de Araújo
- 58 – Manoel Maria da Nóbrega
- 59 - Manoel Maximiniano da Nóbrega (Neco da Ramadilha. Também conhecido por Manoel Maximiniano de Maria Nóbrega cc Gertrudes Cristina de Maria Medeiros (Neco era filho de José Ferreira da Nóbrega e Francisca, filha do português Miguel Bezerra da Ressurreição. Neco era pai, dentre outros: do cel. Abdon Odilon da Nóbrega cc Maria da Glória Nóbrega, de Francisco Seráfico da Nóbrega cc Veriana da Cunha e de Antônio Liberalino da Nóbrega cc Maria Urânia da Nóbrega (D.Branca), pais de Manoel Santa Luzia).
- 60 – Manoel Salustiano Dantas ou Manoel Salustiano de Maria Dantas
- 61 – Maria Apolônia de Medeiros
- 62 – Maria da Purificação cc Antônio de Medeiros Rocha (filho de Rodrigo de Medeiros Rocha e de Apolônia Barbosa de Araújo)
- 63 – Maria Delfina de Medeiros
- 64 – Miguel José de Medeiros
- 65 – Roberto Alves da Nóbrega
- 66 – Salustiano Jorge da Nóbrega
- 67 – Salvino José de Figueiredo
- 68 – Sebastião Victor da Nóbrega (de São Domingos)
- 69 – Silvéria Maria de Jesus
- 70 – Tertuliano Bezerra Cabral

- 71 – Tertuliano José de Medeiros
- 72 - Vicência Maria da Conceição
- 73 – Vicência Maria de Jesus
- 74 – Amois Siberio? da Nóbrega
- 75 – José Alves de Maria
- 76 – Gertrudes Maria do Sacramento
- 77 – Francisco Álvaro da Nóbrega (capitão)
- 78 – Josephina Augustina da Nóbrega
- 79 – Antônio de Medeiros
- 80 – João Álvaro da Nóbrega
- 81 – Antônio Santos de Araújo
- 82 – Francisco Antônio da Nóbrega
- 83 – José Gregório de Medeiros e Miquilina Maria da Conceição
- 84 – Antônio Gonçalves de Souza
- 85 – José Gonçalves de Castro.

**Obs.:** cc. (casou com)

    Cel. (coronel)

    D. (dona)

    Dor. (doutor)

**ANEXO J – Planilha de Execução de Obras (Secretaria do Planejamento – PB / Projeto Cooperar e Programa de Combate à Pobreza Rural do Município de Santa Luzia – PB).**

**Arquivo:** Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - Santa Luzia / PB.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**  
**PROJETO COOPERAR**

**PCPR – PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/PB**

TOTAL CONVENIADO = 624.087,26

COMUNIDADE	PROJETO	PRIOR.	CONTA BANC.	CONVENIADO	Nº PROCESSO	Nº CONVENIO	ANO DO CONVENIO	VALOR CONVENIO	VALOR REPASSADO	CONTRA PARTIDA	ADITIVO	VALOR LICITADO	FAM. BENEF
PINGA	PAVIMENTAÇÃO	1º	12.375-7	SIM	0008/03	0014/03	2004	54.238,17	46.140,69	8.142,48		46.137,35	36
TALHADO ACT	PAVIMENTAÇÃO	2º	8411-5	SIM	0018/03	0015/03	2004	52.604,11	44.713,49	7.890,62		44.709,54	32
PICOTES	P. MOLHADA	3º	12798-1	SIM	0014/03	0028/04	2004	153.484,27	130.461,83	23.022,64		128.857,04	20
LAGOA DO MEIO	CISTERNAS	4º	8408-5	SIM	0015/03	0005/03	2004	36.155,06	30.731,80	5.423,26		30.731,80	32
SÃO GONÇALO	PRIVADAS	5º	12.478-8	SIM	0010/03	0089/03	2004	36.574,60	31.088,41	5.486,19		31.088,41	20
CASA DE PEDRA	CISTERNAS	6º	8843-4	SIM	0009/03	0101/03	2004	30.868,47	26.238,20	4.630,27		36.138,20	26
SACO DOS MOISEIS	CISTERNAS	7º	12.363-3	SIM	0015/03	0051/03	2004	37.476,70	31.855,19	5.621,51		31.855,19	33
RIACHO DO FOGO	CENT. ATIVIDADES	8º		NÃO	0788/04								21
BOM LUGAR	ADS	9º		NÃO	0787/04								21
UMBUIZEIRO DOCE	PRIVADAS	10º		NÃO	0894/04								14
SACO GOTTIS	B. SUBTERRANEA	11º		NÃO	0793/04								13
AMOREJAPAM	CERAMICA	12º		NÃO	0786/04								63
PONTA DA SERRA	ELETRIFICAÇÃO	13º		NÃO	0792/04								16
MULUGUZHINHO	ELETRIFICAÇÃO	14º		NÃO	0797/04								14
QUEIMADAS	ELETRIFICAÇÃO	15º		NÃO	0789/04								17
RAMADINHA	ADS	16º		NÃO	0795/04								14
BARRA	CAPRINOCULTURA	17º		NÃO	0791/04								11
POÇO REDONDO	CISTERNAS	18º		NÃO	0790/04								19
BOQUEIRÃO		19º											20
TALHADO	BARRAGEM / ADS	@	12.481	SIM	0381/04	0002/04	2004	95.555,32	81.222,02	14.333,30		80.988,00	32
QUEIMADAS	CONC. PAVIMENT.	@	8410-7	SIM	0789/04	0867/04	2004	106.902,75	90.867,34	16.035,41		90.867,34	68

**@ TETO EXTRA**

RICARDO AMANCIO DE LIMA  
SECRETARIO - PCPR

LUIZ ORÔNIO DA NOBREGA NETO  
PRESIDENTE - PCPR

**ANEXO K – Da Ética na Pesquisa: Protocolo e Parecer Final (Comitê de Ética em Pesquisa).**

 <b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b> Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP		<b>CAAE - 1558.0.000.133-06</b>	
		<b>PROJETO RECEBIDO NO CEP</b>	
Projeto de Pesquisa COMUNIDADE TALHADO - UM GRUPO ÉTNICO DE REMANESCÊNCIA QUILOMBOLA: UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA DE FORA?			
Área(s) Temática(s) Especial(s) Não se aplica		Grupo	Fase Não se aplica
Pesquisador Responsável			
CPF 69107963491	Pesquisador Responsável JOSELITO EULAMPIO DA NOBREGA		<i>Josecito Eulampio da Nobrega</i> Assinatura
Comitê de Ética			
Data de Entrega 31/08/2006	Recebimento:	<i>Paula Guimarães de Medeiros</i> UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA Assinatura	
Este documento deverá ser, obrigatoriamente, anexado ao Projeto de Pesquisa.			

Página 1 de 1

Ministério da Saúde

# SISNEP Sistema Nacional de Ética em Pesquisa

[REGISTRE SEU PROJETO](#) [LISTA DOS COMITÊS](#) [FALE CONOSCO](#) [CNS](#) [CONEP](#)

---

**Projetos Aprovados - PB no ano de 2006**

Busca de Projeto de Pesquisa por palavra chave:  [Filtrar](#)

**Total de Projetos encontrados: 1**

CAAE	Título do Projeto	Instituição Sediadora
1558.0.000.133-06	COMUNIDADE TALHADO - UM GRUPO ÉTNICO DE REMANESCÊNCIA QUILOMBOLA: UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA DE FORA?	Prefeitura Municipal de Santa Luzia

[Voltar](#)

[http://portal.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/Projetos\\_Aprovados.cfm?uf=PB&inicio=01/01/20...](http://portal.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/Projetos_Aprovados.cfm?uf=PB&inicio=01/01/20...) 21-09-2006